

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação

NANCY RIGATTO DE MELLO

EAD E BIOPOLÍTICA:
Governamentalidade e subjetividades em Educação

Itatiba
2022

NANCY RIGATTO DE MELLO

**EAD E BIOPOLÍTICA:
Governamentalidade e subjetividades em Educação**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco – *campus* Itatiba, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Linha de pesquisas: Educação, Sociedade e Processos Formativos.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Aparecida Amador Mascia.

Itatiba

2022

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação

Nancy Rigatto de Mello defendeu a tese intitulada EAD E BIOPOLÍTICA: Governamentalidade e subjetividades em Educação, aprovada no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco em nove de novembro de 2022 pela Banca Examinadora constituída por:

Prof. Dr. Carlos Roberto da Silveira

Membro interno

Prof. Dr. David da Silva Pereira

Membro externo

Prof. Dra. Luciana Aparecida Silva de Azeredo

Membro externo

Profa. Dra. Sônia Aparecida Siquelli

Membro interno

37.018.43 Mello, Nancy Rigatto de
M479e EaD e biopolítica : governamentalidade e
subjetividades em educação / Nancy Rigatto de Mello –
Itatiba, 2022.
97 p.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação *Stricto
Sensu* em Educação da Universidade São Francisco.
Orientação de: Maria Aparecida Amador Mascia.

1. Ensino à distância. 2. Governamentalidade.
3. Biopolítica. 4. Professores – Formação. 5. Educação.
6. Foucault, Michel. I. Mascia, Maria Aparecida
Amador. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares, pelo apoio e paciência.

À Professora Doutora Márcia Aparecida Amador Mascia, pela orientação e dedicação.

Aos demais professores do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco, pelas contribuições durante o desenvolvimento desta pesquisa.

À CAPES, pelo apoio financeiro e incentivo à pesquisa.

Aos sujeitos participantes da Pesquisa, pela solicitude e generosidade.

Aos colegas do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco, pela colaboração e debates em sala de aula e fora dela.

À minha querida amiga Melissa Riegel, pelo incentivo e companheirismo durante a minha jornada acadêmica.

Meus sinceros agradecimentos!

MELLO, Nancy Rigatto. **EaD e biopolítica**: governamentalidade e subjetividades em educação. 2022. 97p. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação. Universidade São Francisco, Itatiba/SP.

RESUMO¹

A Educação a Distância (EaD) é um modelo que vem ganhando força com a tecnologia e o meio digital, ocupando cada vez mais espaço nas áreas educacionais. O crescimento da EaD, no entanto, apesar de estar atraindo cada vez mais adeptos, ocupa um espaço digital que substitui o contato humano e, ainda, avança em uma dependência tecnológica que não condiz com a realidade de muitos brasileiros, que enfrentam dificuldades mais básicas de sobrevivência, conseqüentemente existe a necessidade de lançar outros olhares sobre os movimentos contemporâneos da educação, discutindo e problematizando a relação que permeiam os discursos dos graduados em Pedagogia EaD. Tendo como objeto de pesquisa a EaD, este trabalho parte da hipótese de que certa governamentalidade presente na EaD produz regimes de verdade e modos de subjetivação que transitam por certa biopolítica, o que nos leva ao seguinte questionamento: Como o graduado do curso de Pedagogia se subjetiva frente aos regimes de verdade que sustentam a EaD? O objetivo geral da pesquisa é problematizar os modos de subjetivação a que são expostos os sujeitos participantes graduados em Pedagogia EaD durante o curso. No que tange aos objetivos específicos, este trabalho pretende: 1) Contextualizar as políticas públicas da EaD no Brasil, enquanto forma de governamentalidade; 2) Descrever o micro contexto da EaD na IES *locus* da pesquisa, enquanto dispositivo da governamentalidade; 3) Apontar as tensões biopolíticas e de governamentalidade presentes nas falas dos sujeitos participantes subjetivando-os. Como fundamento teórico, os estudos de Michel Foucault, além de outros autores que colaboram com a visão apresentada. A metodologia da pesquisa, com enfoque qualitativo, analisa as entrevistas com quatro graduados de um curso de Pedagogia a distância, o documento da Proposta Pedagógica do curso de Pedagogia no qual os sujeitos participantes da pesquisa estudaram, confrontando-os naquilo que é proposto e naquilo que emerge do processo de subjetivação. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética, sob o parecer 3.675.084 e encontra-se inserida no Grupo de Pesquisa Estudos Foucaultianos e Educação. Os resultados finais da análise apontam que o Projeto Pedagógico (PP) da instituição está comprometido com a governamentalidade neoliberal, de modo a formar sujeitos empreendedores para a competição de mercado; e, ao mesmo tempo, a análise dos discursos dos sujeitos participantes revela contradições entre o modelo empreendedor de resistência a ele.

Palavras-chave: EaD; Governamentalidade; Relações de poder-saber; Subjetividades.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

ABSTRACT²

Distance Education (EaD) is a model that has been gaining strength with technology and the digital environment, occupying more and more space in educational areas. The growth of distance education, however, despite attracting more and more fans, occupies a digital space that replaces human contact and, still, advances in a technological dependence that does not match the reality of many Brazilians, who face more basic difficulties of survival. Having distance education as an object of research, this work starts from the hypothesis that a certain governmentality present in distance education produces regimes of truth and modes of subjectivation that transit through a certain biopolitics, which leads us to the following question: How does the graduate of the Pedagogy course subjectivize in the face of the truth regimes that support distance education? The general objective of the research is to problematize the modes of subjectivation to which the participating subjects graduated in distance education pedagogy are exposed during the course. Regarding the specific objectives, this work intends to: 1) Contextualize the public policies of distance education in Brazil, as a form of governmentality; 2) Describe the micro context of distance education in the locus of research, as a device of governmentality; 3) Point out the biopolitical and governmentality tensions present in the speeches of the participating subjects, subjectivizing them. As a theoretical foundation, the studies of Michel Foucault, in addition to other authors who collaborate with the view presented. The research methodology, with a qualitative approach, analyzes the interviews with four graduates of a distance Pedagogy course, the Pedagogical Proposal document of the Pedagogy course in which the subjects participating in the research studied, confronting them in what is proposed and in what that emerges from the process of subjectivation. The research was approved by the Ethics Committee, under opinion 3,675,084 and is part of the Foucaultian Studies and Education Research Group. The partial results of the analysis indicate that the institution's Pedagogical Project (PP) is committed to neoliberal governmentality, in order to form entrepreneurial subjects for market competition; and, at the same time, the analysis of the speeches of the participating subjects reveals contradictions between the entrepreneurial model of resistance to it.

Keywords: Distance education; Governmentality; Power-knowledge relations; Subjectivities.

² This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIEJA - Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos

EaD – Educação a Distância

FAAP - Fundação Armando Alvares Penteado

IES – Instituição de Educação Superior

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MEC – Ministério da Educação

PP – Projeto Pedagógico

SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SME – Secretária Municipal de Educação

USF – Universidade São Francisco

USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Algumas das principais redes de EAD no mundo.....	48
Tabela 2: Grau de digitalização dos cursos presenciais das IES, por região.....	60
Tabela 3: Papel do tutor nas instituições privadas.....	64
Tabela 4: Papel do tutor nas instituições públicas.....	65

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estado da Arte	18
Quadro 2 – A evolução das tecnologias de EaD.....	49
Quadro 3: Sujeitos participantes-graduados entrevistados	68

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Classes sociais nas IES, cursos presenciais e EaD.....	57
Gráfico 2: Conteúdos oferecidos (em percentual) por tipo de curso.....	58
Gráfico 3: Tipos de feedback oferecidos aos alunos em cursos, em percentual	58
Gráfico 4: Opinião de instituições formadoras sobre EAD, em escala Likert de 1-5	61
Gráfico 5: Conteúdo, habilidades e competência trabalhados.....	62
Gráfico 6: Ações de convite para aprendizagem em cursos livres	62
Gráfico 7: Relação entre salário do tutor e tipo de curso	63

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 DA SOCIEDADE DISCIPLINAR PARA A SOCIEDADE DO CONTROLE.....	21
1.1 Do biopoder à biopolítica.....	21
1.2 Segurança, território e população.....	24
1.3 Disciplina populacional x liberdade individual.....	28
1.4 Institucionalização do controle.....	32
1.5 Alguns sintomas sociais neoliberalistas	36
2 MACRODISCURSO EAD.....	39
2.1 A relação público-privada na Educação no Brasil	39
2.2 O desenvolvimento da EaD	42
2.3 A democratização da EaD	47
2.4 Leis e índices brasileiros sobre a EaD.....	51
2.5 A EaD na relação público-privada	55
3 ANÁLISE DISCURSIVA.....	66
3.1 Análise discursiva do Projeto Pedagógico	69
3.2 Análise das entrevistas	76
3.2.1 Motivações a respeito do curso de Pedagogia.....	77
3.2.2 Motivações a respeito do curso a distância	81
3.2.3 Motivações profissionais pós-curso	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS.....	96

INTRODUÇÃO

*As luzes que descobriram as liberdades inventaram
também as disciplinas.
Michel Foucault³*

Com o crescimento da população, das instituições de ensino e dos meios de comunicação virtuais, juntamente à necessidade decorrente que todas as áreas sentem em alinharem-se à velocidade com a qual se deve alimentar o engajamento profissional e a otimização do tempo disponível para as atividades cotidianas, a EaD tem conquistado cada vez mais espaço e consideração pelo aluno que busca a formação universitária. Há, também, a conjuntura econômica atual (iniciada no século passado), com base em otimização de tempo, acessibilidade educacional, custos estruturais e operacionais das instituições de ensino, além do direcionamento da comunicação através de meios eletrônicos e, posteriormente, digitais, os quais incentivaram a aceitação da EaD como recurso atrativo.

O trabalho de Michel Foucault sobre biopolítica e governamentalidade é revisitado nesta tese para problematizar o histórico da inclusão da EaD, constantemente influenciado por interesses mercadológicos e desenvolvido de acordo com as necessidades criadas para a administração desses interesses. Para tanto, discorremos e problematizamos o desenvolvimento da EaD no Brasil, e no mundo, e as discussões a respeito da EaD como produto social, pela análise da formação dos sujeitos participantes graduados em Pedagogia na modalidade a distância, a fim de investigar as subjetividades decorrentes da influência biopolítica e governamental pela EaD. Por conseguinte, a presente pesquisa está inserida neste contexto e discute, essencialmente, a seguinte pergunta: Como o graduado se subjetiva frente aos regimes de verdade que sustentam a EaD?

Sob esse viés, observamos que a EaD é uma área do saber que tem uma abordagem relativamente antiga. Antes mesmo do surgimento da internet, já eram realizadas aulas via correspondência e, pouco a pouco, a EaD ganhava mais reconhecimento e aplicabilidade. Durante o processo de aceitação do método de ensino a distância houve resistências na implementação de leis de incentivo e na adaptação aos usuários, e, ainda hoje, professores e alunos, principalmente, sofrem com a falta de estrutura e qualidade de aprendizagem.

Partindo da hipótese de que certa governamentalidade presente na EaD produz regimes de verdade e modos de subjetivação que transitam por certa biopolítica, o objetivo

³ Citação da obra *Vigiar e Punir*, p. 183.

geral problematizar os modos de subjetivação que atravessam os sujeitos participantes graduados em Pedagogia EaD durante o curso. Complementarmente, são contemplados os objetivos específicos a seguir:

- Contextualizar as políticas públicas e privadas da EaD no Brasil, enquanto forma de governamentalidade;
- Descrever o micro contexto da EaD na IES *locus* da pesquisa, por meio da análise do Projeto Pedagógico (PP) enquanto dispositivo da governamentalidade;
- Apontar as tensões biopolíticas e de governamentalidade presentes nas falas dos sujeitos participantes, subjetivando-os.

Como referencial teórico, o pensamento de Michel Foucault (1996, 2005, 2007, 2008a, 2008b) na interface com seus comentadores e outros autores, como Dardot e Laval (2016), abordando as teorias sobre biopoder, da biopolítica e da governamentalidade.

Foucault chama de *biopoder* a prática do poder soberano a partir de técnicas de subjugação e controle da população; deste se desenvolveu a biopolítica que, por sua vez, representa a soberania politizada, ou uma gerência do poder sobre as crises, as mudanças e as adaptações sociais, envolvendo os hábitos cotidianos das vidas das pessoas e das organizações, com base em um objetivo de poder: ou seja, do controle sobre o descontrole social. Desse modo, a governamentalidade corresponde à aplicação da biopolítica como um molde de como pensar e agir em prol da manutenção do biopoder.

Na obra *Segurança, Território População*, Foucault (2008) esclarece os recursos estruturados no biopoder e na biopolítica, trazendo a concepção de estilo de vida, saúde, educação, organização, sobrevivência e relacionamentos como o biopoder opera através da sociedade e do meio. Essas ideias de Foucault são importantes para evidenciar o cenário que compõe a sociedade atual, a maneira como vivemos e morremos, as obrigações sociais que nos afastam da ideia pura de livre-arbítrio. Por sua vez, as discussões de Dardot e Laval (2016) sobre o neoliberalismo problematizam o contexto contemporâneo no qual a EaD se formou e está em franca expansão. A Pedagogia, neste contexto, representa uma inicialização do aprendizado, em paralelo com a educação familiar. Para tanto, apresentamos as nuances que compõem a Didática no cenário da educação, suas especificações estruturais e vivenciais, tendo em vista o modelo EaD na formação de pedagogos, modalidade que cada vez mais ganha espaço no modelo educacional em vigor.

Os preceitos metodológicos da pesquisa são de cunho qualitativo, aprovados pelo Comitê de Ética da USF, tendo como *corpus* o Projeto Pedagógico as entrevistas com graduadas em Pedagogia, integralmente em EaD, por uma universidade de São Paulo. O

objetivo é a análise discursiva e enunciativa a respeito dos dizeres dos sujeitos participantes, bem como documentos da IES em estudo.

Com o objetivo de buscar trabalhos que dialogassem com este tema, foi realizada uma pesquisa por palavras-chave para verificar a aproximação com outros trabalhos sobre a subjetivação de sujeitos participantes graduados em curso de Pedagogia EaD. Foram utilizados os catálogos de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Google Acadêmico, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBCTI), uma vez que reúnem informações obtidas de Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, com a Educação como área de concentração.

A busca por palavras-chave teve início em 2013, primeiro do termo EaD, com obtenção de 102 resultados. Os resumos desses trabalhos foram realizados, juntando com os 10 trabalhos obtidos na busca pelos termos *biopolítica* e *governamentalidade*,

Das 10 teses, três chamaram atenção, convidando-me para uma leitura completa: os trabalhos de Deise Maria Szulczewski, pela Universidade do Vale dos Rios dos Sinos (2013), de Aureci de Fátima da Costa pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (2015) e de Rafael de Oliveira Rodrigues pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) (2016), reunido no Quadro 1.

Quadro 1 – Estado da Arte

Ano	Título	Pesquisador / IES / Orientador	Objetivos	Resultados
2013	Formas de ser professor na EaD: práticas que contam de si	Deise Maria Szulczewski / Universidade do Vale dos Rios dos Sinos / Maura Corcini Lopes	Problematizar a constituição do professor do Ensino Superior que atua ou já atuou na EaD.	Os cursos de formação tecnológica constituem uma leitura necessária para que os professores se sintam capacitados para tal modalidade de Educação. Sobre os professores, há uma rede discursiva que dificulta as inovações no campo, pois ainda está muito balizada pela Educação presencial.
2015	Discursos sobre a Educação a Distância (EaD): (re)produção, confrontos, deslocamentos de sentido	Aureci de Fátima da Costa / UNICAMP / Profa. Dra. Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi.	Compreender o saber discursivo sobre/da EaD e as relações com a forma-sujeitos participantes	A desresponsabilização do Estado e a redução de gastos com a formação docente são silenciados no fio do discurso como estratégias para melhorar o sistema educativo.

2016	Pedagogia, Instrução, Disciplina, Governo: a Educação sob a luz da obra de Michel Foucault	Rafael de Oliveira Rodrigues / UNESP / Profa. Dra. Elizabeth Maria Freire De Araújo Lima.	Buscar na obra de Michel Foucault, como a ideia de Educação atravessou seus ditos e escritos.	Estamos num momento de transformação e, nos momentos de crise, algo inteiramente novo pode emergir, distanciando-se do modelo disciplinar, sem encaixar-se nas novas formas de controle.
------	--	---	---	--

Fonte: Autora

Deise Maria Szulczewski (2013) problematiza as formas de ser professor na EaD, a constituição de professores que atuam na modalidade a distância. O objetivo é estudar as subjetividades dos professores na modalidade EaD. Para isso, utilizou de entrevista narrativa com professores que trabalham ou trabalharam em EaD. Apoiou-se nas ideias de Michel Foucault de governamentalidade, discurso e subjetivação, conceitos que se aproximam desta pesquisa. Como resultados, a autora ressalta que a modalidade EaD exige ferramentas próprias, que garantam a qualidade no processo educacional e que tal modalidade não deve ser vista como uma proposta igual a de um curso presencial, e que não há nenhuma inovação pedagógica no processo de ensino aprendizagem. A autora relata que sua pesquisa continua dispondo de problematizações capazes de gerar outros olhares para a formação de professores atuantes na EaD.

Aureci de Fátima da Costa (2015), em sua tese Discursos sobre a Educação a Distância (EaD), traduz, por meio do conceito de Análise de Discurso (AD), a modalidade de ensino a distância como um campo da educação e da tecnologia dominado por organismos mundiais voltados para a globalização. Os objetivos da tese se resumem em compreender o saber discursivo relacionados à EaD e às diversas maneiras que esse discurso se manifesta através dos sujeitos, e que correspondem aos recursos de democratização do ensino. Para tanto, concluiu que os processos de subjetivação levam a uma visão mercantilista da Educação, apagando o papel do tutor/professor, substituindo-o por um prestador de serviço que forma sujeitos que, por sua vez, devem aprender e atuar de maneira autônoma.

Rafael de Oliveira Rodrigues (2016), em Pedagogia, Instrução, Disciplina, Governo: a Educação sob a luz da obra de Michel Foucault, aponta como objetivo de pesquisa interrogar, perguntar e duvidar da pretensa verdade sobre a Educação. O referencial teórico que norteou a pesquisa teve como base os estudos foucaultianos que apresentam a noção de problematização e que serão usados nesta pesquisa como uma categoria analítica. A pesquisa se aproxima desta tese quando o autor traz o conceito de governamentalidade como racionalização capitalista e uma ampliação do governo por meio da arte de governar, criando sujeitos participantes

governáveis. Traz também, através dos ensinamentos de Foucault, a ideia de Educação e os conceitos que se relacionam: governamentalidade, biopoder e biopolítica. A análise da pesquisa se deu sobre as práticas e as racionalidades em curso da Escola da Ponte em Portugal e o Projeto Âncora (baseado no modelo português, no Brasil).

Cada uma destas pesquisas traz suas contribuições para a área de Educação e conceitos a partir dos ensinamentos de Michel Foucault e estabelecem relação com esta pesquisa nos temas de governamentalidade, biopolítica e EaD. A presente pesquisa, por sua vez, atenta seu olhar sobre a identificação do controle do poder, do ponto de vista da governamentalidade e da biopolítica na situação atual, considerando a Educação como produtora de subjetividades no âmbito da formação de professores em EaD.

O estudo do Estado da Arte aponta para a relevância desta pesquisa, trazendo a necessidade de questionamento da realidade que concebemos, em especial na área da Educação e da formação de pedagogos. A contradição decorrente das formas de governo que tratam a Educação como produtora dos sujeitos participantes governáveis, combinado com a falta de recursos para a EaD sugerem o questionamento da importância da Educação sob o ponto de vista do Estado.

Esta pesquisa se apresenta em quatro capítulos. O primeiro apresenta duas ferramentas teóricas: a biopolítica e a governamentalidade, com desdobramentos para pensarmos na EaD na presença do neoliberalismo. O segundo traz informações históricas que explicam a relação público-privada no Brasil, evidenciando de que maneiras o Estado se faz presente nesta relação e como esse fator moldou a Educação que conhecemos hoje. No terceiro capítulo, serão apresentados os procedimentos metodológicos para a coleta de dados e sobre os sujeitos participantes, e a Análise do Discurso da Universidade e das entrevistas a partir dos conceitos abordados na parte teórica e do contexto do macro-discurso, ou seja, da EaD.

1 DA SOCIEDADE DISCIPLINAR PARA A SOCIEDADE DO CONTROLE

A sociedade representa um grupo coletivo que reflete as normas para manter-se em convivência. Essas normas devem, por sua vez, orientar e apoiar sujeitos, familiares e outros grupos para uma vida satisfatória e em harmonia com os outros. Essa é uma visão poética, mas válida para este capítulo, porque, enquanto vêm à tona visões que elucidam outros interesses sobre a importância da sociedade, é importante não perder a base de uma estrutura que deveria ser – e que ouvimos que é sempre por isso – de união e harmonia coletiva.

Este capítulo pretende apresentar duas ferramentas que formam a base teórica desta tese: a biopolítica e a governamentalidade. E, por sua vez, essas ferramentas serão exemplificadas no universo da Educação a distância. Começaremos com o entendimento sobre a biopolítica, a seguir.

1.1 Do biopoder à biopolítica

Em *O nascimento da biopolítica* (2008a), Michel Foucault explica a biopolítica a partir do conceito da arte de governar, que sugere a presença do Estado e de sua razão sobreposta para o controle da população. A biopolítica é exercida pelos que são encarregados do biopoder, este, de acordo com Foucault, representa “o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais, vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral do poder” (FOUCAULT, 2008a, p. 3). Foucault associava o saber ao poder, tratando de mostrar as artimanhas utilizadas para esconder cuidadosamente a verdade nas estruturas sociais: “O exercício do poder cria perpetuamente saber e, inversamente, o saber acarreta efeitos de poder” (FOUCAULT, 2007, p. 80).

Portanto, quando falamos sobre biopoder, devemos ter em conta que não é um poder de força física (primordialmente), mas, sim, de uma força estratégica, intelectual, direcionada para a sustentação do poder que está diretamente ligado a todas as esferas de uma sociedade, já que a população deve colaborar para sua sustentação. O poder, o qual Foucault se refere, é aquele que demonstra a prática dos estados modernos e a regulação dos que a ele estão sujeitos por meio de técnicas para obter a subjugação das pessoas e o controle de populações (FOUCAULT, 2008a). Isso significa que, por um lado, existe alguém (ou um grupo de pessoas) que mantém o controle do biopoder sobre a população para que ela própria se mantenha sob o mesmo controle.

O poder era tido como uma correção disciplinar que deveria manter a população obediente sob constante ameaça de penalização contudo, entre o final do século XVIII e início do século XIX, ocorreu uma transformação deste mesmo modelo de governo para o interesse do poder sobre a vida constituída em população. Isso Foucault determinou de biopolítica, que se ocupa, portanto, “da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade etc., na medida em que elas se tornaram preocupações políticas” (REVEL, 2005, p. 26).

A biopolítica emerge quando o biopoder se manifesta na inserção da saúde pública como uma forma do Estado cumprir com a sua função de cuidar da população. Isso levou a inúmeros procedimentos de medicação desenvolvidos para essa sustentação (FOUCAULT, 2008a). O Estado se coloca como responsável pela saúde da população e passa, portanto, a causar influências na sua manutenção. São criados medicamentos, vacinas, hospitais, profissões na área médica e terapêutica, procedimentos obrigatórios em alguns casos, como a vasectomia, por exemplo – quando o homem não deseja mais ter filhos (ou simplesmente não quer tê-los nunca), e, para tanto, deve passar por alguns exames psicológicos que avaliarão a sua capacidade de decisão, estando submetido a uma negação de sua vontade. Em suma, a medicina convencional faz a manutenção do corpo e o controle das doenças, enquanto a medicina terapêutica cuida da disciplina comportamental, de acordo com os padrões sociais exigidos por lei.

Diferentemente da soberania de poder, a biopolítica atua de maneira que as necessidades de todos sejam consideradas, sejam ouvidas ou fazem de conta que são consideradas ou ouvidas, lembrando que atua no desejo dos sujeitos tendo como seu objeto a população de homens vivos e os fenômenos naturais a ela subjacentes. Regula e intervém sobre taxas de natalidade, fluxos de migração, epidemias, longevidade. Não é um poder individualizante, como as disciplinas, mas massifica os sujeitos a partir de sua realidade biológica fundamental (FOUCAULT, 2018).

A biopolítica acontece em vista do crescimento do Estado e como uma economia política da vida em geral. Para tanto, devem existir formas de controle da massificação, para que os pensamentos, sentimentos e atitudes dos sujeitos participantes permaneçam voltados para a sustentação do biopoder. A emergência da biopolítica ocorreu em um cenário histórico condizente com a transformação das formas de poder governamental, juntamente com o nascimento do liberalismo. O que aconteceu, na virada entre os séculos XVIII e XIX, foi uma descentralização do poder. Antes, o poder era centralizado em reinos e impérios repressores e, no período decorrente do liberalismo, se tornou difuso e aplicado por inúmeras instituições –

o que Foucault denomina como governamentalidade. Atualmente, para além da atividade industrial, a produtividade é dogmatizada através de um discurso de “governamentalidade neoliberal”, no qual o modo que pensamos e agimos ainda é influenciado para manter a falsidade sobre o conhecimento e o desejo de saber, isto é, conferindo que toda a busca se resume em jogos instintivos de vontade de apropriação (FOUCAULT, 2018 p. 14).

Com o passar do tempo, a liberdade de expressão e os direitos humanos ganharam holofotes e o próprio Governo discursa sobre estes valores, ao contrário da maneira com a qual o império comunicava o poder sobre a população. Não havia, até então, a necessidade de demonstrar empatia quanto ao modo de viver das pessoas. Agora, os governos se envolvem nos aspectos mais profundos sobre a vida. Foi-se desenvolvendo um homem político, o qual atua como um mantenedor da harmonia entre os homens. De acordo com Foucault (2008a), ele é como um tecelão que une as existências, isto é, contempla o Estado e a população em atos de comunhão de necessidades.

O homem político liga entre si os elementos, os bons elementos que foram formados pela Educação, vão ligar as virtudes, as diferentes formas de virtude que são distintas umas das outras e, às vezes, até opostas umas às outras, vai tecer e ligar entre si os temperamentos opostos, por exemplo os homens fogosos e os homens moderados, e vai tecê-los com a lançadeira de uma opinião comum que os homens compartilham (FOUCAULT, 2008, p. 194).

Não há, de fato, uma ação de livre vontade que parte de um lugar de realização, mas uma ação limitada a um lugar de obediência. Afinal, de que maneira podemos identificar a real necessidade de um, se estamos buscando um ponto em comum entre dois? O homem politizado se identifica pela crença de que, para que se possa ser considerado, existem maneiras apropriadas de conduzir a sua própria vida, experimentando, assim, o que conhecemos como equilíbrio. A biopolítica, portanto, atua como mediadora entre todas as esferas de importância para a manutenção da vida individual (saúde, educação, moradia, trabalho etc.). Os agentes do biopoder, servis ao Estado, aprimoram a arte de governar de acordo com as tendências que a sociedade apresenta como um sintoma social, correspondentes ao bem-estar dos sujeitos participantes.

Com isso, a biopolítica atinge o seu objetivo, ou seja, de manter os sujeitos participantes subjugados aos comandos governamentais e, assim, atendendo aos resultados esperados pelo Estado na manutenção do biopoder, determinando quem deve viver e quem deve morrer. Deixar morrer pode ser considerando, no sentido metafórico, na morte dos

ideais, da dignidade entre aspectos que compõem o ser, com o próprio sujeito corrompendo-se para servir ao sistema biopolítico.

Neste raciocínio, a biopolítica vem elucidar os pontos de atuação do poder social e político sobre a maneira de viver (e de morrer) permitida pelo governo. A disciplina foi sendo substituída pelo controle das circunstâncias sociais, num jogo de conquista, e o biopoder se manteve na construção da empatia governamental.

Vamos discutir essa relação que compromete a estrutura social e influencia a mentalidade da população e manutenção do controle, através da ferramenta de governamentalidade. Essa relação é aprofundada, nos estudos de Foucault, por meio dos dispositivos que iremos analisar, a seguir.

1.2 Segurança, território e população

A ligação entre segurança, território e população, sob o ponto de vista foucaultiano, indica os meios de governo que substituíram o poder soberano, exercendo o controle na sociedade moderna. Isso, não porque o soberano deixou de existir, mas a relação entre o biopoder e a população teve que ser moldada às mudanças históricas que trouxeram a necessidade de controle da população.

enquanto a soberania capitaliza um território, colocando o problema maior da sede do governo, enquanto a disciplina arquiteta um espaço e coloca como problema essencial uma distribuição hierárquica e funcional dos elementos, a segurança vai procurar criar um ambiente em função de acontecimentos ou de elementos possíveis, que vai ser preciso regularizar num contexto multivalente e transformável. O espaço próprio da segurança remete ao temporal e ao aleatório, um temporal e um aleatório que vai ser necessário inscrever num espaço dado (FOUCAULT, 2008a, p. 27).

A sensação ou a busca por segurança se tornou imprescindível neste cenário composto pela governamentalidade. Foram estipuladas três maneiras de agregar o biopoder à ideia de segurança, sendo elas: as leis de punição, a vigilância e os meios de correção, e a educação, junto aos meios de comunicação, para a inserção conceitual e monetária da segurança na sociedade (FOUCAULT, 2018a). O código legal foi criado no século XVII e, desde então, foram-se acumulando as medidas legislativas e todo o conjunto metodológico que visa controlar a segurança social.

Retomem agora todo o conjunto da legislação [...] vocês vão ver que há uma verdadeira inflação legal, inflação do código jurídico-legal para fazer esse sistema de segurança funcionar. Do mesmo modo, o *corpus* disciplinar também é

amplamente ativado e fecundado pelo estabelecimento desses mecanismos de segurança. Porque, afinal de contas, para de fato garantir essa segurança é preciso apelar, por exemplo, e é apenas um exemplo, para toda uma série de técnicas de vigilância, de vigilância dos sujeitos, de diagnóstico do que eles são, de classificação da sua estrutura mental, da sua patologia própria, etc., todo um conjunto disciplinar que viceja sob os mecanismos de segurança para fazê-los funcionar (FOUCAULT, 2018a, p. 11).

A segurança nunca foi explorada sem a vertente do biopoder, assim como os outros conceitos sociais. De acordo com as leis e culturas religiosas, a segurança social era ditada com base na exclusão das pessoas portadoras de lepra durante a Idade Média. Ao final do mesmo período, a peste negra, originada na China, que acometeu a Europa no século XIV, com oscilação recorrente até o século XVII, serve como base de cálculo dos recursos utilizados para a segurança, resultando na formulação da quarentena em vista do controle da circulação das pessoas nos espaços sociais. Atualmente, quatro séculos depois e com o avanço tecnológico, nos encontramos sob um cenário muito parecido, porém mais abrangente da pandemia de Covid-19, e o que temos como recursos, sejam eles tecnológicos ou comportamentais, usados pela sociedade que demonstrem uma melhoria na segurança de todo o planeta? Essa questão está sujeita a muitas análises, considerando que o enfrentamento ao Covid-19 ainda não terminou.

A formação das cidades era manifestada por meio da separação territorial, contando com poderes judiciários, administrativos e militares para garantir a segurança e os interesses econômicos locais, estes que, por sua vez, apresentavam-se de maneira característica em relação ao campo, ocasionando em uma diferença de *status* social e de estrutura de base para as necessidades básicas, como alimentação, acesso a tratamentos médicos e à educação. Até hoje, a configuração da segurança tem base nos mesmos hábitos históricos. Em nossas casas, empresas e por toda parte, há separações de espaços organizados conforme os poderes envolvidos: o maior quarto e a maior sala de escritório pertencem àqueles que são os detentores do poder, seja financeiro ou de conquista.

O meio é um conjunto de dados naturais, rios, pântanos, morros, é um conjunto de dados artificiais, aglomeração de sujeitos, aglomeração de casas, etc. O meio é certo número de efeitos, que são efeitos de massa que agem sobre todos os que aí residem. É um elemento dentro do qual se faz um encadeamento circular dos efeitos e das causas, já que o que é efeito, de um lado, vai se tornar causa, do outro (FOUCAULT, 2018a, p. 28).

O meio pode ser criado ou dado como um espaço onde circundam pessoas e todo tipo de seres vivos com seus recursos de sobrevivência. E, para administrar as aglomerações, estão

os métodos disciplinares. Antigamente, os meios eram discriminados por muros que separavam as pessoas por seu *status* social. O crescimento populacional é um influenciador determinante para o meio e para o sistema organizacional, uma vez que a qualidade provida para a sua subsistência é também concentrada em um local específico e, deste modo, o poder é vinculado ao medo da escassez de recursos naturais e artificiais que possam sustentar a vida e a própria manutenção do biopoder. Os efeitos disso são ramificações de subpoderes que controlam parcelas populacionais e respondem a uma instância maior que concentra as decisões e o controle.

O que Foucault passa a analisar são os processos interdependentes nos quais, no decorrer das últimas centenas de anos, formas repressivas e centralizadas do poder do Estado exercidas pelo soberano evoluíram para formas mais descentralizadas e difusas (mas não necessariamente democratizadas) de poder, exercidas por miríades de instituições e pelos próprios sujeitos; a isso, Foucault denomina governamentalidade. A governamentalidade passa a existir como atividade distinta da arte de governo do Estado, o qual racionaliza seu exercício de poder, recorrendo a áreas das Ciências Humanas e Sociais que se tornam parte integrante do próprio Estado (FIMYAR, 2009, p. 38).

A governamentalidade nada mais é do que um sistema de crenças e ações baseadas na ideia de que o poder pode ser concentrado em diversos núcleos, com a mesma configuração conhecida desde o início do sistema organizacional, isto é, contemplando um soberano (ou um pequeno grupo), seus representantes e servidores. A soberania tem uma função crucial. Ela se tornou responsável por definir as formas de estruturação social, o que leva ao estabelecimento de uma capital de Estado que represente o núcleo de comercialização e tendências, de exemplo administrativo e gerenciador para todas as cidades, exponencializando hábitos de bons costumes. O biopoder age, desta maneira, através da concentração do poder na capital (ou em outro tipo de centro econômico), aplicando regras e desenvolvendo hábitos de comportamento que se tornam parte importante da cultura de uma nação.

A segurança está atrelada, deste modo, à garantia de moradia, ao comércio e a toda estrutura que se faz necessária para o estabelecimento de uma cidade. Isto é, a partir da construção da cidade e de suas proveniências, é definido que a segurança acompanha aos que conseguem manter essa estrutura em funcionamento. Mais uma vez é possível detectar a imposição do biopoder sobre a segurança, uma vez que esta não é oferecida àqueles que não colaboram para a circulação da economia e, conseqüentemente, dos recursos básicos para a permanência na cidade.

O crescimento populacional afeta diretamente o fluxo estrutural e aumenta a taxa de exclusão dos não pagadores de impostos, gerando marginalidade e criminalidade. Em

contrapartida, como medida de segurança são analisados os elementos de circulação na cidade, os quais são considerados imprescindíveis para que a circulação ocorra, considerando também os elementos indesejáveis, como ladrões e miasmas, por exemplo, ou seja, tudo o que causa efeito na circulação social da cidade. Em cima dessas análises, são detectadas probabilidades para que algo possa impactar a circulação e, com isso, são desenvolvidos os mecanismos de segurança.

Os soberanos, tratando-se dos tomadores de decisão sobre os mecanismos, implementam alterações e manutenções que afetam o meio de circulação, não somente das construções estruturais, como também dos elementos naturais, causando interferência no meio ambiente, no clima e, como resultado disso, influenciando na qualidade de vida de todas as pessoas que vivem naquele entorno. Questões ligadas à saúde e ao bem-estar físico, mental e emocional, estão diretamente relacionadas ao meio de vida e à natureza, sendo assim, os mecanismos de segurança estão ligados a um projeto “de uma técnica política que se dirigiria ao meio” (FOUCAULT, 2018a, p. 24).

Adentrando no sistema operacional dos elementos estruturais, desde a escolha do tipo de semente e de solo para o plantio, as produções são realizadas com base no controle soberano em vista de um suposto cuidado para a manutenção da segurança social, ou seja, visando ao estoque e à venda de alimentos adequados e com preços baixos para o abastecimento da população. Por um lado, os salários também são controlados para que se mantenham os mais baixos possíveis – caracterizando a manutenção do biopoder como estamos acompanhando em todo o processo de composição social. Sendo assim, o controle do estoque, da exportação e dos limites de preço são regulamentados em justificativa de um movimento antiescassez, de acordo com o exemplo citado por Foucault, sobre o sistema de alimentação mantido no século XVIII:

Inútil insistir nos fracassos bem conhecidos, mil vezes constatados, desse sistema. Fracassos que consistem no seguinte: primeiro, essa manutenção do preço dos cereais no nível mais baixo produz este primeiro efeito, de que, mesmo quando há abundância de cereais, ou melhor, principalmente quando há abundância de cereais, os camponeses vão se arruinar, pois dizer abundância de cereais é dizer tendência dos preços a baixa e, finalmente, o preço do trigo para os camponeses vai ser inferior aos investimentos que eles fizeram para obtê-lo; logo, ganho que tende a zero, as vezes que até cai abaixo do custo da produção para os camponeses (FOUCAULT, 2018a, p. 44).

O “princípio da liberdade de comércio e de circulação dos cereais” inserido a partir da teoria fisiocrata, representa uma ação governamental que apresenta todos os sintomas do vínculo da segurança com a ação política e o controle da economia, mesmo considerando que,

no século XVII, já haviam adotado no Parlamento inglês algumas medidas de circulação livre de cereais, no entanto, o governo se assegurava de conseguir preços baixos dos produtores e de importadores, reafirmando ainda mais a sensação da política da segurança (FOUCAULT, 2018a, p. 46).

Essas observações sobre os procedimentos de produção de cereais servem para entendermos a base de raciocínio mantida pela governamentalidade, no qual algo é dado de um lado para que algo seja contrabalanceado de outro, mantendo assim a economia em uma balança estável para os soberanos, uma vez que estamos contemplando, neste cenário de mudanças, impactos e (muitas vezes) prejuízos fundamentais na vida dos camponeses, produtores, funcionários e de inúmeras pessoas que fazem parte dos processos envolvidos na comercialização, enquanto o poder econômico soberano é garantido.

No cenário atual, não ocorre de maneira diferente. O que muda, no entanto, são os títulos – no lugar de soberanos, temos os empresários, os bancários, os chefes em seus diversos cargos e qualquer pessoa que ocupe uma posição que lhe conceda poder sobre outras pessoas, e do outro lado, a população.

Na seção seguinte, veremos como se manifesta o aspecto da disciplina ao qual a população é estimulada, com relação à ideia de liberdade que temos sobre nossas ações individuais.

1.3 Disciplina populacional x liberdade individual

No início da construção das primeiras vilas e cidades, os tempos eram de uma soberania autoritária, com imperadores e reis que tinham a sua palavra incontestada e final a todo custo. Nessa época, os elementos relacionados à segurança eram exclusivamente voltados para assegurar a posição e o território soberano. Os impostos e as leis eram aplicados à população de maneira enérgica e intransigente. Com o passar do tempo, com a classe burguesa se expandindo e formando uma classe econômica intermediária entre reis e plebeus, somado ao crescimento populacional e, entre fatores diversos que causaram o enfraquecimento da coroa, a população começou a conquistar espaço e ser considerada como um elemento pertencente à cidade, como participante ativa e essencial ao funcionamento da estrutura local.

Isso significa o incentivo da natalidade e a precaução contra a mortalidade pela organização soberana, em vista de manter braços atuantes no comércio para expansão econômica. A população passou a ter um valor estimável, uma reviravolta na concepção

antiga de poder soberano, agora tomando parte da conquista desse poder. Então, quanto maior a população, maior o poder soberano, uma vez que isso significava que havia recursos de proveniência para todos (ou a maior parte) e também mais tesouros acumulados, isto é, uma cidade mais rica e capacitada para produção.

a população vai parar de aparecer como uma coleção de súditos de direito, como uma coleção de vontades submetidas que devem obedecer à vontade do soberano? por intermédio de regulamentos, leis, decretos, etc. ela vai ser considerada um conjunto de processos que é preciso administrar no que têm de natural e a partir do que têm de natural (FOUCAULT, 2018a, p. 92).

Essa visão de Foucault se refere aos fisiocratas, sobre a imagem do valor da população a partir do século XVIII. A população, a tal ponto, já se tornara dependente de fatores externos, sendo medida com base no ritmo de circulação proeminente, o qual variava de acordo com o clima, com a terra, com os recursos produzidos para a subsistência e a exploração do comércio, além das leis e hábitos adquiridos na visão do coletivo estabelecido, das crenças e da moral.

É necessário, evidentemente, não apenas levar em conta a mudança voluntária das leis, se as leis são desfavoráveis à população; mas principalmente, se se quiser favorecer a população ou conseguir que a população esteja numa relação justa com os recursos e as possibilidades de um Estado, e necessário agir sobre toda uma série de fatores, de elementos que estão aparentemente longe da própria população, do seu comportamento imediato, longe da sua fecundidade, da sua vontade de reprodução (FOUCAULT, 2018a, p. 94).

O controle monetário e o fluxo de circulação devem ser observados atentamente, para que haja um entendimento mais amplo sobre as questões proporcionais à organização governamental. As revoltas necessitam de mais espaço para a inteligência, a capacidade argumentativa e, às vezes, criativa, e menos espaço para conflitos e manifestações de violência. E, para que haja competência intelectual, é necessário identificar o motor do biopoder, “[...] de acordo com os primeiros teóricos da população no século XVIII, pelo menos uma invariante que faz que a população tomada em seu conjunto tenha um motor de ação, e só um. Esse motor de ação é o desejo” (FOUCAULT, 2018a, p. 95).

É possível gerar um interesse coletivo a partir de inúmeros desejos individuais, uma vez conhecendo alguns desejos básicos que todos (ou a maioria de nós) temos em comum: “produção do interesse coletivo pelo jogo do desejo: é o que marca ao mesmo tempo a naturalidade da população e a artificialidade possível dos meios criados para geri-la”

(FOUCAULT, 2018a, p. 95). Isso quer dizer que a biopolítica pode se apropriar (talvez até gerar) o desejo de ter um diploma e de construir uma carreira de sucesso, por exemplo.

Queremos acreditar (e a sociedade nos ensina a fazê-lo) que temos livre-arbítrio para escolher o que é melhor para nós, individualmente, para começar. Ademais, há uma pressão que não permite que este espaço seja realmente aberto porque temos que cumprir com as obrigações que sustentam a nossa sobrevivência. A pressão da qual falamos é tamanha que afeta a população até mesmo no que se trata (ou deveria) de elementos naturais, como os índices de acidentes, que são regulares. Ela se tornou a partir do século XVIII, a audiência dos soberanos: “A população é portanto, de um lado, a espécie humana, e de outro, o que se chama de público” (FOUCAULT, 2018a, p. 97), não havendo rei ou governo que construiu algo sozinho, sem usar das habilidades dos servos, guerreiros, trabalhadores e representantes.

Por conseguinte, a população é, e sempre foi, o alicerce de qualquer construção. A ideia que concebemos sobre “escolha” e “liberdade” é utópica, no contexto populacional. Se o “deixar morrer” faz parte da estratégia do biopoder e a governamentalidade exerce o controle sobre o território, a segurança e a população, qualquer arbitragem individual será direcionada ao Estado. A maneira com a qual isso acontece é incentivando o sujeito a ser autônomo e a ter fé, enquanto o Estado se mantém no controle. E também se exime de certas responsabilidades para com os sujeitos, autorresponsabilizados por seu sucesso e/ou fracasso.

A escassez é o maior exemplo disso. Uma parte da população pode sofrer, contanto que a estrutura social continue funcionando. A escassez entrou como um adendo resultante de sorte, de oportunidades não aproveitadas, de incapacidade física ou mental, como um fator isolado. O aproveitamento oculto da governamentalidade está no descarte humano daqueles que são deixados para morrer porque não são “fortes” o suficiente para cumprir com os objetivos do biopoder.

Mas é no próprio interior do saber-poder, no próprio interior da tecnologia e da gestão econômica que vamos ter esse corte entre o nível pertinente da população e o nível não-pertinente, ou ainda, o nível simplesmente instrumental. O objetivo final vai ser a população. A população é pertinente como objetivo, e os sujeitos, as séries de sujeitos, os grupos de sujeitos, a multiplicidade dos sujeitos, esta não vai ser pertinente como objetivo. Vai ser simplesmente pertinente como instrumento, intermédio ou condição para obter algo no nível da população (FOUCAULT, 2018a, p. 56).

Existe um contrato implícito⁴ que deve ser considerado desde o momento que fazemos parte de uma população. Esse contrato se refere ao pertencimento do sujeito ao contexto social e implica em uma razão inerente no que concerne as suas ações, se estarão de acordo com as leis e regulamentos em vista do pertencimento, ao contrário, como fora da lei, sujeitos participantes às penalidades implicadas ao local onde ele se encontra. Com isso, a disciplina e a segurança se tornaram aspectos que caminham lado a lado, ao mesmo tempo em que significam, muitas vezes, ações contraditórias.

A disciplina tem essencialmente por função impedir tudo, inclusive e principalmente o detalhe. A segurança tem por função apoiar-se nos detalhes que não vão ser valorizados como bons ou ruins em si, que vão ser tomados como processos necessários, inevitáveis, como processos naturais no sentido lato, e vai se apoiar nesses detalhes que são o que são, mas que não vão ser considerados pertinentes, para obter algo que, em si, será considerado pertinente por se situar no nível da população (FOUCAULT, 2018a, p. 60).

A disciplina busca manter a população em sua condição intrínseca, como um condutor moral. Já a segurança pode deixar a disciplina de lado para preservar a saúde e o bem estar da população, não por uma preocupação humana propriamente dita, mas como forma de manter as mentes focadas na produção ativa em vista da circulação econômica. Liberdade, assim como os direitos por decretos de lei e a segurança, são aspectos contemplados parcialmente. A liberdade e o respeito devem caminhar juntos para terem um efeito harmônico em sociedade. Portanto, da mesma maneira que acontece com a segurança no território, a liberdade da população termina onde fere o poder governamental. Há inúmeras limitações que podem nos fazer questionar o sentido de liberdade que temos como seres humanos e, sendo assim, individualmente acometidos por vontades de escolhas próprias, entretanto, não se pode descartar o fato de que a manutenção do biopoder está sempre no fim do túnel das descobertas. Sendo assim, quando se fala em liberdade e até mesmo em direitos civis, até que ponto podemos considerar que estes são valores dos quais podemos usufruir em sua plenitude?

É que, na verdade, essa liberdade, ao mesmo tempo ideologia e técnica de governo, essa liberdade deve ser compreendida no interior das mutações e transformações das tecnologias de poder. E, de uma maneira mais precisa e particular, a liberdade nada mais é que o correlativo da implantação dos dispositivos de segurança. [...] A ideia de um governo dos homens que pensaria antes de mais nada e fundamentalmente na natureza das coisas, e não mais na natureza má dos homens, a ideia de uma

⁴ O contrato, neste caso, diverge do Contrato Social de Rousseau, que é um acordo entre indivíduos para se criar uma sociedade, e só então um Estado, isto é, o contrato é um pacto de associação, e não de submissão.

administração das coisas que pensaria antes de mais nada na liberdade dos homens, no que eles querem fazer, no que têm interesse de fazer, no que eles contam fazer, tudo isso são elementos correlativos. (FOUCAULT, 2018a, p. 63-64).

Com isso, para administrar o poder da disciplina sobre a população, as instituições foram se adequando ao sistema de controle da população, como veremos a seguir.

1.4 Institucionalização do controle

No decorrer da história, as formas de poder foram se tornando mais difusas e a institucionalização adentrou como parte do processo de uma governamentalidade liberal, na qual o estímulo ao sujeito participante autônomo, politizado e empreendedor é apoiado pelo Estado. O desenvolvimento do Estado liberal e do neoliberal acarretou uma constante promoção da garantia da liberdade de produzir, consumir e ser feliz. Isto é, parte de uma arte de governar, a fim de manter a população satisfeita de acordo com seus próprios valores. Assim, o serviço é garantido e a economia gira.

Conseqüentemente, de um soberano autoritário e unilateral, vivenciamos mudanças para um Estado positivista, que implementa leis para resguardar os sujeitos e usar como táticas de governo, para diversos fins. O poder soberano não deixou de existir, mas se modificou e se adaptou para manter-se presente como poderia, fator que, por sua vez, vai se alinhando às tendências de cada época.

Tendo o governo como aplicador da governamentalidade, utilizando-se da população como objeto através dos instrumentos de segurança, vê-se a institucionalização dos poderes da tática e da estratégia sobre os recursos organizacionais. Neste contexto, a psiquiatria entra como uma forma de detectar, mantendo o controle do biopoder, os níveis de sanidade e loucura dentro da visão institucional, com a formação dos hospitais psiquiátricos. A prisão também representa a instituição do controle da moral e da segurança, a partir do cumprimento das leis regidas com base no pilar do poder judiciário – o poder do Estado. As instituições psiquiátrica e prisional exercem seu poder sobre as condutas comportamentais através do controle das emoções e das limitações físicas individuais. Isso quer dizer, grosso modo, que a aceitação daquilo que tem validade moral, que é bem-visto e deve ser concebido como saudável dentro do que uma pessoa pensa e sente precisa ser controlado e induzido por uma aprovação institucional – o que Foucault chama de “institucional-centrismo” (FOUCAULT, 2018a, p. 157).

A Educação também pertence a essa configuração institucional, pois controla os níveis de aprendizado, o tipo de conhecimento e os formatos de aprovação do sujeito que deve passar pela prova de aptidão para ser considerado dominante de alguma área de atuação na sociedade. A competitividade é estimulada através da comparação, das notas, dos elogios e reprovações pelos professores e por toda exigência acadêmica na determinação do nível de intelectualidade do aluno, sem considerar, muitas vezes, o momento pelo qual ele está passando, o seu estado emocional ou até mesmo a sua disposição mental e física nos períodos de teste.

Além do sistema educacional, há diferentes tipos de estruturas burocráticas que vinculam o sujeito participante à instituição gerando mecanismos regulamentadores que atingem toda a população. Existem inúmeros mecanismos regulamentadores, alguns mais sutis que outros. O controle de natalidade e mortalidade, a diminuição ou o aumento de impostos em determinada área que pode gerar empregos, produção e capital, a religião e muitos outros, são aspectos que vivenciamos no dia a dia, que determinam o curso de nossas vidas e mortes.

Por isso, Foucault (2008) explica o poder da estatística, com a qual o Estado tanto se ocupa e divulga, pois

[...] a população tem suas regularidades próprias: seu número de mortos, seu número de doentes, suas regularidades de acidentes. A estatística mostra igualmente que a população comporta efeitos próprios da sua agregação e que esses fenômenos são irreduzíveis aos da família: serão as grandes epidemias, as expansões epidêmicas, a espiral do trabalho e da riqueza. A estatística mostra [também] que, por seus deslocamentos, por seus modos de agir, por sua atividade, a população tem efeitos econômicos específicos. A estatística, ao possibilitar a quantificação dos fenômenos próprios da população, faz aparecer sua especificidade irreduzível [ao] pequeno âmbito da família (FOUCAULT, 2008, p. 138-139).

O papel do Estado, no liberalismo, passou a ser de gestor dos mecanismos de segurança para a preservação populacional, sendo a estatística fundamental para compreender o fluxo econômico e social. Sendo assim, é através das crenças, da moral e ética, dos princípios e valores, da necessidade de sobrevivência e dos desejos que a governamentalidade atua, assegurando a vida e a “felicidade” das pessoas para que elas se sintam amparadas e queiram servir ao Estado. A escolha, neste ponto, é a fortaleza conquistada pela governamentalidade. O que antes era feito à força, agora se resolve na sutileza da manipulação.

Com o neoliberalismo, que resgatou as ideias liberais a partir da década de 1970, emergiu o *homo oeconomicus*, o “empresário de si mesmo”, como assim define Foucault (FOUCAULT, 2018a, p. 311).

A concepção clássica do *homo oeconomicus*, de acordo com Foucault, define o sujeito participante como “o homem da troca”. Na versão neoliberal, ele toma mais autonomia e passa a ser parte da própria troca:

O homem do consumo não é um dos termos da troca. O homem do consumo, na medida em que consome, é um produtor. Produz o quê? Pois bem, produz simplesmente sua própria satisfação. E deve-se considerar o consumo como uma atividade empresarial [...] que a renda atribuída a certo capital, capital esse que vai ser chamado de capital humano [...] (FOUCAULT, 2018a, p. 311).

Foucault se refere ao homem de produção de interesses para o Estado, que, para se tornar capital, precisa ser educado desde a sua base para esta finalidade e ser guiado a acreditar que a sua supra importância é ser produtivo. Ainda, ele deve acreditar que a sua felicidade depende disso. Os princípios e valores são estruturas que dão base para a moralidade desenvolvida, e essas informações serão absorvidas desde o nascimento, na relação familiar. Por este motivo, se faz tão importante a influência do Estado na vida da família.

O foco é a população, como vimos anteriormente, no sentido de cada comportamento individual e, a partir disso, o coletivo vai sendo composto e influenciado sutilmente. A racionalidade neoliberal formula um conjunto de processos de subjetivação que tendem “a estruturar e a organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17), como as políticas educacionais, que classificam as qualificações profissionais nos países para regulamentar condutas e aplicar um controle de qualidade que indica os melhores competidores mundiais em níveis de desenvolvimento econômico, tecnológico e científico; determinando uma relação de concorrência global que gira em torno deste *ranking*.

A mentalidade competitiva envolve aqueles que se sobressaem mais no *ranking* do desenvolvimento, iniciado na fase familiar e pessoal, quando o sujeito busca o reconhecimento e a satisfação. As instituições educacionais disseminam os saberes e as práticas neoliberais, focalizando as suas metodologias em matérias que levam o sujeito a competir no *ranking*. A criança, desde cedo, já é observada para o mercado profissional. Os pais se alegram se o filho começa a escrever antes que os outros colegas de sala, se ele aprende a falar mais rápido ou se adquire qualquer habilidade que se destaca acima da média.

Alguns pais estimulam seus filhos através de terapias, entre outros apoios, com o objetivo de inseri-los no *ranking* dos mais desenvolvidos. Enquanto isso, todos colaboram para a produção de um estoque de capital humano que impulsiona a economia do mercado atual.

A Teoria do Capital Humano, desenvolvida na década de 1950 em Chicago, explica o sujeito como sendo ele próprio uma produção de recursos de conhecimento que podem ser aproveitados pelo mercado como um fator somatório e, portanto, considerável como moeda de troca. E a Educação é o primeiro investimento nessa produção.

Por um lado, a governamentalidade neoliberal estimula a liberdade de escolha e a autonomia de si e, por outro lado, apresenta todas as opções entre as quais o sujeito pode escolher: e ele deve escolher e arcar com a responsabilidade da autossustentação. O saber-empendedor é estimulado de tal maneira que ser autodidata se tornou (sutilmente) uma imposição.

Na escola, o aluno deve investigar, explorar, entender e, principalmente, saber como se destacar. Essa conduta voltada para o autodidata é um formato empreendedor, o qual insinua que a iniciativa própria leva ao caminho da produtividade sobre aquilo que o sujeito faz de melhor, no qual ele pode evoluir melhor e obter melhores resultados. Desenvolver sujeitos participantes empreendedores aumenta a produtividade e a economia melhora, ocorrendo desta maneira, um investimento no fator humano para determinado fim e isso é medido através das pesquisas com consumidores, pais, alunos, trabalhadores entre outros para definir as estatísticas que norteiam as ações direcionadas à população.

Andrew Gamble resumiu esse novo rumo [neoliberalismo] na frase: ‘Economia livre, Estado forte’. A expressão tem o mérito de destacar o fato de que não estamos lidando com uma simples retirada de cena do Estado sobre novas bases, novos métodos e novos objetivos. [...] Naturalmente, podemos enxergar nela o que as correntes conservadoras querem que ela contenha: um papel maior na defesa nacional contra inimigos externos, da polícia contra inimigos internos e, de modo mais geral, do controle sobre a população, sem esquecer o desejo da restauração da autoridade estabelecida, das instituições e dos valores tradicionais, em particular os ‘familiares’ (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 190).

A chave é a competitividade, porque tudo se resume ao poder. Poder este, de autonomia que o Estado nos concede para termos viés competitivo no mercado e produzirmos melhores resultados. Deste modo, vamos sendo alimentados pela sede de poder. O problema que a governamentalidade enfrenta é a Educação acima de tudo. Isso, porque é através dela que o sujeito desenvolve as suas habilidades e, como parte do Estado neoliberal, ele é educado para se tornar um empreendedor de si e focar em sua produtividade, o que o leva a cuidar

melhor da saúde, fazer um melhor planejamento familiar e se ocupar com a conscientização política, participando mais das questões sociais em seu entorno.

Essa cadeia de fatores traduzem um modo de vida que, por ser produtiva, é tida como melhor e alavanca a população em um sistema mais global, pela potencialidade gerada. A transferência da responsabilidade sobre a Educação para o mercado é parte da política pública utilizada pela governamentalidade neoliberal, fomentando essa responsabilidade como parte do desenvolvimento que entra para o *ranking* dos países mais desenvolvidos do mundo.

Não é novidade que o Brasil (e muitos países) vive em constante crise no setor econômico e, conseqüentemente, no educacional, visto que o Estado e o mercado necessitam de recursos financeiros para investimento na Educação. Com isso, a produtividade é menor e a capacidade de consumo também, o que gera menos investimentos em nível internacional. Quanto menos investimento de fora, menos recursos internos para a sustentabilidade econômica que provém toda a estrutura para a população.

Antes, o setor público era responsável em suprir as necessidades dos cidadãos. Agora, o mercado oferece uma gama muito maior de serviços e de qualidade, e o cidadão deve se comportar como empreendedor/investidor. No entanto, se não há capital produzido, não há para investimento, e essa é a problemática enfrentada nos países menos desenvolvidos. Por este motivo, o olhar da governamentalidade se volta para o desenvolvimento da capacidade humana individual. O desempenho individual pode gerar expansão da economia e o aumento conseqüente dos lucros estatais.

A escola pública, neste cenário se alinha aos objetivos governamentais através de projetos voltados para a melhoria do ensino, patrocinados por grandes empresas. Enquanto isso, a determinação dos tipos de cursos, matérias e até mesmo a agenda escolar é composta por esses fatores influenciadores, não esquecendo que impactam diretamente no modo de pensar e agir individual, como veremos através dos depoimentos no *corpus* do presente estudo.

1.5 Alguns sintomas sociais neoliberais

Parece simples, ao perguntar para alguém se deseja ouvir a verdade sobre qualquer assunto de importância, para esta pessoa – a resposta é sempre: sim. A verdade sobre a verdade, no entanto, gera mais perguntas do que respostas. Vivemos em uma sociedade moralista, que acredita no que é certo e errado. É como a escolha entre a pílula vermelha e

azul no filme Matrix.⁵ O protagonista tem uma escolha, entre a verdade e a ilusão, e é orientado a saber que a verdade não seria um caminho fácil – e de fato, não é, seja no filme como na vida real.

Os sintomas sociais são frutos da disciplina soberana e do controle governamental. Isso quer dizer que vivemos na Matrix, ou seja, em um lugar onde os agentes do biopoder desenvolvem dispositivos que nos mantêm na ilusão do controle sobre as nossas escolhas, ao mesmo tempo em que estão (os agentes) se retroalimentando de nossa energia vital. Parece dramático, mas a vida não pode ser mencionada sem a emoção que ela gera nos seres humanos. Nós somos primeiramente emocionais, depois racionais. Buscamos justificativas para nossas decisões emocionais, e é só isso o que fazemos. Por isso, cria-se a necessidade a partir da oferta, e não o contrário. A problemática da fome, do preconceito, da guerra, da violência, da exclusão e da doença são gigantes e, ainda, existem mais pessoas ansiosas e deprimidas do que já houve em toda a história da humanidade.

Os sintomas sociais que temos hoje são uma consequência do estilo de vida que levamos, a modo coletivo. Mesmo que você não use o aparelho celular diariamente, por exemplo, em algum momento haverá uma cobrança neste sentido, para que responda mensagens, atenda ligações ou use algum aplicativo para acessar informações importantes. O meio digital nos parece obrigatório para a atualidade porque a necessidade foi criada e adaptada ao mundo. Com ele, as relações a distância acomodam as nossas percepções sobre o que é importante no meio social. Inclusive, o perigo de estar fora de casa virou um agravante, que piorou com a Pandemia. O medo é um motor poderoso e antigo, e enfrentá-lo não é premissa neoliberal, pois ele faz parte das ações de poder sobre a população.

Dentro desse mesmo pressuposto, o medo atua de maneira colaborativa com os objetivos neoliberais. Sendo calculado ou não, o perigo é um elemento de força para o neoliberalismo, porque é através do perigo que nos sujeitamos ao empreendedorismo. Estamos em um período no qual a chave para ser funcionário ou patrão envolve habilidades empreendedoras para tentar garantir o sucesso no mercado de trabalho – e isso conta para o sujeito, tanto que o Estado se coloca cada vez menos responsável por outros aspectos que contribuem para o bem-estar e saúde da população.

Um grande número de teses, relatórios, ensaios e artigos tentará avaliar a balança de custos e benefícios do Estado para terminar com um veredito inapelável: o seguro-

⁵ Matrix (1999): Filme de ficção científica onde Matrix é um sistema inteligente e artificial que manipula a mente das pessoas e cria a ilusão de um mundo real enquanto usa os cérebros e corpos dos indivíduos para produzir energia.

desemprego e a renda mínima são os responsáveis pelo desemprego; os gastos com saúde agravam o déficit e provocam a inflação dos custos; a gratuidade dos estudos incentiva a vadiagem e o nomadismo dos estudantes [...] é pela desmoralização que se é capaz de provocar na população a opinião de que a política do ‘Estado de bem-estar’ se tornou particularmente onerosa (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 209).

Hoje, o sujeito precisa estar aberto para mudar de trabalho em pouco tempo e ser um prestador de serviços, um parceiro da empresa, entendendo mais sobre participação nos lucros do que valores em carteira de trabalho. Ademais, os trabalhos *freelancers* e as *startups* são comuns no mercado e, para acompanhar esse quadro competitivo, o perigo é eminente. Podemos perder um *job* ou até uma empresa muito rapidamente, e essa sensação nos motiva a sermos mais produtivos e competitivos.

O perigo eminente faz com que os pais se ocupem com a Educação dos filhos desde cedo, com medo de que não se destaquem. A escola também é mais cobrada, porque deve preparar os alunos para o mercado, enquanto tem menos apoio estatal. A governamentalidade neoliberal foi se incumbindo de libertar o Estado do dever para com as escolas e deixar a responsabilidade para o mercado, abrindo o leque para uma aprendizagem mais competitiva.

A seguir, veremos, no segundo capítulo, o universo da EaD como subproduto neoliberal.

2 MACRODISCURSO EAD

Quando falamos sobre Educação, precisamos ter em conta o que ela significa dentro da estrutura social. Trata-se de um dever correspondido ao Estado, sendo ele responsável pela disponibilidade de recursos para a estruturação de escolas em todo o seu território de poder. É também um direito de toda criança frequentar o Ensino Básico, da pré-escola até concluir o Ensino Médio, considerando que após este período ela estará qualificada para seguir estudos profissionalizantes e ingressar no mercado de trabalho. Por este motivo, devemos também considerar que, independentemente da raça, condição social, econômica ou física, qualquer criança deve ter o direito a uma vaga na escola que proverá os fundamentos necessários para a sua educação e preparação para o futuro. Contudo, sabemos que não é bem assim. Antigamente, o estudo era um privilégio de reis e de uma parcela minoritária e elitizada dos reinados e impérios.

Este capítulo traz informações históricas que explicam a relação público-privada no Brasil, a respeito da abertura concedida ao longo dos anos à Educação para a população, evidenciando de que maneiras o Estado se faz presente nesta relação e como esse fator moldou a Educação que conhecemos hoje. Em sequência, o histórico da EaD é apresentado como um método educacional validado pelo Estado e pela população. No decorrer deste capítulo, acompanharemos o crescimento da EaD em consonância com as leis decretadas, os hábitos adquiridos em torno dessa modalidade de ensino e o lugar em que ela se insere na relação público-privada.

2.1 A relação público-privada na Educação no Brasil

No Brasil, o privilégio na Educação, timidamente, foi revogado oficialmente em 1824, com a Constituição Política do Império do Brasil, que no art. 179 previa: “a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”. No entanto, a elite imperial direcionava a Educação para fins privados, apropriando-se das vantagens pré-concebidas, constituindo um histórico de preconceito de classe social e raça, em vista de manter esse espaço limitado, onde alguns poucos cidadãos são considerados mais “prestantes” – a elite – e os “ativos” – aqueles que sustentam o *status quo* vigente (PIRES, 2015).

Disto decorre a percepção de que o Estado está vinculado aos interesses da elite, ou seja, que um e o outro fazem parte de um grupo com os mesmos interesses, atuantes em esferas distintas – o que gera inúmeras influências na população em geral. No século XIX,

quando a Educação começou a se expandir, teoricamente, a relação entre o Estado e a elite se mostrou dentro de um acordo “modernizado”. Em 1821, foi decretado por D. João VI o poder concedido a qualquer cidadão para ensinar ou fundar uma escola de “primeira letra”. A este ponto, o Estado oficializava a sua responsabilidade parcial, com o repasse em caso de sua incompetência para a iniciativa privada, e a Igreja, por sua vez, se utilizando do poder espiritual para ensinar o que a lei não consegue (PIRES, 2015, p. 43).

A Educação no Brasil foi instituída por jesuítas que tratavam de evangelizar e adaptar os nativos ao modo de vida europeu. Essa influência repercutiu na Educação das gerações descendentes dos colonos que se estabeleceram como senhores de terras no País, os quais tomaram muitos índios como servos, dentre outros escravos que compunham as fazendas na época colonial. Enquanto a constituição defendia uma Educação expansiva, o próprio Estado silenciava as ações da elite em favor da privatização educacional, dos privilégios das classes sociais, da dominação religiosa e do racismo, tendo como justificativa “não investir na Educação da classe trabalhadora, em razão dos compromissos com o pagamento dos juros da dívida externa com a Inglaterra, dona do capital centralizado” (PIRES, 2015, p. 45). Essa realidade datada de dois séculos atrás, não é muito diferente da atual. Passamos pelo período colonial, pela transformação na república federativa e todo seu desenvolvimento, contemplando o enfrentamento de diversos tipos de preconceitos em vista da inclusão social e, com isso, o real direito de uma Educação equalitária para todos. No entanto, hoje em dia, ainda lidamos com situações excludentes no âmbito considerado como essencial para uma vida digna em sociedade.

Em relação a todo o histórico da relação entre a Educação pública e privada no Brasil, podemos resumir, sobre a fase inicial da República.

Neste período, vislumbra-se um esforço para a construção da esfera pública, e a Educação como parte deste processo sofre as consequências, pois se declara pública, mas não existe a contrapartida em termos de financiamento, acesso e difusão, abrindo espaço para os interesses privados, ou [...] “criam-se brechas” para a ação privada e a influência católica, no qual se afigura uma espécie de continuísmo, se relacionado ao período imperial (PIRES, 2015, p. 59).

Em 1890, durante os primeiros anos da República no país, foi criado o Ministério da Instrução Pública, que exercia o controle da escola privada, com a incumbência de fiscalizar as condições de higiene, moralidade, organização, qualidade de material didático e atividades docentes, além de incentivar a iniciativa privada. Em contrapartida, concedia liberdade do

estudo doméstico, tendo em vista a influência positivista que se instalava na promoção educacional neste período (PIRES, 2015, p. 68-69).

A postura positivista do Estado ocorreu em vista de ascensão da República através da ordem social, incentivando um olhar de patriotismo e moralidade, em especial com a inclusão da mulher por sentimentalizar, domesticar e completar o homem, enquanto os conservadores mantinham o poder da hierarquia social, ao mesmo tempo em que as influências do positivismo decaíam sobre toda a população e a estimulavam a acreditar que faziam parte da construção de um avanço social e material.

Em 1901, foram regulamentadas leis educacionais, desta vez em decreto aos “estabelecimentos de ensino superior e secundário, fundados pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por qualquer associação ou sujeitos participantes” (PIRES, 2015, p. 73-74), determinando a concessão de privilégios federais de acordo com a conduta dos estabelecimentos. Ainda, obrigava aos mesmos a adotarem um Delegado Fiscal nomeado pelo Governo com a finalidade de observar e prestar relatórios sobre as condutas e os programas, sob as custas dos próprios institutos de ensino. A Lei Rivadária, de 1911, transformou a visão de uma “razão de Estado” para um “direito social”, dando autonomia didática e administrativa às instituições de ensino. Passo a passo, o Governo se eximia da responsabilidade sobre a Educação, ao mesmo tempo em que mantinha um controle sobre o seu caminhar financeiro, como observado no Art. 126 “Ao corpo docente e ao pessoal administrativo de cada um dos estabelecimentos que passam a ser emancipados, o Governo garantirá as regalias moraes e materiaes a que têm direito pelas leis até agora em vigor” (BRASIL, 1911).

O governo já não seria mais, a partir de então, o financiador dos institutos de ensino, os quais passaram a ser tratados como corporações e, em casos excepcionais de necessidade, votadas em Congresso Federal, haveria certas isenções fiscais. Isso tudo porque a Educação adentrou ao sistema positivista e a escola pública era mais incentivada no sentido de que crescia a perspectiva do direito à Educação e do dever social e individual nessa relação, o que gerou uma ideia de pertencimento das classes sociais, que poderiam sentir-se incluídas.

Ao mesmo tempo, por trás de todo o positivismo, estavam os interesses econômicos no que diz respeito à urbanização das cidades e da capacitação profissional para a engrenagem do capitalismo e, conseqüentemente, do enriquecimento dos Estados. O que acontecia, enquanto a Educação ganhava espaço no sistema corporativo, era um aumento exponencial de sua promoção privatizada. Isto quer dizer que a escola pública já não era, ela mesma, uma iniciativa primordial.

Mesmo com a maior parte das crianças matriculadas em 2010 (98%), a média de tempo de estudo de um adulto no Brasil ainda é de apenas sete anos, ou seja, menos tempo do que o ensino fundamental completo. Ademais, há uma insatisfação com a falta de estrutura básica em muitas escolas, que apresentam ações que reivindicam condições como água e esgoto, construções inadequadas ou decadentes, salas sem nenhum conforto para a realização de aulas, falta de alimentação e de papel higiênico, banheiros deteriorados, falta de segurança e a lista continua.

Sabemos que os salários dos professores também é motivo de muitas reclamações, o que gera inúmeros problemas, como: falta de sustentação básica, desgosto profissional, problemas pessoais e sérios agravantes à saúde. Com isso, a qualidade de ensino é prejudicada. Não obstante, há uma questão mais essencial que ocorre antes de que o professor chegue até a sala de aula, que corresponde à sua formação acadêmica e profissional.

A Educação, no geral, desde a instalação da República no Brasil até os dias de hoje, desenvolveu-se a partir da ideia de uma “Educação para todos”, em prol da promoção de um país que se encontra em ascensão das Ciências Sociais e da intelectualidade, que luta contra o analfabetismo e, dentro do controle estatal, de uma elite que se constituiu como autoridade e manteve a sua parcela de poder de Ordem e Progresso. Com a modernização, carregada de informação e tecnologia, a EaD entra na história da Educação, como um método cada vez mais procurado por estudantes.

2.2 O desenvolvimento da EaD

A EaD vem ganhando espaço há mais de um século, engatinhando conforme a abertura da sociedade para a sua implementação, ajustando-se às necessidades do momento, desde sempre e até hoje, e as divergentes opiniões que dificultam sua implementação com uma visão inclusiva sobre meios alternativos de práticas e projetos de Educação no Brasil.

Conforme Silva Júnior (2003, p.15):

Diante das transformações em curso, desde a década de 1970, no atual estágio de universalização do capitalismo, o capital pôs-se em territórios geográficos onde anteriormente não se movia, [...] passou a organizar esferas sociais e políticas que se realizavam de acordo com diretrizes da lógica pública, determinando, dessa forma, novas relações entre o público e o privado, o que, articulado com o movimento geográfico, marca mudanças estruturais na reprodução da formação econômico-social capitalista. Isso acentua o movimento de reformas institucionais, em particular na esfera da Educação.

Desde então, o sistema educacional passou por reformas no currículo e no financiamento, além de medidas, como a dimensão docente em relação às práticas sociais no cotidiano da instituição escolar. As mudanças sociais, por sua vez, tornam formação de professores a distância uma tendência. No entanto, é importante fazer um apontamento histórico investigativo sobre o surgimento da EaD no Brasil, uma vez que há fatos que mostram para influências mais antigas.

Antigamente, a EaD era um método realizado por correspondência de materiais para estudo e, em 1923, surgiu como um modelo de educação popular através da Rádio Sociedade, no Rio de Janeiro (MESQUITA; VILLELA, 2018). De acordo com os autores, no entanto, esse desenvolvimento não foi sempre estimulado:

Contudo, o sistema de censura brasileiro liquidou com quase todas as grandes iniciativas de rádio educativa, com a revolução iniciada em 1969. Atualmente, ainda há ações isoladas, mas com pouco apoio dos órgãos oficiais. O desmantelamento da EaD pelo rádio foi uma das principais causas da queda do Brasil no ranking mundial. Outras nações implementaram transmissões pela rede de emissoras, enquanto o Brasil abandonava esse modelo (MESQUITA; VILLELA, 2018, p. 3).

Apesar das tentativas de censura, não tardou para que os meios de comunicação adotassem programas educativos, às vezes, voluntariamente, outras por obrigação das leis implantadas pelo Código Brasileiro de Telecomunicação e, depois, pelo Ministério das Comunicações, seguido de outros órgãos que visavam fazer essa manutenção (MESQUITA; VILLELA, 2018).

A EaD foi, por sua vez, foi explorada em formatos diferentes de acordo com a época:

O Brasil vem desenvolvendo programas em EAD há décadas, alguns deles muito conhecidos, como o MEB (1956), o Projeto Minerva (1970), o Logos (1977), o Telecurso de 2º Grau (1978), o Mobral (1979) e, mais recentemente, Um Salto para o Futuro (1991), Telecurso 2000 (1995) e TV Escola (1996). Hoje, existe o Consórcio Interuniversitário de Educação Continuada e a Distância (BrasilEaD), uma iniciativa dos reitores das universidades brasileiras, criado em 1993, e constituído por 54 instituições públicas de ensino superior (PRETI, 1998, p. 25).

A internet conquistou um espaço abrangente no cotidiano social e cultural, assumindo todos os campos de atuação e vinculando, desta forma, a atenção de toda a população como ferramenta essencial de acesso para a comunicação e a viabilização de todo tipo de ação. Isso quer dizer que a linguagem é expandida por meio de diversas formas: havia a linguagem comportamental, depois surgiu a linguagem dos símbolos, a partir da qual se desenvolveu a linguagem falada e, posteriormente, a escrita. A tecnologia, neste contexto, se utiliza de

códigos e algoritmos, que a internet reconhece a partir da nossa linguagem, os códigos traduzidos para a inclusão das informações em temas de buscas, formulando um *ranking* de interesses mais procurados.

De acordo com Saraiva e Veiga-Neto (2011, p. 20), com a tecnologia, a linguagem também se formatou:

Os significados atribuídos a palavras simples como distante, durável, prático, rápido, fácil (possivelmente se possa incluir na lista outras tantas como lealdade, amizade e dignidade), provavelmente estão sendo transformados com uma maior intensidade do que os utensílios de cozinha de nossas residências.

A linguagem e o comportamento de uma sociedade falam muito sobre ela. E a velocidade com a qual nos adaptamos às mudanças advindas com a tecnologia, por sua vez, causa influências constantes e diretas em nossa maneira de falar e agir. O espaço da internet se expandiu de tal maneira que se tornou, conseqüentemente, um meio de expressão da nossa cultura, para o bem e para o mal. De acordo com Saraiva e Veiga-Neto (2011, p. 25), “uma das vantagens mais frequentemente citada da EAD é a de permitir ao aluno estudar aonde quer que esteja e quando lhe for mais conveniente”. Por outro lado, de acordo com estudos de Bonfim e Hermida (2006, p. 12), há fatores “crônicos” que representam certas problemáticas quando se abordam os cursos EaD, como afirmam os autores, tais quais:

- organização de projetos-piloto sem a adequada preparação de seu seguimento;
- falta de critérios de avaliação de programas e projetos;
- inexistência de uma memória sistematizada dos programas desenvolvidos e das avaliações realizadas, quando estas existem;
- descontinuidade dos programas sem qualquer prestação de contas de seus objetivos;
- pouca divulgação dos projetos, inexistência de canais de interferência social nos mesmos.

Silva (2012) e Menezes (2017) indagam a respeito da necessidade criada a partir da implantação de objetos tecnológicos como uma suposta solução para os problemas sociais. De acordo com as autoras, uma vez que se apresenta um objeto útil para o mercado, as críticas referentes à sua utilização, ou seja, como ela causará impacto na vida das pessoas, se tornam secundárias ou inválidas, abrindo desta maneira espaço para outras problemáticas advindas com este novo cenário construído (SILVA, 2012; MENEZES, 2017).

No quadro da EaD, o sistema a distância visa à otimização do tempo para as pessoas envolvidas e mais acesso à Educação, deixando de lado a humanização que deve ser preservada nas relações e a preparação para que as pessoas se adaptem bem ao novo sistema.

Essas problemáticas são geradas sem prévia atenção às consequências e, agora, faz-se necessário tratar daquilo que foi negligenciado. A tecnologia da informação tem feito com que a EaD se desenvolva exponencialmente na proposta do baixo custo e acessibilidade educacional decorrente do método. No entanto, a EaD se trata, de fato, de uma solução apresentada para que os alunos tenham acesso à informação de qualidade para se formarem em suas especialidades?

A EaD, neste contexto, é concebida por alguns autores, como um método em que o aluno aprende em seu próprio ritmo, com o professor e o material disponíveis para consulta e orientação durante o aprendizado, não sendo o elemento distância “o melhor definidor de sua especificidade. A distância quer dizer, primeiramente, que se dá sem a presença do outro de quem se está separado espacial e temporalmente” (MENEZES, 2017, p. 131).

Não há estudos suficientes a respeito da EaD e sobre sua repercussão a partir do olhar Foucaultiano, sendo questionável se a tecnologia pode substituir a presença em sala de aula e se “a manutenção do termo Educação no nome, não representaria, por acaso, nossa tendência atual, característica do processo de industrialização, de reduzir Educação à instrução?” (MENEZES, 2017, p. 137). Contudo, pesquisas realizadas em trabalhos publicados entre 1999 e 2003 analisaram discussões filosóficas, políticas e estratégicas, metodologias, certificações entre outros aspectos que mostraram que a EaD, até então, representava uma área do saber ainda não muito tematizada pelas pesquisas científicas. Isso significa que as pesquisas sobre as repercussões da EaD são recentes (FORMIGA; LITTO, 2009).

De acordo com Lima e Mascia (2011), a EaD tenta promover objetivos referentes à melhoria do sistema educacional. As autoras enfatizam que “o discurso da EAD, responde, discursivamente, aos desejos do sujeito contemporâneo e dentro de uma perspectiva neoliberalista, de busca pela qualidade, melhoria, valorização, elevação e democratização da Educação” (LIMA; MASCIA, 2011, p. 13). Porém, no quadro contemporâneo neoliberal, a EaD também é influenciada pela mercantilização e tecnologia – mercantilização, porque é regente da base que fundamenta o sujeito ativo na sociedade, ou seja, a Educação prepara o sujeito para o mercado de trabalho; e tecnologia, porque interfere diretamente nos recursos para a aprendizagem, como material de apoio e nos formatos de aula.

Dessa forma, esse discurso, ao estabelecer a maneira pela qual os sujeitos participantes aluno e professor devem se relacionar entre si nessa modalidade de Educação, coloca-os em uma situação análoga, por exemplo, de automação de fabricação de automóveis numa indústria; à de gerenciamento no comércio, ou, ainda, à de informação simultânea ou comunicação imediata no setor de investimentos, uma vez que, em todas elas, essas tecnologias medeiam e interferem

nos processos informacionais e comunicativos entre as pessoas (MENEZES, 2017, p. 59).

Menezes (2017) traz a questão do utilitarismo, tendo em vista que a utilidade de algo ou alguém é o que determina a sua razão de ser. Com isso, a EaD colabora para a sustentação do utilitarismo, uma vez que corresponde com uma metodologia de aprendizagem adequada às necessidades atuais e, por outro lado, os fatores de insegurança que acompanham o desenvolvimento trazem outros questionamentos. De acordo com Rinaldo Volopini (2009, p. 125):

Em nenhuma definição da EAD pode-se encontrar qualquer defesa desta substituição ou mesmo uma desvalorização de seu papel, entretanto, em que pese a particular posição que estes fantasmas, como, aliás, ocorrem a todo fantasma, possam tomar em relação àquilo que define a EAD, eles persistem como se constatassem no encampamento galopante deste processo o presságio do fim do professorado.

Volopini (2009) traduz o sintoma social como um fator determinante para a criação de necessidades que acatamos como primordiais para o nosso desenvolvimento. Isto é, ele explica, resumidamente, o padrão humano de usar a tecnologia para suprimir as suas próprias necessidades criadas, e que isso pode se voltar (e com frequência, volta) contra o próprio homem/ a própria sociedade.

É importante tratar deste assunto, uma vez que a EaD é um produto aprimorado de acordo com o sintoma social, o qual visa a praticidade e o utilitarismo de recursos para a sua subsistência. A Educação, por sua vez, sendo um pilar indispensável (até então) para a formação dos sujeitos na sociedade, entra também no ritmo das mudanças tecnológicas e deve, portanto, corresponder com as expectativas mercadológicas. O sintoma social sugere o questionamento sobre a necessidade *versus* a criação de um objeto que a atenda, ou seja, no caso da EaD: a Educação a distância existe porque é necessária para a aprendizagem ou ela se fez necessária por sua existência?

Neste cenário, sabemos que a utilidade dos professores também sofre alterações e que, em algum momento, pode ser extinguida se for identificada uma necessidade contraditória a sua existência. Ainda, para alimentar as utilidades sociais, vamos nos distanciando da espontaneidade que é parte de nossa condição humana, porque devemos nos adaptar às necessidades mercadológicas. Dito de outro modo, o “[...] ensino industrializado, para se referir à EAD, reforça esta tendência de um processo em série, feito, portanto, segundo regras

de uma lógica interna ao produto, mais do que através da interação imediata com o outro” (VOLOPINI, 2009, p. 134).

De acordo com Saviani (2000), antes da necessidade da escola, a Educação era considerada parte do trabalho para o desenvolvimento do núcleo familiar, desta maneira, aplicado por todos. Entretanto, a institucionalização do ensino se tornou uma metodologia tão necessária para a sociedade que, atualmente, enfrentamos uma reeducação para a integração do processo de aprendizagem escolar com a familiar e a social. Com o crescimento exponencial das formações em salas de aula virtuais, se desenvolveram mega universidades – quando IES contêm mais de 100 mil estudantes matriculados. As aulas abertas também ganharam destaque, com a possibilidade de aprendizagem de diversos temas acadêmicos sem custo, oferecidos por universidades reconhecidas.

Costa (2016) publicou um estudo de 2013 sobre os cursos iniciados no formato aberto e a distância, indicando que apenas uma taxa de 4% da quantidade total de alunos concluiu os cursos.

John Hennessy, presidente da Universidade de Stanford, afirma [...] que tais cursos não conseguem engajar os estudantes. Isso ocorre, principalmente, porque a maior parte dos sujeitos participantes não está preparada para lidar com a complexidade do material oferecido pelas universidades. Consequentemente, a maioria dos estudantes, ao ter acesso ao material, acaba desistindo (COSTA, 2016, p. 273).

Com o passar do tempo, a qualidade da EaD foi ganhando cada vez mais foco, porque não havia de fato um reconhecimento suficiente sobre o real benefício advindo com essas novas ferramentas. Isto é, além da acessibilidade e do baixo custo, as aulas abertas funcionam “como uma forma de complementar a formação universitária no interior de um contexto global que exige um constante processo de requalificação profissional” (COSTA, 2016, p. 274).

A seguir, veremos de que maneira a EaD se apresenta dentro dos moldes sociais atuais, tendo em observação a democratização, a tecnologia e as exigências educacionais com relação ao mercado profissional, o que impacta diretamente em disponibilidade de tempo e custos dedicados à Educação.

2.3 A democratização da EaD

Os países desenvolvidos e em desenvolvimento têm algumas tendências em comum, apesar de apresentarem influências distintas em suas características com a globalização.

Segundo Bonfim e Hermida (2006), essas tendências envolvem uma pressão maior sobre o desenvolvimento do mercado de trabalho condizente com a globalização, o que acaba exigindo mais dos países subdesenvolvidos e gerando movimentos contraditórios. Neste sentido, a internacionalização é um fator intrínseco ao modelo e, em vista de dar suporte ao processo nas IES, foram desenvolvidas algumas cooperativas internacionais, indicadas na Tabela 1.

Tabela 1 - Algumas das principais redes de EAD no mundo

Rede	Nº de IES membros	Nº de países abarcados	Abrangência
ADLA – African Distance Learning Association	8	4	Continental
EDEN – European Distance and Learning Network	181	55	Transcontinental
EADTU – European Association of Distance Teaching Universities	29	25	Continental
ICDE – International Council for Open and Distance Education	170	60	Transcontinental

Fonte: Costa (2016, p. 275)

As redes apoiam instituições em inúmeros países, como podemos observar na tabela 1. Dentre os benefícios trazidos pelas redes, estão:

um modelo de Educação online, flexível e aberta a todas as camadas da população; intercâmbio internacional de estudantes e de professores; realização de ações conjuntas como projetos de pesquisa e ensino; criação de fóruns e eventos para o debate entre administradores, professores e estudantes de EAD; manter os membros atualizados sobre as últimas tendências globais em ensino a distância (COSTA, 2016, p. 275).

A democratização, ao encontro da globalização, entra como um fator vinculativo entre nações, culturas e instituições de ensino diferenciadas. Esta temática é complexa e envolve toda a sociedade, pois exige que ela tenha uma visão de unificar certos valores educacionais, não de maneira simultânea ou obrigatória, mas considerando a proposta de que a Educação é para todos, uma vez que passa a ter uma amplitude global, se estendendo para tipos de linguagem, orientações e oportunidades dentro deste mesmo cenário. Para tanto, o apoio das redes e a constante observação com trocas de informações entre as pessoas é necessária.

De acordo com o histórico apontado no Quadro 1 abaixo, constata-se que a EaD se originou a partir de etapas tecnológicas pelas quais a Educação foi passando, se aprimorando e se construindo, desde o manuscrito lido diretamente aos alunos pelo professor em sala de aula, até a distribuição em massa de conteúdo para o mundo todo.

Quadro 2 – A evolução das tecnologias de EaD

Primeira tecnologia: o livro impresso (século XV)
<ul style="list-style-type: none"> • A replicação maciça e barata do conhecimento • A alfabetização da população
Segunda tecnologia: o correio (século XVIII)
<ul style="list-style-type: none"> • A distribuição de material impresso a grandes distâncias e a comunicação bidirecional com o professor • O ensino por correspondência • A replicação maciça e barata da integração
Terceira tecnologia: os meios eletrônicos (século XX)
<ul style="list-style-type: none"> • Tirou a necessidade de distribuição de elementos físicos (átomos) e os substituiu por ondas e elétrons (século XX) • Agilizou, facilitou e imitou melhor a instrução e a interação

Fonte: Bonfim e Hermida (2006, p. 172)

Na América Latina, essa realidade está sendo implementada por meio de programas e da institucionalização, como o Sistema de Educación Abierto y a Distancia de Colombia, o qual atende cerca de 60% dos estudantes no sistema EaD (BONFIM; HERMIDA, 2006). Em 1960, na Argentina, surgiu a Tele Escola Primária, do Ministério da Cultura e Educação, que integrava os materiais impressos à televisão e à tutoria. Em 1977, na Venezuela, foi criada a Fundação da Universidade Nacional Aberta e, em 1978, fundada a Universidade Estadual a Distância, na Costa Rica (MENEZES, 2017). Em relação ao desenvolvimento tecnológico no ambiente educacional, atualmente, são estudados os inúmeros recursos gerados com assiduidade para a facilitação dos usuários digitais. Isso envolve a acessibilidade para os diversos públicos e, no caso da Educação, tem o intuito de auxiliar o processo de aprendizagem.

De acordo com José Moran (2012), existem aplicativos ou portais com fácil usabilidade, como: Innoveedu.org, com divisões por nível de ensino, áreas de conhecimento e

grau de inovação, mais pontual ou disruptiva, e a Inova Escola, que mostra como inserir as tecnologias dentro de uma visão transformadora da Escola, com alguns exemplos práticos. Entretanto, Moran explica que estes recursos ainda dependem de educadores e alunos interessados em usufruir de maneira criativa e produtiva. Existem, portanto, portais desenvolvidos com a finalidade de prover material de apoio, como: Portal do Professor, Escola Digital, Educopédia e Dia a dia Educação. Com o advento da tecnologia digital, as dinâmicas em sala de aula presencial e online foram se transformando. Moran (2012, p. 2) descreve o que ele chama de “inversão” da forma de ensinar, conforme o exemplo:

- Partir das ideias prévias do aluno.
- Ter ou elaborar bons vídeos. Ensinar a ver os vídeos.
- *Quizzes (Edpuzzle, jogos Kahoot)*. Uma pergunta no meio do vídeo.
- Discussão sobre o vídeo visto em casa, responder as dúvidas e iniciar tarefas/experimentos.
- As atividades em sala de aula envolvem uma quantidade significativa de questionamento, resolução de problemas e de outras atividades de aprendizagem ativa, obrigando o aluno a recuperar, aplicar e ampliar o material apreendido on-line.
- Os alunos recebem feedback imediatamente após a realização das atividades presenciais.
- Os alunos são incentivados a participar das atividades on-line e das presenciais, sendo que elas são computadas na avaliação formal do aluno, ou seja, valem nota.
- Tanto o material a ser utilizado on-line quanto os ambientes de aprendizagem em sala de aula são altamente estruturados e bem planejados.
- Mudar a avaliação.

Segundo o autor, essa inversão⁶ colabora para um ritmo mais autônomo de aprendizagem, porque possibilita a organização mais personalizada e a execução das tarefas conforme a capacidade de cada aluno.

É importante refletir sobre a democratização da educação sob outro ponto de partida, no entanto. Ao mesmo tempo em que a tecnologia parece facilitar a rotina do aluno, vai exigir dele mais autonomia no processo de aprendizado. E muitas vezes, durante o percurso, o aluno pode precisar de orientação, apoio e até mesmo entender como se utilizar das ferramentas disponibilizadas para a sua aprendizagem, e isso pode se tornar uma enorme barreira para este objetivo.

Veremos, em nosso estudo de caso, o reflexo da autonomia e da tecnologia digital nas falas dos sujeitos entrevistados. Antes, veremos como a EaD se adaptou através da lei, atraindo adeptos incentivados por uma educação acessível.

⁶ Em um modelo clássico, o aluno vai para a aula, assiste à explanação do professor e depois busca por livros que o ajudarão a se preparar para provas ou a aprofundar o conhecimento. Na sala de aula invertida, primeiro o estudante tem contato com os conceitos que serão trabalhados em aula, para que depois discuta sobre o tema com os demais estudantes (Fonte: <https://www.adinstruments.com.br/sala-de-aula-invertida>).

2.4 Leis e índices brasileiros sobre a EaD

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9394/1996, regulamentou a EaD e estabeleceu as diretrizes para o exercício correto nas IES, para o devido reconhecimento do método e para o máximo aproveitamento do mesmo como um recurso de habilitação para o cumprimento profissional na sociedade. É importante ressaltar que a EaD só pode ser aplicada nas matérias em que não é essencial a presença do aluno para o aprendizado do conteúdo em questão. Um curso de marketing, pedagogia ou jornalismo, por exemplo, podem ser realizados a distância, sem a necessidade de haver atividades presenciais, como a medicina, por outro lado, onde os alunos precisam se concentrar em aprender o corpo humano.

A Lei que regulamenta a EaD auxilia no incentivo da modalidade de ensino e democratiza o ensino superior no Brasil, com certas controvérsias observadas por alguns autores, entretanto, vistas de maneira a despolitizar e controlar o professor e de consolidar ideais burgueses, como forma de mercadoria lucrativa do mercado neoliberal. Em apoio à EaD, os artigos 80 e 87 da Lei n. 9.394, de 1996 (LDB/96), estabelecem algumas regulamentações:

- definição de Educação à distância, abrangendo todos os cursos que não sejam estrita e integralmente presenciais;
- exigência de credenciamento específico das IES para oferecer quaisquer cursos de EAD, organizada esta com abertura e regimes especiais;
- exigência de autorização/reconhecimento de cursos de graduação;
- exigência de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de pós-graduação stricto sensu dependentes da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação e da Avaliação da CAPES;
- dispensa de processo de autorização/reconhecimento para cursos de pós-graduação lato sensu para instituições credenciadas para EAD;
- transferência e aproveitamento de estudos entre as modalidades;
- exigência de exames presenciais nos cursos de graduação e pós-graduação stricto e lato sensu (BRASIL, 1996).

Ainda, em seu art. 80, a LDB/96 estabeleceu que:

O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de Educação continuada.

§ 1º. A Educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, serão oferecidas por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º. A união regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diplomas relativos a cursos de Educação a distância.

§ 3º. As normas para produção, o controle e a avaliação de programas de Educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos

respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º. A Educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o poder público, pelos concessionários de canais comerciais (BRASIL, 1996).

Posteriormente, foi detectada a falta de critérios para a criação dos programas de EaD, levando ao Decreto n. 5.622, que regulamenta a LDB/96. O Decreto estabelece que, em determinados momentos, deverão os alunos se apresentarem presencialmente para cumprirem com algumas etapas imprescindíveis do processo de Educação e conclusão do curso a distância, dentre eles: avaliações, estágios, defesas de trabalhos concluídos e certas atividades que requerem a presença física para sua execução (BRASIL, 2005).

Com o aumento dos cursos a distância, em termos institucionais e o relatório da Comissão de Assessoria do MEC aponta três tendências na oferta de cursos superiores:

Ação individual – instituições de ensino superior, com cursos regulares e reconhecidos, que passam a oferecer seus cursos ou novos cursos a distância.
Associações – associação (parcerias ou convênios) de instituições de ensino superior brasileiras organizadas em redes estaduais, regionais ou nacionais para o desenvolvimento de projetos de Educação a distância. Instituições exclusivamente virtuais – instituições privadas, criadas exclusivamente para oferecer cursos à distância, operando, no momento, apenas em cursos de extensão (SESU/MEC, 2002, p. 6).

Com a LDB/96 promulgada e a regulamentação do Decreto n. 5.622, houve um aumento exponencial no número de pessoas inscritas em cursos de graduação a distância no Brasil. De acordo com os índices do MEC/INEP, em relação às inscrições em graduação presencial, há um crescimento contínuo dos graduandos a distância num período de 10 anos. Em 2007, eram 15,4% o percentual de ingressantes nos cursos de graduação a distância e, em 2017, chegou a 33%, tomando um espaço de abrangência no sistema educacional, enquanto o sistema presencial permanece numa linha de crescimento proporcionalmente menor (MEC, 2018). O ano de 2017 representou um marco na história da EaD. Em 25 de maio do mesmo ano, o Ministério da Educação (MEC) anunciou o Decreto nº 9.057, em vista de aprovar mais cursos superiores a distância, e “melhorar a qualidade da atuação regulatória do MEC na área, aperfeiçoando procedimentos, desburocratizando fluxos e reduzindo o tempo de análise e o estoque de processos” (MEC, 2017).

A portaria possibilita o credenciamento de instituições de ensino superior (IES) para cursos de Educação a distância (EaD) sem o credenciamento para cursos presenciais. Com isso, as instituições poderão oferecer exclusivamente cursos EaD, na graduação e na pós-graduação lato sensu, ou atuar também na modalidade presencial (MEC, 2017).

Há um crescimento dos recursos oferecidos aos estudantes matriculados nos cursos totalmente a distância, em comparação aos semipresenciais. As teleaulas, os textos digitais e os *e-books*, como os recursos que contêm mais quantidade de produção, são meios que se tornaram habituais entre as aulas ministradas a distância e semipresenciais. Os livros digitais estão em 3º lugar no *ranking*, e há uma valorização maior na distribuição dos *e-books* nos últimos anos (ABED, 2020, p. 10):

Os dados históricos mostram um crescimento significativo no uso desse recurso, que na edição anterior estava em quarto lugar, dando um salto de 10% do ano passado para este. Há anos as instituições de ensino negociam com as editoras para encontrar modelos de negócios que permitam disponibilizar este recurso de forma mais prática para seus alunos.

É importante observar o aumento, não somente no formato de aula, considerando a mudança do presencial para o digital, mas também dos materiais de apoio, os quais também exigem o uso mais frequente do computador ou do aparelho celular e de uma rede de internet.

A maioria das instituições de ensino a distância teve início de suas atividades no modelo presencial. O próprio histórico de crescimento da EaD, combinado à LDB e suas aplicações durante o decorrer dos cursos, mostrou que houve diversas adaptações do ensino presencial para o ensino a distância e semipresencial. A adaptação ao mundo digital, as limitações de visão dos alunos em telas, a necessidade de mais autonomia nas pesquisas e a realização de tarefas, por exemplo, são fatores que exigem mudanças comportamentais nos sujeitos participantes, o que acarreta mudanças sociais entre grupos e, conseqüentemente, no coletivo.

A credibilidade da instituição de ensino, somada ao baixo custo da EaD e o tempo poupado com o não deslocamento, após alguns anos, incorporaram o sistema a distância ao sistema presencial por questões mercadológicas com alguns cursos podendo ter em sua carga horária setenta por cento do curso a distância.

De acordo com o Censo EAD.BR, houve “um aumento significativo na oferta de cursos regulamentados totalmente a distância (que passaram a 16.750), em oposição à oferta de cursos livres, que teve um grande decréscimo (restringindo-se a 4.018)” (ABED, 2020, p. 56).

É importante considerar as taxas de evasão, que a princípio eram motivo de preocupação quanto à EaD. Foi sendo observado o índice de evasão durante os anos de expansão da EaD e, conforme dados do Censo EAD.BR (2020, p. 65), podemos verificar que houve também uma melhoria neste sentido:

As taxas de evasão na graduação continuam sendo uma preocupação para o mercado de EAD, porém, em comparação com os anos anteriores, esses números têm reduzido. Vale ressaltar que, em 2017, aproximadamente 50% das instituições com fins lucrativos e públicas federais desconheciam o motivo desse fenômeno de evasão. Em 2018, como revela o Gráfico 4.13, o nível de conhecimento aumentou significativamente: 88,2% das instituições que oferecem cursos regulamentados totalmente a distância conhecem os motivos de evasão. Nos cursos livres, mantiveram-se altas as taxas de desconhecimento sobre esse tema.

É importante ressaltar, também, as ações em vista das pessoas com necessidades especiais. A Lei da Acessibilidade de 19 de dezembro de 2000, Lei n. 10.098, já fez com que muitas instituições se esforcem em direção à inclusão. Desde então, o número de estudantes com necessidades especiais aumentou mais de 33,2%, considerando todas as modalidades de ensino, presencial, semipresencial e a distância.

Na soma total, excluindo-se os dados não declarados e os que informam não haver nenhum tipo de atendimento humano, grande parte das instituições apresenta um ou mais elementos humanos dedicados a garantir a acessibilidade dos alunos com deficiências. Vale ressaltar que 18,5% dos respondentes deste Censo afirmaram não ter nenhum tipo de atendimento humano para receber alunos com deficiências, o que representa uma fatia significativa desse segmento em EAD (ABED, 2020, p. 106).

Os recursos tecnológicos de acessibilidade também entram como um recurso importante, uma vez que as pessoas com necessidades especiais, em muitos casos, necessitam desses recursos para navegar no sistema da instituição e usar as ferramentas de aprendizagem. Dentre os recursos tecnológicos oferecidos pelas instituições totalmente a distância para acessibilidade, as provas adaptadas representam 55,5% e, com 52,5%, estão os computadores com recursos de acessibilidade (ABED, 2020).

Agora, já temos a EaD como modalidade em uma sociedade complexa que se respalda em leis de incentivo, ao mesmo tempo em que estão a serviço de um sistema, no qual o Estado carrega um histórico de manutenção de poder. A seguir, compreenderemos mais profundamente esse fator, visto que a relação público-privada é diretamente ligada a um interesse governamental que atua para se desresponsabilizar pela Educação e age para manter o controle do poder da elite.

2. 5 A EaD na relação público-privada

As seções anteriores mostraram como se estabeleceram os fundamentos da relação público-privada na história da Educação no Brasil e o crescimento da Educação a Distância de acordo com as aberturas democráticas e jurídicas. Este embasamento, por sua vez, traz consigo a indagação sobre a responsabilidade do Estado na Educação pública, considerando a sua influência na iniciativa privada. O fato de a EaD ganhar espaço nos meios de comunicação (Rádio e TV), do ponto de vista crítico, levanta ainda mais dúvidas a respeito das intenções governamentais, uma vez que, até este momento, a EaD engatinhava na sociedade através do telégrafo e do correio. Com a velocidade tecnológica, a EaD passou a ser mais conhecida e mais usual, contudo, na Era Digital.

A observação crítica se faz pelo simples fato de que o Governo deveria ser, supostamente, o precursor da Educação no País. Isso, porque ele se posicionava, na época imperial, primeiramente, como o detentor do segmento educacional, limitando-o à elite social. No início da República, como vimos, houve algumas mostras de liberação do acesso à Educação, de maneira mascarada e, ainda, limitada. Mais tarde, na década de 1950 passamos pelo governo de Getúlio Vargas, que foi uma época de investimento na rede pública e bolsas nas redes privadas, causando o aumento de matrículas e de unidades escolares consideravelmente.

Reparem que, se analisarmos dialeticamente, mesmo em um momento da história política brasileira, em que a Educação é reconhecida enquanto uma política social de responsabilidade estatal, a relação público-privada fica preservada, como um registro profundo da questão educacional (PIRES, 2015, p. 155).

Posteriormente, na época do Estado Civil-Militar, com o desenvolvimento do País indo em direção ao fortalecimento de empresas estatais em áreas estratégicas, como energia e transporte, houve maior entrada de capital internacional e, com isso, a visão de lucratividade se expandiu e a mercantilização da Educação potencializou a iniciativa privada: enquanto o Governo diminuía sua responsabilidade com a Educação, a iniciativa privada cresceu.

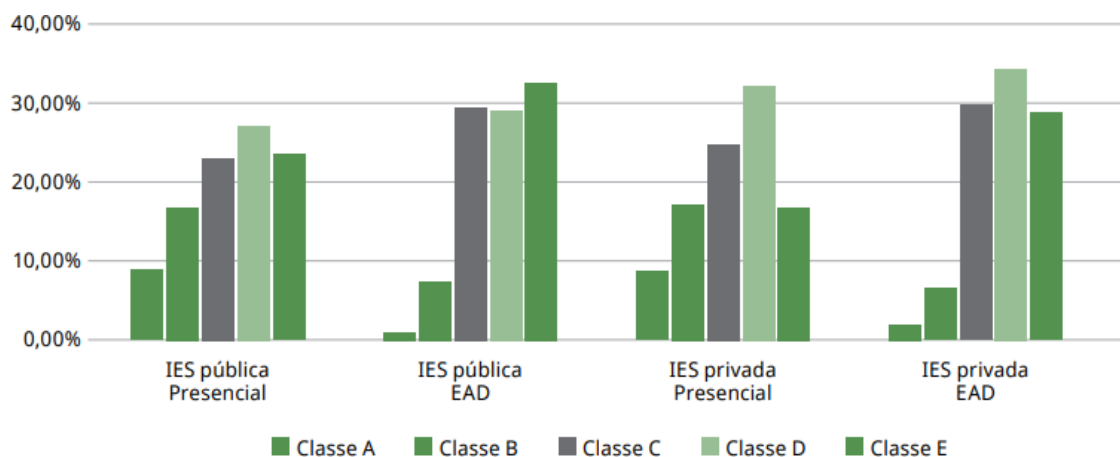
Com o crescimento digital e a EaD como parte do cenário neoliberal, em um regime de “liberdade de mercado”, o Estado atua como eventual interventor. Apesar de o Governo se mostrar como um promotor da liberdade de mercado e da iniciativa privada na Educação, nunca se atingiu a proposta de uma “Educação para todos,” e o Estado continua se desresponsabilizando por esta realidade.

De acordo com a pesquisa feita pelo Inep, há 2.608 instituições de Educação superior no Brasil. Dessas, 88,4% (2.306) são privadas e 302, públicas. O Censo da Educação Superior mostra ainda que a rede privada ofertou 94,9% do total de vagas para graduação, em 2019, enquanto a rede pública disponibilizou 5,1% das oportunidades (INEP, 2020).

A relação público-privada pode ser vista no método EaD com nítida diferença, uma vez que o percentual de 94,9% da rede privada contra 5,1% da rede pública sobre o total de vagas repercute na quantidade de cursos oferecidos a distância. A EaD está, de fato, em crescimento. De acordo com dados divulgados pelo INEP e MEC:

Em 2019, 63,2% (10.395.600) das vagas ofertadas foram nessa modalidade, entre as 16.425.302 vagas disponíveis para o nível de ensino, no total. [...] O censo mostra ainda que, em 2019, pela primeira vez na história, o número de ingressantes em cursos de EaD ultrapassou a quantidade de estudantes que iniciaram a graduação presencial, na rede privada. Ao todo, 50,7% (1.559.725) dos alunos que ingressaram em instituições privadas optaram por cursos de EaD. Em contraponto, 49,3% (1.514.302) dos estudantes escolheram ingressar na Educação superior de modo presencial (INEP, 2020).

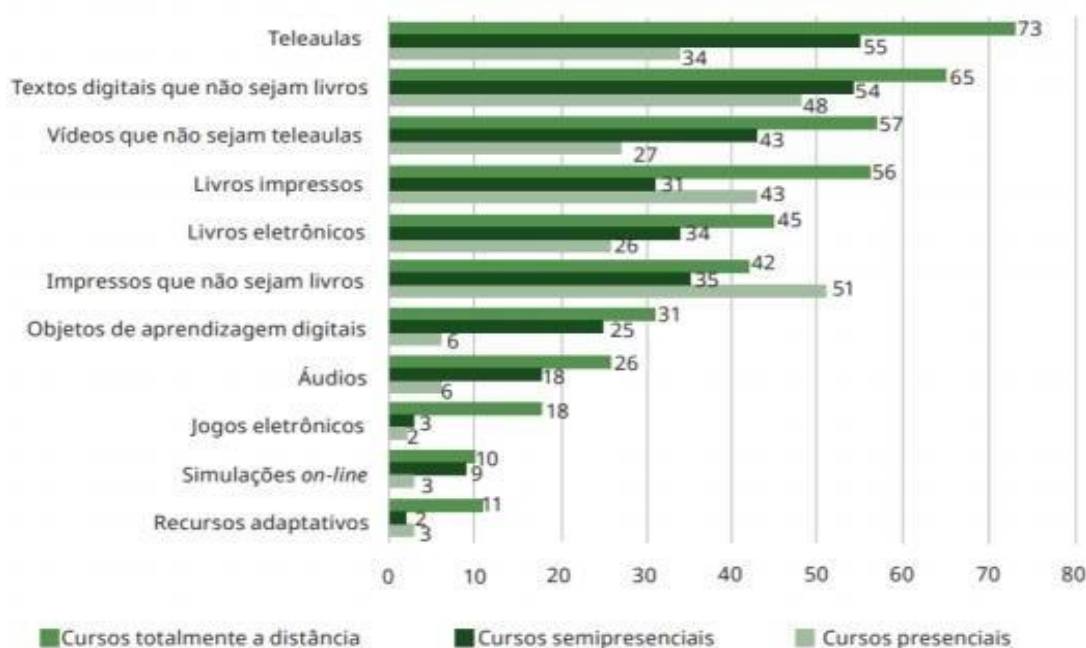
Poderíamos sugerir que a pandemia impulsionou a necessidade do estudo a distância – o que não deixa de ser uma verdade – no entanto, os índices de crescimento da EaD no país são mais antigos, uma vez que “levantamento aponta que, entre 2009 e 2019, o número de matrículas em cursos a distância aumentou 378,9%” (INEP, 2020). Percebemos que a pandemia, claramente, intensificou e fez com que cursos presenciais passassem a funcionar na modalidade a distância, em vista de prosseguir com as atividades e acompanhando o movimento global. Por este motivo, escolas e trabalhos a distância se tornaram tendências, dependendo das metodologias e das áreas de atuação. De acordo com o Censo EaD 2019 (ABED, 2020), as pesquisas apontam a acessibilidade para as classes mais baixas. O Gráfico 1 a seguir mostra a quantidade muito maior de crescimento para as classes C, D e E de alunos graduados em cursos a distância:

Gráfico 1: Classes sociais nas IES, cursos presenciais e EaD

Fonte: ABED, 2020

As estatísticas do INEP (2020) demonstram que o incentivo ocorre à/na iniciativa privada e que as instituições públicas ainda representam uma minoria. Enquanto isso, a diferença entre a escola pública e a privada vem se tornando maior: do ponto de vista tecnológico, há cada vez menos vagas disponíveis para os alunos da instituição pública. Isto é, apesar do crescimento das classes mais baixas nos cursos a distância, podemos dizer que isso ocorreu devido ao aumento de egressos gerais, e não significa que as classes mais baixas estão sendo mais incluídas.

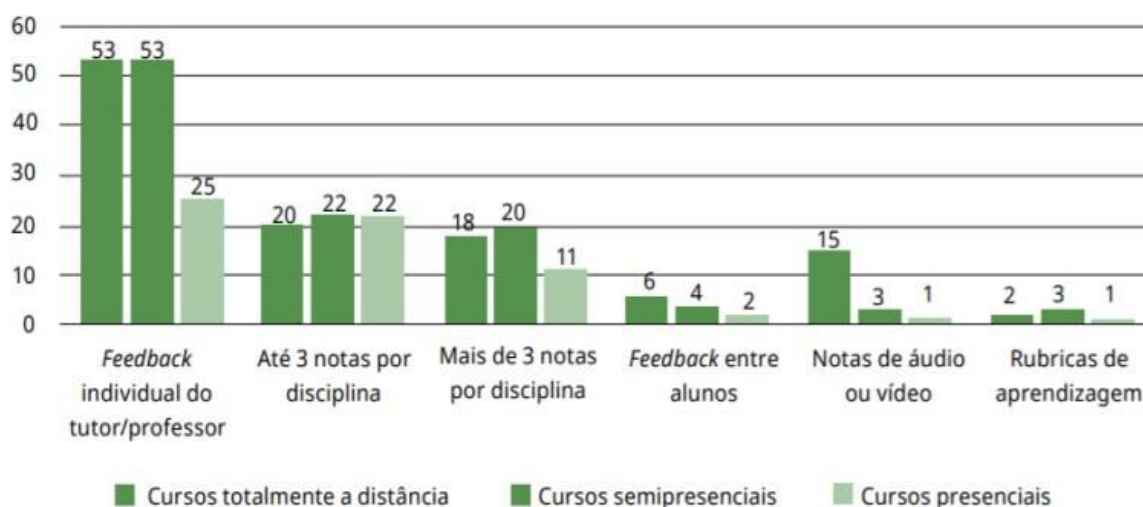
Existem diversos fatores que podem afetar a acessibilidade educacional para todos. No caso da EaD, é importante analisar os fatores tecnológicos, especialmente porque o universo digital segue em expansão e vem tomando espaço no dia a dia escolar de diversas maneiras, cada vez mais. O conteúdo vai sendo produzido com mais frequência nos meios digitais e os usuários se ajustam de tal maneira que os recursos no meio online são, hoje, mais variados, como indica a ABED:

Gráfico 2: Conteúdos oferecidos (em percentual) por tipo de curso

Fonte: ABED, 2020

Vemos, no gráfico acima, o nítido aumento das ferramentas e materiais digitais em todas as modalidades de cursos, mesmo nos presenciais. Essa modernidade pode significar um empecilho para a inclusão das classes mais baixas, pela falta de recursos dos alunos e até das próprias instituições, principalmente as públicas.

Na relação entre tutores e alunos, o feedback é parte essencial no processo de aprendizagem, para que os alunos se sintam orientados. Abaixo, o Gráfico 3 apresenta os percentuais de feedback em todas as modalidades:

Gráfico 3: Tipos de feedback oferecidos aos alunos em cursos, em percentual

Fonte: ABED, 2020

Os feedbacks oferecidos nos cursos a distância e semipresenciais são muito mais frequentes do que nos cursos presenciais. Neste ponto, a diferença pode sugerir a falta de feedback nos cursos presenciais, e por outro lado, a necessidade que a metodologia a distância exige para ser eficiente.

Portanto, o desafio está na relação entre os tutores e alunos, uma vez que se torna mais frequente. E, se a necessidade de comunicação aumenta, também aumenta o tempo dedicado a essa relação, com todas as problemáticas que podem ocorrer entre pessoas.

Ainda existem inúmeros desafios sobre as abordagens educacionais no campo digital. Portanto, mesmo para alunos e docentes que já se adaptaram aos métodos a distância, existem certas ações que se fazem necessárias para garantir uma Educação de qualidade.

Existem instituições presenciais que oferecem conteúdo a distância, porém a carga horária pode variar de acordo com o curso. Essa questão ainda carece da preparação de docentes, os quais devem se adequar às normas digitais e aos novos métodos de ensino. Os alunos, por sua vez, também precisam de adaptação quanto a sua própria organização para estudar, para se atentar aos prazos de entrega de atividades e provas.

Vale mencionar a tendência que as instituições estão sofrendo com a modalidade a distância, aumentando o percentual de aulas a distância em diversos tipos de cursos presenciais:

Portaria nº 1.428, de 28 de dezembro de 2018 – Dispõe sobre a oferta, por Instituições de Educação Superior – IES, de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial. O limite de 20% (vinte por cento) definido no art. 2º poderá ser ampliado para até 40% (quarenta por cento) para cursos de graduação presencial (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018).

A tendência da mudança para o digital atrai instituições que ministram aulas exclusivamente presenciais, cada qual com o seu percentual de digitalização. A pesquisa realizada por região, a seguir, apresenta os recursos oferecidos a distância por cursos presenciais:

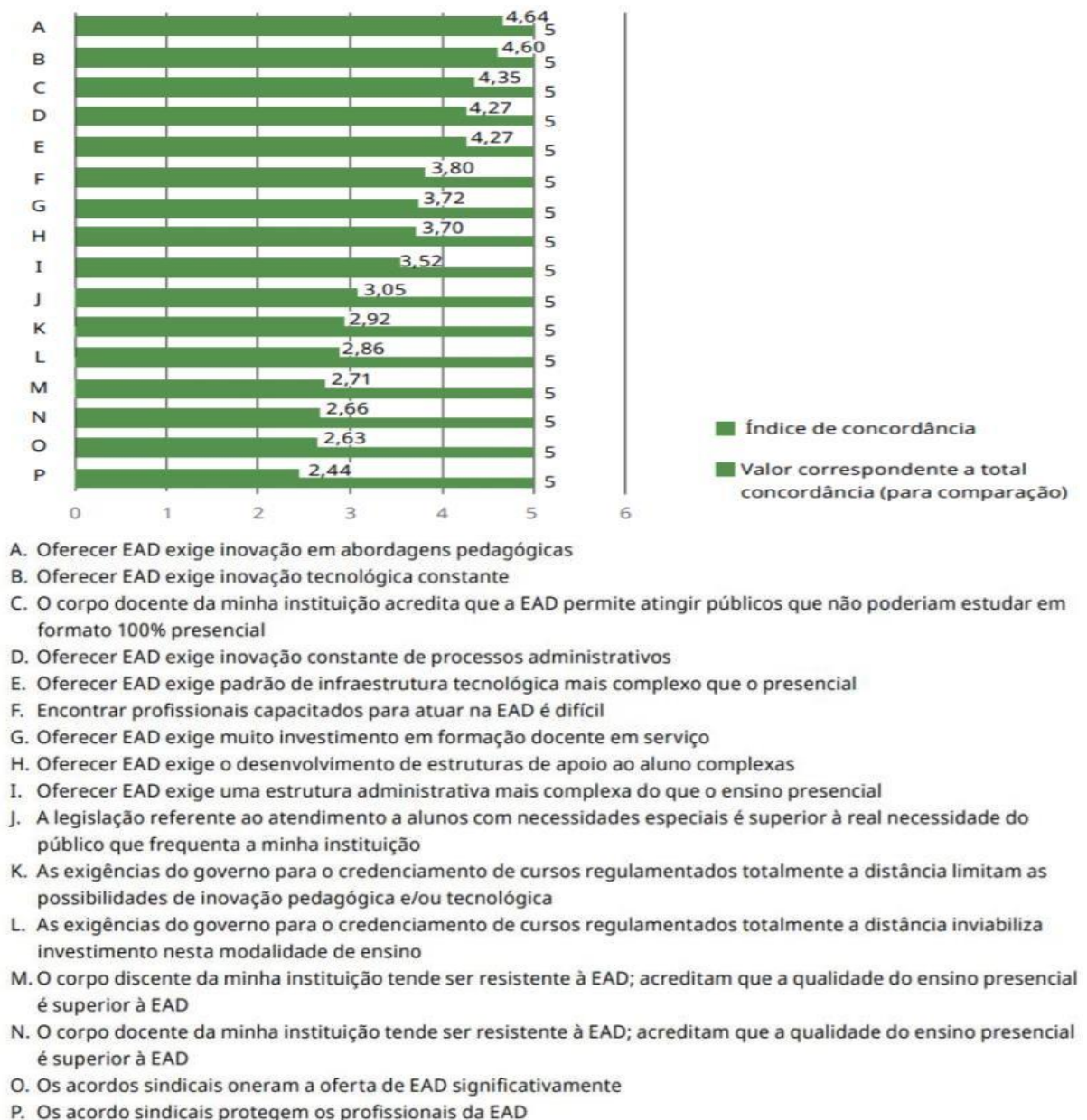
Tabela 2: Grau de digitalização dos cursos presenciais das IES, por região

Contagem de qual é o grau de digitalização dos seus cursos presenciais? Qual é o grau de digitalização dos seus cursos presenciais?	Em que região se localiza a sede da instituição?					
	Centro-Oeste (%)	Nordeste (%)	Norte (%)	Sudeste (%)	Sul (%)	Total geral (%)
Oferecemos até 20% da carga horária dos cursos presenciais a distância.	26,32	55,17	40,00	50,79	53,13	48,65
Oferecemos até 40% da carga horária dos cursos presenciais a distância.	15,79	3,45	0,00	1,59	12,50	6,08
Oferecemos cursos com outros percentuais da carga horária dos cursos presenciais a distância dentro dos parâmetros legais.	21,05	3,45	0,00	9,52	9,38	7,43
Os alunos presenciais contam com repositórios de conteúdos digitais que não contam como carga horária de EAD.	15,79	13,79	20,00	12,70	12,50	13,51
Os cursos presenciais na minha instituição contam com LMS, mas não há contagem de carga horária de EAD.	5,26	3,45	0,00	9,52	9,38	7,43
Os cursos presenciais na minha instituição contam com LMS, mas não há oficialização de carga horária EAD na estrutura curricular.	0,00	6,90	0,00	7,94	0,00	4,73
Os cursos presenciais na minha instituição contam com recursos digitais voltados à formação dos alunos.	15,79	13,79	40,00	7,94	3,13	10,14
Total geral	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: ABED, 2020

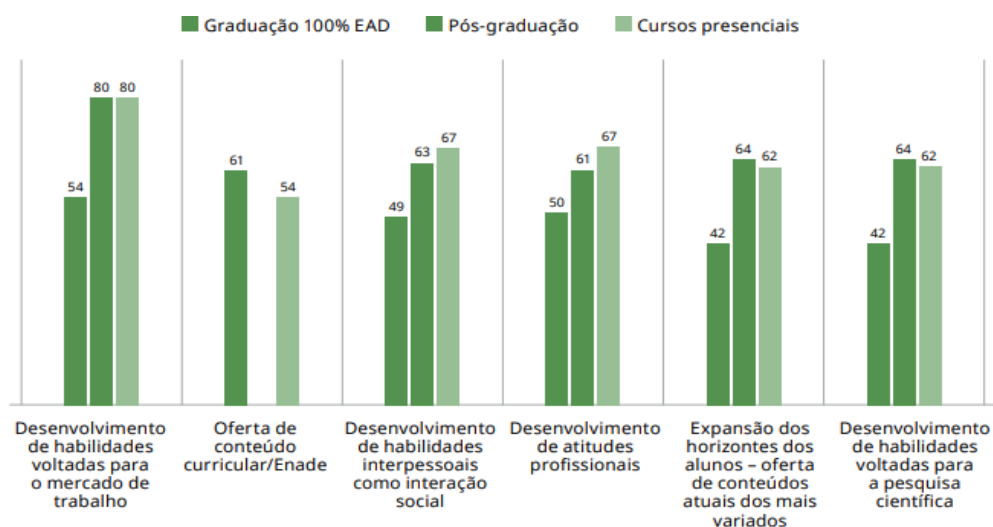
Com exceção do Centro-Oeste, as outras regiões ofertam percentuais maiores de carga horária, de 20% de aulas online para os cursos presenciais, enquanto a carga horária de 40% conta com maior participação das IES das regiões Centro-Oeste e Sudeste e, mesmo assim, os números caem bastante. Somente a região Norte tem um percentual significativo de recursos digitais voltados para a formação dos alunos. Dentre os recursos, o Censo EaD (ABED, 2020) demonstra que as preocupações com tecnologia, administração e inovação estão entre as maiores percepções dos gestores de EaD, conforme o Gráfico 4:

Gráfico 4: Opinião de instituições formadoras sobre EAD, em escala Likert de 1-5



Fonte: ABED, 2020

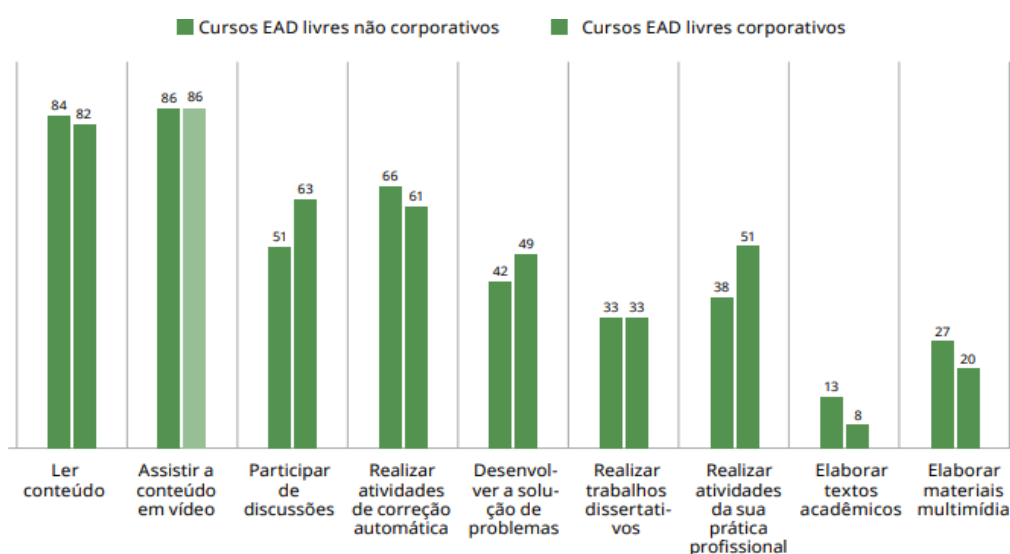
Algumas medidas estão sendo tomadas para que a adaptação ao mundo digital aconteça mesmo nas instituições com ensino presencial. O contato com a digitalização se expandiu para todas as ramificações que envolvem o ensino e a prática profissional. De acordo com o Gráfico 5, algumas ações de aprendizagem são frequentes para a construção de habilidades e competências para o mercado de trabalho:

Gráfico 5: Conteúdo, habilidades e competência trabalhados

Fonte: ABED, 2020

O direcionamento ao mercado de trabalho pode ser prejudicado nos casos de graduação 100% EaD, de acordo com o gráfico acima, considerando que proporciona menos desenvolvimento de habilidades, quando comparado com a pós-graduação e os cursos presenciais. O mesmo pode ser dito sobre o desenvolvimento de habilidades interpessoais, de pesquisa científica, atitudes profissionais e até da oferta de conteúdos atuais.

Os cursos livres, por sua vez, podem ganhar força com a curricularização da extensão e ser fonte extra para a IES, inclusive. Também ganham destaque porque representam opções de especialização diversas, especialmente os cursos ministrados em vídeos:

Gráfico 6: Ações de convite para aprendizagem em cursos livres

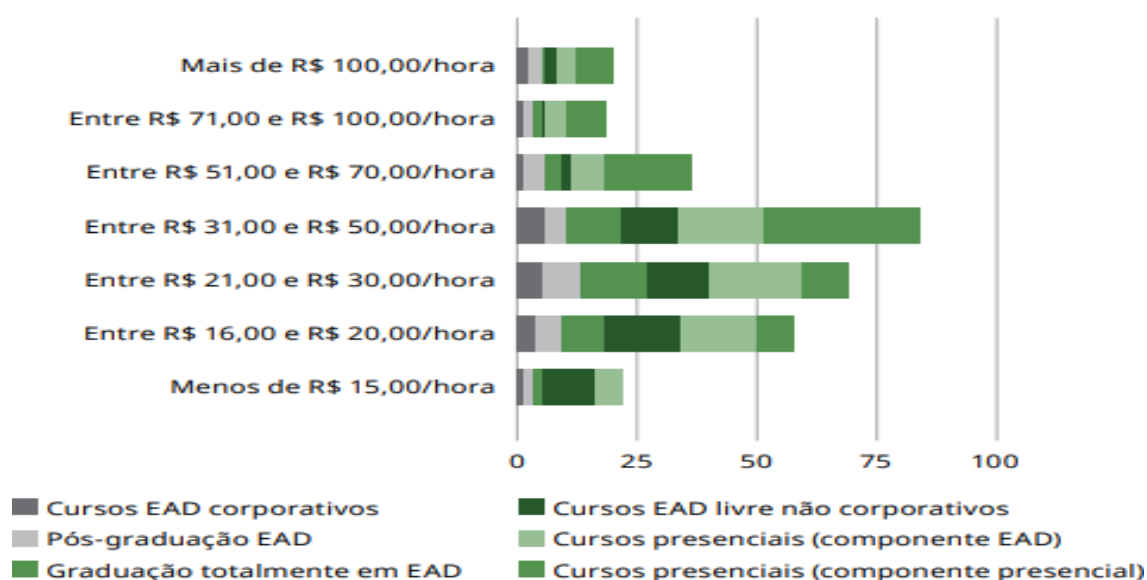
Fonte: ABED, 2020

Os cursos livres também enfocam, principalmente, as habilidades voltadas para o mercado de trabalho; os corporativos, por sua vez, envolvem mais as habilidades interpessoais e as atitudes profissionais do que os cursos livres não corporativos. Em resumo, parece que a oferta de cursos de nível superior ou livres no Brasil está voltada principalmente para uma formação para o mercado de trabalho e, secundariamente, para a expansão dos horizontes e da pesquisa.

Na escolha profissional, o aluno pode decidir com base em um aprimoramento de habilidades, como também com base nas oportunidades que o mercado oferece. E neste quesito, entra o fator financeiro que o mercado pode proporcionar.

Sendo assim, os formandos para cursos de docência devem analisar os salários compatíveis com a sua futura profissão. De acordo com o Gráfico 7, veremos o comparativo salarial com os tipos de curso:

Gráfico 7: Relação entre salário do tutor e tipo de curso



Fonte: ABED, 2020

As instituições não contribuíram com as informações coletadas e não permitiram uma análise de cenário apropriada, que permitisse ao Censo EAD.BR (ABED, 20202) explorar adequadamente as informações ligadas às demandas laborais dos tutores. No momento, existe uma demanda grande de alunos e salários baixos para tutores, no que tange a EaD. O papel do tutor, para as instituições, também se diferencia entre o ensino presencial e a distância, como veremos na tabela abaixo:

Tabela 3: Papel do tutor nas instituições privadas

Instituições privadas: qual é o papel do tutor?	Graduação totalmente em EAD	Pós-graduação EAD	Cursos EAD livres não corporativos	Cursos EAD livres corporativos	Cursos presenciais (componente EAD)
Criar situações para alunos aplicarem conhecimento	38	20	32	16	49
Promover trabalho colaborativo	37	24	22	13	48
Promover questionamentos sobre a disciplina	43	26	31	17	57
Dar retorno sobre trabalhos realizados pelos alunos	45	30	33	19	58
Conduzir discussões	44	29	37	17	57
Manter alunos motivados	46	30	43	22	67
Acompanhar trabalho colaborativo	39	24	22	16	56
Criar tópicos de discussão	36	27	31	15	53
Tirar dúvidas referentes ao conteúdo	46	35	55	24	71

Fonte: ABED, 2020

O papel do tutor na instituição privada é tirar dúvidas do aluno. No ensino público, notamos a diferença, a responsabilidade dos tutores EaD é elaborar, produzir e analisar conteúdo dos componentes curriculares dos cursos, fazendo a abordagem de sua relevância para a atuação profissional e acadêmica dos docentes. Interação com os estudantes, através do ambiente virtual de aprendizagem, atuando nos fóruns, tutoria EaD, na avaliação discursiva, fomentando nesses espaços o raciocínio crítico dos estudantes com base em literatura atualizada.

Proporcionar o acesso ao conteúdo de pesquisa nas atividades propostas (avaliação discursiva, fórum, tutoria).

Preparar o material didático (videoaulas, livros, slides e materiais complementares), fazendo a relação dos conteúdos aos objetivos propostos das disciplinas, de acordo com a Tabela 4 abaixo:

Tabela 4: Papel do tutor nas instituições públicas

Instituições públicas: Qual é o papel do tutor?	Graduação totalmente em EAD	Pós-graduação EAD	Cursos EAD livres não corporativos	Cursos EAD livres corporativos	Cursos presenciais (componente EAD)
Mediar e promover a interação entre os alunos	21	0	0	0	0
Criar situações para alunos aplicarem conhecimento	12	6	12	8	16
Promover trabalho colaborativo	15	8	12	6	18
Promover questionamentos sobre a disciplina	18	8	10	8	20
Dar retorno sobre trabalhos realizados pelos alunos	20	10	13	9	19
Conduzir discussões	18	10	15	11	22
Manter alunos motivados	21	10	15	11	23
Acompanhar trabalho colaborativo	19	10	14	6	18
Criar tópicos de discussão	13	6	13	7	16
Tirar dúvidas referentes ao conteúdo	0	10	15	13	24

Fonte: ABED, 2020

A seguir, o capítulo de metodologia explicará os processos adotados para a realização da presente pesquisa, considerando o PP da Universidade que foi ambiente de formação dos entrevistados e as falas dos mesmos a respeito do curso de Pedagogia a distância.

3 ANÁLISE DISCURSIVA

Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo.

Michel Foucault 1996, p. 44

Este capítulo reúne a metodologia de pesquisa científica, utilizada na coleta de informações documentais e das entrevistas propostas nesta tese. Também trataremos a análise do Projeto Pedagógico da Universidade escolhida e das entrevistas, relacionando com a teoria desenvolvida no primeiro capítulo.

Com base nas questões e pressupostos apresentados na introdução da tese, e diante da realidade em que nos encontramos hoje por uma forte demanda de cursos à distância, influenciados por interesses mercadológicos, a presente pesquisa tem por objetivo responder à seguinte pergunta: Como o graduado se subjetiva frente aos regimes de verdade que sustentam a EaD?

Tomamos como ferramentas teóricas os conceitos de biopoder, biopolítica, e governamentalidade desenvolvidos por Michel Foucault. Para analisar o discurso, partiremos de um artigo publicado pela autora Aracy Ernst-Pereira (2009), que aborda *falta*, *excesso* e *estranhamento*. De acordo com a autora, a AD é composta por três elementos.

a) a *falta* – estratégia discursiva que consiste: 1) na omissão de palavras, expressões e/ou orações, consentida inclusive pela gramática, que podem (ou não) ser resgatadas pelo sujeito-interlocutor; 2) na omissão de elementos interdiscursivos que são esperados, mas não ocorrem e podem (ou não) ser percebidos pelo sujeitos participantes-interlocutor.

b) o *excesso* – estratégia discursiva que se caracteriza por aquilo que está demasiadamente presente no discurso. Consiste: 1) no uso de incisivas, considerado na gramática como um acréscimo contingente (cf. Haroche, 1992), de intensificadores ou na repetição de palavras ou expressões e orações [...]; 2) na reiteração incessante de determinados saberes interdiscursivos que tomam formas diferentes no intradiscurso, mas mantêm os mesmos pressupostos ideológicos com vistas ao estabelecimento.

c) o *estranhamento* – estratégia discursiva que expõe o conflito entre formações discursivas e consiste na apresentação de elementos intradiscurso – palavras, expressões e/ou orações – e interdiscursivos, da ordem do ex-cêntrico, isto é, daquilo que se situa fora do que está sendo dito, mas que incide na cadeia significante, marcando uma desordem no enunciado (ERNST-PEREIRA, 2009, p. 5).

Em outras palavras, a *falta* se refere ao que não é dito e que fica passível de interpretação. O *excesso* também causa interpretações, mas neste caso pela repetição de informações que denotam uma linha de raciocínio que “abafa” outra. O *estranhamento* implica em um elemento contraditório à proposta do discurso, por assim dizer.

A análise discursiva parte da escuta desses três pontos centrais que buscaremos rastrear no texto, como um guia de interpretação, além de entrever como a *falta*, o *excesso* e o *estranhamento* se cruzam com os conceitos foucaultianos de poder, biopolítica, governamentalidade.

O *corpus* desta pesquisa é composto por um documento e entrevistas. Como documento, será analisado o PP da IES onde os sujeitos participantes de pesquisa entrevistados realizaram a graduação.

O projeto de pesquisa passou pelo Comitê de Ética da Universidade São Francisco e foi aprovado na reunião de 31.10.2019, sob o número do parecer: 3.675.084.

Centrada no tópico para a qual o pesquisador cria um roteiro inicial, com perguntas que podem ser complementadas pelo processo de entrevista e/ou outras questões inerentes ou relacionadas à situação ocorreu antes e depois da entrevista. As entrevistas foram realizadas entre 19.03.2019 a 05.08.2020. Aconteceram uma, da estudante Ana, que respondeu por email e foi complementada pessoalmente, pois a estudante esteve na IES para entregar documentos e manifestou interesse de falar sobre a entrevista. As outras três, ocorreram por meio de *WhatsApp*, através da gravação da conversa síncrona e posteriormente algumas escreveram e gravaram as respostas, a transcrição foi feita pela ferramenta de transcrição *Transcriber* que transcreve a mensagem de voz em texto. As questões das entrevistas se encontram no anexo 3.

Em relação à transcrição do texto, cabe destacar que ao escolher um *corpus* para análise do discurso, a transcrição onde foi utilizada a ferramenta *Transcriber* (do som para o gráfico) sempre é o primeiro desafio. Marcuschi (2004) diz que esse procedimento já é a primeira transformação do texto, pois a escrita não representa a fala e transcrever a fala em texto sempre implica em mudança, visto que “há uma série de ações e decisões que levam a mudanças relevantes que não podem ser ignoradas”.

Dentre os objetivos destacados para a construção desta tese, o primeiro foi trabalhado no capítulo 2, o que consistiu em contextualizar as políticas públicas e privadas da EaD no Brasil enquanto forma de governamentalidade.

O segundo e terceiro objetivos, por sua vez, serão elucidados em seus pontos-chave a partir das análises realizadas sobre a instituição de ensino e com os entrevistados. Os objetivos são: descrever o microcontexto da EaD na IES *locus* da pesquisa, entendendo o PP enquanto dispositivo da governamentalidade, e apontar como as tensões entre biopolítica e biopoder emergem nas falas dos sujeitos participantes entrevistados.

Para responder aos dois últimos objetivos, foram realizadas duas análises. A primeira, sobre a Universidade e o PP que forneceu a base conceitual para a educação promovida aos

sujeitos participantes entrevistados. A segunda corresponde a uma amostra de quatro sujeitos participantes graduados na modalidade EaD em Pedagogia, na mesma universidade. São sujeitos participantes de uma faixa etária próxima, entre 39 e 43 anos, do sexo feminino e masculino, de classes sociais diferentes e trabalhos em diferentes áreas, mas com a semelhança de terem sido atraídos a ingressarem no mesmo curso. Através de suas falas, veremos de que maneira (também) a realidade da EaD é percebida na vida desses sujeitos participantes.

O quadro 3, apresenta os quatro sujeitos participantes graduados em Pedagogia EaD, pela Universidade *locus* da pesquisa, entrevistados para a coleta de dados. Os nomes foram substituídos para preservar a identidade dos mesmos:

Quadro 3: Sujeitos participantes-graduados entrevistados

Nome	Idade	Onde mora	Trabalho
Aurora	39	Diadema, SP	Creche de Hospital em São Paulo
Giulietta	43	Santo André, SP	Escola Pública do Estado de SP
Ana	39	São Paulo, SP	Faxina doméstica
Arthur	40	Sidney, Austrália	Coordenação de Cursos

A escolha dos entrevistados envolveu não somente localizações geográficas diferenciadas, como também *status* social e econômico distintos para trazer diferentes pontos de vista de uma faixa etária similar. Segue uma descrição de cada entrevistado:

- Aurora - 39 anos, mora em Diadema, São Paulo. É casada, tem uma filha de 12 anos, trabalha na creche do hospital, gosta do que faz, pretende continuar estudando, fazer uma pós em Pedagogia hospitalar.

- Giulietta - 43 anos, mora em Santo André, São Paulo. É apaixonada pela educação. Viúva, tem um filho e deseja ficar velhinha na sala de aula, pois acha que é o melhor lugar da educação. Trabalha em uma escola pública do Estado de São Paulo como alfabetizadora e é muito feliz vendo o desenvolvimento de cada aluno.

- Ana- 39 anos, é faxineira, tem orgulho de ser a primeira pessoa da família a fazer faculdade, gosta de crianças, por isso escolheu Pedagogia.

- Arthur - 40 anos, mora em Sydney – Austrália. É de Indaiatuba. É filho de pais que foram por muitos anos roceiros e tiveram suas raízes vindas dos agricultores do interior do

Estado de São Paulo, na região de São Carlos, Brotas e Jaú. Sua mãe sempre priorizou os estudos. É graduado em Jornalismo, Letras, Pedagogia e Mestre em Comunicação, ama viajar, conhecer pessoas, culturas e dançar.

Após a apresentação dos sujeitos participantes e a partir da base teórica tratada nos primeiros capítulos, através do olhar de Foucault, temos a governamentalidade com algo que permeia ações desde o início da convivência em uma sociedade estruturada até os tempos de hoje.

E diante da crescente demanda de cursos a distância, nessa realidade neoliberal, influenciada por interesses mercadológicos, questionamos o que sustenta a EaD. Para isso, além das referências teóricas desenvolvidas analisaremos, em primeiro lugar, os documentos que compõem o *corpus* da pesquisa, o PP da IES onde os sujeitos participantes entrevistados realizaram a sua graduação.

3.1 Análise discursiva do Projeto Pedagógico

Como vimos, a instituição é um subproduto social que prepara o sujeito para o seu ingresso ao mercado de trabalho. Cada universidade, dentro dessa visão, envolve a hierarquia estrutural e o *ranking* de notas para a determinação de quem está apto ou não para a formação. No caso da Universidade analisada, iremos nos referir com a primeira letra maiúscula para indicar a instituição pela qual os entrevistados receberam o seu certificado de graduação de Pedagogia a distância.

Ao longo de sua trajetória, a Universidade se mostrou uma instituição de ensino inovadora, a partir do intuito de ter o primeiro curso superior de Turismo, em 1970, depois oferecendo outros cursos inéditos como Gastronomia, Aviação Civil, Design Digital e Quiropraxia. De acordo com o PP, em 2005, ela se internacionalizou e expandiu as possibilidades de estudo, agora em outros países, para os alunos matriculados. Com isso, a Universidade conquistou um espaço de reconhecimento mundial.

Sobre a graduação online para a obtenção da licenciatura em Pedagogia, a missão institucional declara o seguinte: “*Prover educação de alta qualidade, formando líderes e profissionais capazes de responder às demandas do mundo globalizado e contribuir para o progresso social com espírito empreendedor e valores éticos*”.

O enunciado estampa todas as palavras-chave de uma missão neoliberal, com o objetivo de desenvolver habilidades na formação de sujeitos participantes autônomos e empreendedores, que colaborem com o objetivo maior de manter a engrenagem mercantilista

funcionando. Chamamos atenção para os vocábulos: *alta qualidade, demandas do mundo globalizado, progresso* e o uso de dois termos que caracterizam particularmente o mundo corporativo, *líderes e empreendedor*, ou seja, esses são os sujeitos participantes que se pretende “forjar” pela IES. É importante perceber que o discurso da Universidade vai ao encontro da Teoria do Capital Humano de Theodore W. Schultz, que afirma que os investimentos em educação podem melhorar as habilidades dos sujeitos participantes e torná-los mais produtivos, o que pode ter um impacto na taxa de crescimento de um país.

A Universidade assume uma visão de “*consolidar a posição de liderança no Ensino Superior em todas as áreas de conhecimento em que atua, formando o maior número de profissionais diferenciados, por meio da excelência acadêmica, inovação e internacionalidade*”.

Os termos utilizadas no discurso da Instituição (*liderança, maior número de profissionais diferenciados, excelência acadêmica, inovação e internacionalidade*) são redundantemente voltado para o estímulo à competição. Com isso, o graduado poderá ser induzido a pensar que o curso oferece, além do aprendizado das habilidades técnicas de Pedagogia, um diferencial competitivo no mercado de trabalho. O PP corresponde, portanto, a conceitos que a Universidade determina como a sua visão e missão no mundo. Ela declara a missão de formar líderes para o mercado de trabalho, diferenciados e que atendam à demanda da globalização e do progresso social, oferecendo cursos presenciais e a distância, com base no mesmo campo discursivo do empreendedorismo.

Em 2009, foi criada a Escola de Educação na Universidade, com a missão de “[...] *aprimorar a qualidade de ensino por meio de uma gestão comprometida com a Instituição, docentes e alunos na elaboração de projetos inovadores e criativos para formação do Educador do futuro*”.

A repetição dos termos “*qualidade*”, “*gestão*”, “*inovador*” e “*criativo*” provoca um *excesso* de termos mercadológicos, ao mesmo tempo em que há um *estranhamento* discursivo, porque insinua que o foco (missão) está no desempenho econômico e social, e não no educacional. Isso, porque se trata de uma linguagem comum ao mercado de trabalho, onde esses termos são usados com frequência. O termo “*educador do futuro*” sugere uma contradição ao educador do passado, como se houvesse uma competição implícita no discurso que incita ao aluno ser mais competente, diferente do tipo de educador de antigamente.

Neste caso, a *falta* de elementos que expliquem o termo utilizado gera incômodo, porque existe uma comparação (não dita) com base na premissa de que, se o educador do futuro tem como tutor o educador do passado (porque este mesmo não pode pertencer a um

futuro não existente), como ele pode ter uma referência para se preparar, supondo, ainda, que esse mesmo tutor (do passado) não poderá ajudá-lo? Como vimos sobre a biopolítica, o dispositivo econômico é disparado através da promessa de que o egresso da Universidade vai garantir um espaço satisfatório no mercado de trabalho. A comunicação acaba elucubrando a ideia de uma garantia que, na verdade, não existe.

Neste caso, entendermos que a Universidade não tem o poder de assegurar uma posição ao aluno, porque ele próprio deve escolher e candidatar-se às posições que deseja e, ainda, concorrer com um mercado de milhões de pessoas com o mesmo objetivo. Sem garantia, o conhecimento fornecido pela estrutura e pelos docentes corresponde a um poder muito menor da instituição e do professor, restando à última parte, ou seja, ao aluno, a responsabilidade por sua própria conquista educacional e profissional. E se este não for bem sucedido é porque não se esforçou o suficiente. Neste caso, percentualmente, cabe mais ao aluno o sucesso ou fracasso escolar. À Universidade fica o poder sobre o aluno, porque recebe o benefício financeiro e, por meio das notas, decide quem está qualificado ou não para o mercado.

Dentro da grade curricular, o curso de Pedagogia é composto pelos aspectos de empreendedorismo e inovação, com carga horária de 80h visando “*despertar o interesse pelo empreendedorismo e a discussão sobre a importância da inovação para a sustentabilidade dos negócios*”.

No excerto acima, podemos identificar a falta discursiva, considerando que o curso de Pedagogia é voltado para a instrução do processo educativo e, neste caso, a inclusão do viés empreendedor e inovador sugere a exigência implícita sobre estes aspectos, na formação do pedagogo.

Como vimos anteriormente, a posição da Universidade está voltada para a formação de líderes e, por isso, para o enfoque no empreendedorismo, mas ainda *falta* a importância para o curso de Pedagogia, fazendo com que o *estranhamento* discursivo se enalteça neste ponto.

A governamentalidade pode causar um efeito cascata. Isto significa que a sensação submissa ao poder desenvolve um desejo em mudar o *status quo*: quando se fala sobre poder, todos querem obtê-lo, portanto, se a Universidade exerce um poder sobre o aluno, o mesmo vai desejar mudar o *status quo* desta relação, como uma regra geral sobre o poder, por assim dizer. Se a Universidade promove a sensação de poder ao aluno, objetivando a formação de líderes e empreendedores, o aluno sente o estímulo do poder, acreditando que irá se destacar

(ter poder) ao submeter-se dentro do sistema educacional que é o detentor do poder (do conhecimento).

A implicação disso é uma tendência à competição desenfreada entre alunos, professores, diretores, enfim, entre todos. Quando existe a possibilidade de poder, somado ao treinamento educacional para esse fim, as pessoas vão observar este aspecto e se engajarem nele. E o objetivo de apropriação do poder acaba intoxicando outras possibilidades de relações se expandirem, quando dependerem de características para o bem comum, enquanto conflita com a competitividade. Quanto mais competição, mais individualização, mais isolamento e menos força coletiva. O resultado disso em larga escala é o enfraquecimento da população, e mais poder para o Governo.

A Escola de Educação “*espera que seu aluno seja capaz de efetivar ações e práticas inovadoras, demandadas por um mercado globalizado e extremamente competitivo*”.

Neste excerto, a Universidade chega a um *excesso* discursivo, repetindo ideias formadas presentes nos objetivos específicos sobre o egresso do Curso de Pedagogia, usando os termos “*capaz*”, “*efetivar*”, “*ações e práticas*”, “*inovadoras*” e “*extremamente competitivo*” que denotam uma preparação para o mercado de trabalho dentro da visão neoliberal. Neste caso, o *excesso* leva ao entendimento de que o aluno, para se destacar em um mercado exigente, deve efetivar suas ações, ou seja, comprovar o seu conhecimento de uma maneira específica, cheio de pressões, em um ambiente repleto de ofertas que deve ser superado por um sujeito capaz de criar algo ainda mais inédito ou até revolucionário, motivado pela competição. Essa espera, que a Universidade deposita no aluno é, no mínimo, tensa. O *excesso* causa tanta pressão sobre o mercado que está por vir, que não resta mais nada além da concepção de que o aluno precisa dominar aspectos de negócios, criatividade e atualizações a tal ponto que a Pedagogia se perde.

Seguindo na mesma linha, os objetivos gerais do curso de Pedagogia firmam intenções a respeito da atuação do graduado como pedagogo:

capazes de assumir de maneira crítica, criativa e construtiva o trabalho pedagógico [...] tendo em vista pensar estrategicamente o processo educacional [...] visando contemplar as novas demandas e habilidades apresentadas pelo atual contexto político, social, cultural e profissional [...] desenvolver a formação para a intervenção crítica, reflexiva e criadora nas atividades.

Novamente, seguem os *excessos* dos termos: “*capazes*”, “*crítica*”, “*criativa*”, “*pensar estrategicamente*” e “*novas demandas e habilidades*”, que denotam uma decomposição da Pedagogia em um mercado que contempla ações mais específicas. A biopolítica, como

sabemos, cria dispositivos que conectam as pessoas a sensações de segurança; de maneira política, contemplando o aceite individual sobre essa condição, a ideia de que se faz imprescindível estar atualizado a novas demandas (exigências) que ocasionam a necessidade de desenvolvimento de habilidades específicas e complexas, gerando um distanciamento entre pessoas que poderiam contribuir de outras maneiras para a educação.

Isso posto, a formação em Pedagogia espera um alinhamento mais condizente com os poderes sociais do que com a formação educacional atuante no desenvolvimento de seres humanos reflexivos a seu próprio modo. A escolha desses enunciados, presentes nos objetivos da Universidade, deve-se pela identificação com os pontos abordados na visão e na missão, porque é importante frisar que existe uma forte atenção ao desenvolvimento de um perfil empreendedor, juntamente com a habilidade técnica dada em cursos, de modo geral e, no caso específico desta pesquisa, no curso de Pedagogia.

A Universidade, assim como muitas outras instituições de ensino, também responde a um padrão de exigência para enunciar seus próprios objetivos no PP: *“mudanças atentas ao avanço tecnológico e seu impacto sobre os processos e instituições sociais estão relacionados às habilidades e competências previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Curso de Pedagogia”*.

As diretrizes são normas para a educação básica e demonstram a maneira com a qual cada tipo de instituição se movimenta hierarquicamente, dentro de uma pirâmide de poderes que advêm do topo para a base. Sendo assim, a própria Universidade responde ao poder maior de uma Diretriz Nacional, submissa a um sistema normativo que determina e fiscaliza o rumo da implementação do conhecimento. Por este motivo, os objetivos da Universidade estão vinculados a um público-alvo, um aluno ideal, sobre o qual ela vai depositar as expectativas que correspondam às mesmas DCNs para a formação de um educador comprometido.

O processo biopolítico, engendrado na Instituição, ocorre de maneira sutil, no sentido do poder exercido sobre o aluno, não apenas de não cumprimento das exigências para com a sua formação, mas também sobre sua própria formação acadêmica. Isso porque trata de manter a educação dentro de um sistema de poderes, o qual promete ensinar, em primeiro lugar, habilidades que concederão poder para o aluno – poder competitivo ao aluno e de liderança no *ranking* da Universidade.

A Universidade espera que o egresso adquira algumas competências, entre elas:

- a) atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- b) aprender a compreender, cuidar e educar das crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;

- c) fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- d) trabalhar em espaços escolares e não escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos participantes em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;
- e) reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos estudantes nas suas relações individuais e coletivas;
- f) ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
- g) relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;
- h) promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- i) identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
- j) demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;
- k) desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;
- l) participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
- m) participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não escolares.

Para que o sujeito possa se considerar competente, dentre os itens mencionados acima, o grau de exigência se abre em um leque de vertentes sobre os quais ele deve dominar. Para ser pedagogo, é importante que o sujeito formado entenda o processo de desenvolvimento humano com profundidade e, além disso, ter pensamento estratégico em conformidade com a gestão educacional e as habilidades técnicas para lidar com as novidades tecnológicas e educacionais pertinentes à sua área, contemplando um viés empreendedor e autônomo em suas ações.

No entanto, percebemos a contradição, que podemos chamar de estranhamento discursivo neste caso, sobre a intenção de construir uma “sociedade justa, equânime, igualitária”, “contribuir para a superação de exclusões sociais”, “desenvolver trabalho em equipe” dentre outras partes que sugerem viés de colaboração, de entendimento mútuo e aceitação de diversidades, ao mesmo tempo em que a Universidade promove um viés empreendedor e, conseqüentemente, competitivo.

Veremos, a partir das próprias falas dos entrevistados, se a Universidade forneceu recursos para essa preparação, considerando que a mesma tem o comprometimento com a sua parcela de conhecimento e disposição de ferramentas para tal finalidade. A hipótese levantada

nessa questão é que, de um lado, há uma crescente exigência sobre as competências que o graduado deve desenvolver durante o curso – crescente no sentido de que sujeitos precisam dominar habilidades que não se limitam à sua área de atuação, no caso a Pedagogia, mas também uma constante atualização mercadológica, tecnológica e de inovações – em vista de que possa se destacar; e, de outro lado, a estrutura da Universidade deve, neste caso, auxiliar no processo de desenvolvimento de maneira dedicada no sentido prático.

A ideia de construir uma “*sociedade justa, equânime, igualitária*” é paradoxal, quando colocada junto ao objetivo de “*liderança*” e formação de “*profissionais diferenciados*”. O objetivo específico destoava da missão e da visão da Universidade, indicando formações discursivas diferentes, o que gera um *estranhamento*.

A biopolítica se cruza com o neoliberalismo, quando observamos o ponto discursivo com mais profundidade. De um lado, a biopolítica influencia os aspectos de vida social (e a educação faz parte dessa construção) para manter o *status quo* do biopoder, com a Universidade como mantenedora do biopoder, por ser uma instituição que se adequa às normas estatais para formar e formalizar a profissão de sujeitos, ou seja, instituindo uma geração de mão de obra para o Estado. Por outro lado, o neoliberalismo estimula a programação empreendedora dos sujeitos em sua formatação, dentro e fora da Universidade, o que causa influência no próprio discurso institucional. Trata-se de:

Um novo discurso de valorização do ‘risco’ inerente à vida individual e coletiva tenderá a fazer pensar que os dispositivos do Estado social são profundamente nocivos à criatividade, à inovação, à realização pessoal. [...] Por uma espécie de ampliação dessa problemática do risco, algumas atividades foram reinterpretadas como meios de proteção pessoal. No caso, por exemplo, da educação e da formação pessoal, vistas como escudos que protegem do desemprego e aumentam a ‘empregabilidade’ (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 213).

Ora, como o sujeito pode se ocupar em manter uma filosofia igualitária, se precisa se responsabilizar cada vez mais pelo risco da miséria e da morte? Com o Estado transferindo essa ocupação para o sujeito, a ideia de competição tende a aumentar, porque é essa ideia que serve, a qual visa garantir a diminuição do risco. Frente ao exposto, trazemos o objetivo da pesquisa em responder à seguinte pergunta: Como o graduado se subjetiva frente aos regimes de verdade que sustentam a EaD?

3.2 Análise das entrevistas

Aqui projetamos a análise dos dizeres dos sujeitos participantes entrevistados. Seleccionamos alguns excertos mais significativos, nos quais emergem as subjetividades dos graduados na modalidade EaD, analisados sob eixos que nortearão o escopo da análise.

O levantamento do *corpus* foi realizado através da gravação e da transcrição das entrevistas realizadas com quatro sujeitos participantes graduados no curso de Graduação em Pedagogia na modalidade EaD. Os eixos que compõem e organizam a análise dos documentos foram distribuídos em três partes, de modo a elucidar as motivações dos graduados em relação ao curso e apontar como eles se subjetivam frente ao curso de Pedagogia, frente à modalidade a distância e frente à profissão de professor. São eles:

- 1) Motivações a respeito do curso de Pedagogia
- 2) Motivações a respeito do curso a distância
- 3) Motivações profissionais pós-curso/estágio

Entender o porquê da escolha do curso de Pedagogia ajudará a perceber se a área atrai pessoas que estão interessados realmente, ou se a sua decisão é pautada em um interesse secundário, e não na área da Pedagogia em si.

Analisaremos se as motivações apresentadas correspondem a um interesse na Pedagogia e no desenvolvimento de habilidades pedagógicas, e os porquês. As motivações sobre curso a distância serão analisadas para entender se o curso a distância se comprova como um subproduto social do neoliberalismo, ou seja, se através dos dizeres dos sujeitos participantes conseguiremos enxergar de que maneira isso ocorre, dentro das expectativas trabalhadas na parte teórica desta tese. Por fim, as motivações sobre a experiência no pós-curso serão analisadas para ajudar no entendimento da inserção do conhecimento no mercado de trabalho. Isso significa que poderemos entender as outras motivações dentro da maneira com a qual cada sujeito participante absorveu o curso de Pedagogia a distância e está usando em sua vida.

Com isso, podemos compreender o papel do curso para cada indivíduo e para a sua concepção subjetiva sobre a importância para a sociedade. E, considerada a bagagem teórica, compreender a necessidade de se formar sujeitos neoliberais, que atuem diretamente na manutenção da biopolítica, como veremos nas análises a seguir.

3.2.1 Motivações a respeito do curso de Pedagogia

Nesta seção, vamos apresentar a motivação a respeito da escolha do curso de Pedagogia. As perguntas envolveram o significado da Pedagogia e a importância do curso, para cada entrevistado, que respondeu a sua maneira.

Aurora é atuante na Pedagogia hospitalar e, de acordo com a sua percepção do curso, apresenta o seguinte:

S⁷(Aurora) - E1⁸ Acho o curso muito amplo, no meu curso vi muitas questões sobre educação infantil, e acho que poderia abordar mais horas de classe hospitalar, educação corporativa, estratégias de metodologia ativa mais com mais detalhes... Percebi também na troca com meus colegas que muitos nem sabiam o que queriam, estavam fazendo o curso para obter um certificado e porque o curso trazia a questão do custo. Era o mais barato, mas também tinha colegas comprometidas com a educação.

Embora Aurora não fale de suas motivações, começa falando de si, ou seja, de como viu o curso. Ela comentou sobre o curso ser “*amplo*” e, em seguida, confessou sentir *falta* de “*mais horas*” de algumas classes.

Neste primeiro excerto, é possível identificar as tendências neoliberalistas quando Aurora sente *falta* de mais aprofundamento em “*educação corporativa, estratégias de metodologia ativa*”, porque são tendências institucionais que influenciam o sujeito participante a, supostamente, tornar-se autônomo e voltado para o mercado de trabalho. Existe uma *falta* sobre a explicação do que ela coloca como “*amplo*”, o que gera dúvidas sobre a base informacional que sustenta essa afirmação.

No modo neoliberal existe uma lista comportamental do sujeito sobre sua autovalorização que se faz exigida: “estudos universitários pagos, constituição de uma poupança individual para a aposentadoria, compra da casa própria e investimentos de longo prazo em títulos da bolsa” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 201). Portanto, na lista de Aurora estão contemplados estudos voltados para o mercado de trabalho, de onde ela poderá, unicamente, obter a sensação de conquista e sucesso que levam a algo mais profundo – o próprio senso de autovalorização.

Aurora teve a percepção de que outros colegas “*nem sabiam o que queriam*” e “*estavam fazendo o curso para obter um certificado*”. Ainda, afirma que “*era o mais barato, mas também tinha colegas comprometidas com a educação*”. Neste ponto, ela se posiciona e

⁷ S = Sujeitos participantes.

⁸ E = Excerto.

coloca outros colegas com interesses limitados no curso. A *falta* de posicionamento dos colegas acaba gerando a mesma sensação da falta de explicação no parágrafo anterior, especificamente porque ela acabou trazendo uma visão mais enfocada no “outro” do que em sua própria visão sobre a experiência.

Além disso, a fala de Aurora indica um olhar competitivo. Ela se coloca, mesmo sem apontar este fator, como mais apta do que os colegas que estavam perdidos ou sem foco no aprendizado. Isso é parte do que Dardot e Laval (2016, p. 211) comentam sobre o “efeito perverso” que o neoliberalismo gera em torno da proteção do Estado sobre a população: “Não é o mercado que destrói a sociedade civil com sua ‘sede de lucro’, porque ele não poderia funcionar sem essas virtudes da sociedade civil; é o Estado que corrói as molas da moralidade individual” (2016, p. 210). Em outras palavras, é encorajado o movimento antissocial no jogo da mercantilização, sobre o qual devemos agir contra a proteção do Estado e a favor de nós mesmos, já que “a proteção social destrói valores sem os quais o capitalismo não poderia funcionar”.

O uso da palavra “*mas*”, conjunção adversativa, apresenta uma ideia de oposição em relação ao compromisso com a educação por parte de alguns colegas: “*mas também tinha colegas comprometidos com a educação*”. De maneira geral, podemos interpretar que ela demonstra satisfação, de maneira vaga com o curso de Pedagogia e, em relação à aplicabilidade em sua profissão na área pedagógica, sugere uma ausência de aprofundamento preparatório.

Podemos analisar este aspecto sob o ponto de vista neoliberal, porque existe uma tendência mercadológica que alimenta a educação como um todo para a formação de sujeitos participantes aptos e inaptos – e o neoliberalismo faz naturalmente essa classificação - ao mesmo tempo em que, neste caso, Aurora reclama certa falta desse aprofundamento. Se observamos o lado da necessidade do mercado, o curso deixa a desejar para uma preparação vantajosa, reduzindo as possibilidades de Aurora se considerar apta e se destacar.

Aurora se utiliza de palavras-chave habituais, como a percepção da busca pelo “*certificado*” e a comparação sobre o comprometimento dos alunos com a educação. De acordo com Dardot e Laval (2016), o capitalismo atual tem base na liberação dos mercados, estimulando a concorrência generalizada com produtos e serviços que são inovados constantemente, e isso acaba influenciado as subjetividades comportamentais e sociais dos sujeitos participantes.

Giulietta, atuante na área de alfabetização em uma escola do Estado de São Paulo, tem uma visão mais otimista, por assim dizer, porém ainda mais vaga que Aurora:

S(Giulietta) – E2 *O curso de Pedagogia foi muito importante porque através do curso eu tive conhecimento de autores de livros que os professores enviavam, e aí eu fui conhecendo mais sobre como ser docente, como pesquisar, a atenção que o professor deve dar para os alunos. Então, isso reafirmou mais ainda meus conhecimentos, foi um leque que se abriu todos de prática docente, foi várias as aprendizagens que eu tive no curso de Pedagogia.*

É importante destacar, na fala de Giulietta, a falta de informações relevantes sobre o que o conhecimento (saber), de fato, trouxe para a profissão ou para a vida dela. Além disso, há um *excesso* na fala de Giulietta do termo “*conhecimento*”, sem um significado claro, de modo vago (“*conhecimento de autores*”, “*fui conhecendo mais*” e “*meus conhecimentos*”), dando a entender que não consegue especificar nada com mais profundidade. Neste caso, Giulietta não especifica sobre o diferencial ou qualquer informação sobre o aprendizado em aula, além da referência aos livros, deixando a ideia de um curso muito vago.

Podemos dizer que o *excesso* do uso da palavra “*conhecimento*” sugere a *falta* de conhecimento, porque Giulietta não especifica nenhum ponto que desenvolva a ideia que ela traz sobre o conhecimento que adquiriu. Para Giulietta, a necessidade de constatação de que está um passo à frente é importante, dentro do ponto de vista neoliberal. E o conhecimento é a chave para isso, porque vai encaminhá-la para um mercado extremamente competitivo, e ela precisa de um diferencial para se destacar. A fala de Giulietta sugere que ela está buscando mostrar que o conhecimento está contemplado (mesmo que ela não consiga desenvolvê-lo em seu discurso).

Existe uma certa urgência escondida que podemos trazer à tona sobre o que Giulietta traz, a respeito da reafirmação no caminho do biopoder. Ela busca, de maneira vaga e sem embasamento, que se justifique a sua própria constatação sobre o conhecimento adquirido, demonstrando que chegou a um novo patamar, que se tornou apta a ingressar na corrida imposta pelo mercado, porque agora ela aprimorou seus conhecimentos. Neste ponto, relembremos as palavras de Foucault sobre o saber, quando ele diz que “o saber acarreta efeitos de poder” (FOUCAULT, 2007, p. 80).

Este efeito do biopoder, de acordo com Foucault (2010a), massifica os sujeitos participantes a partir de sua realidade biológica fundamental, ou seja, que Giulietta se consome de um saber/poder que pode garantir uma ocupação de destaque social, enquanto o biopoder se encarrega de mantê-la em uma posição de ignorância sobre este saber/poder que ela (não) descreve.

Atuante na área de faxina doméstica, Ana aponta o seu gosto por crianças, entretanto, a escolha de uma profissão envolve fatores mais maduros, de ordem mais prática, de viabilidade financeira: “**S(Ana) – E3** *Sempre quis fazer um curso superior e o que foi mais acessível foi a Pedagogia por causa da bolsa e porque gosto de criança*”.

A relação entre Pedagogia e criança é comum para quem estuda Pedagogia, principalmente antes de começar o curso. Contudo, trata-se de uma relação muito frágil, pois a Pedagogia não é só isso, e a passagem pelo curso não conseguiu desconstruir esse significado em Ana, mostrando um leque maior de abrangência.

Neste caso, é importante ressaltar que a fala de Ana apresenta a necessidade da bolsa de estudos, ou seja, o fator econômico ou de acessibilidade foi decisivo. Os fatores limitantes da sociedade, em um sentido mais profundo, de acordo com a nossa base teórica, são reflexos de um direito soberano que controla a maneira de viver e de morrer da população. Como vimos no decorrer da parte teórica, a governamentalidade atua como um mecanismo regulador da segurança, do território e da população. E dentro desses pilares, a educação, o trabalho e, conseqüentemente, os salários e o orçamento familiar são influenciados neste sistema, controlados de tal maneira que os preços aplicados à população arruinam a sua competência de compra.

E nisso, a educação, como no caso da Ana, entra como um fator de consumo, mesmo com a bolsa de estudos, porque o não pagamento da mensalidade ou parte dela se tornou a base da escolha pelo curso e não conseguimos identificar se Ana teria escolhido diferente sob outra realidade financeira.

Arthur, por sua vez, traz a sua motivação para ingressar no curso de Pedagogia:

S(Arthur) – E4 *Apesar de ser apaixonado por Educação, quando eu fiz o curso de Pedagogia foi uma requisição do mercado de trabalho para que eu continuasse na coordenação de cursos de instituição de ensino superior. O curso tem sua importância em si mesmo, porém depende dos propósitos do estudante. O curso é importante, porém avaliar o quanto se é possível ser colocado em prática depende de se repensar os processos avaliativos.*

Neste caso, percebe-se o controle do poder para manter a engrenagem do status mercadológico funcionando. O que notamos é que, em primeiro lugar, a motivação de Arthur está ligada exclusivamente à sua ocupação profissional e não ao estudo da Pedagogia. A fala em terceira pessoa, quando Arthur discorre sobre o propósito do “*estudante*”, indica a *falta* de si mesmo na colocação, de maneira que não especifica um valor percebido sobre o curso.

Ainda, o *excesso* da palavra “*importante*” denota uma certa divagação sobre a importância que o curso teve, de fato, para Arthur, além de ser uma exigência laboral. Desta forma, podemos evidenciar uma submissão ao mercado de trabalho, que está acima de uma escolha pessoal. Isso, porque Arthur não se coloca como verdadeiro interessado, além da necessidade de corresponder com a sua posição no mercado de trabalho. Podemos interpretar que essa posição vem em primeiro lugar, quando relacionamos ao interesse no curso de Pedagogia.

Arthur se coloca de uma forma que acaba sendo similar aos discursos de Aurora e Giulietta, porque analisa o propósito dos estudantes e deixa implícita a comparação com as suas próprias intenções. A constante presença da competitividade incita um modo governamental engendrado na mentalidade dos três entrevistados, porque elucida um desejo compartilhado de ser destacado no meio da população, ao mesmo tempo em que todos se direcionam a um interesse coletivo de sobreviver. E, para que a população como um todo se mantenha existente, ela deve corresponder aos requisitos governamentais – neste caso, da instituição, depois do status educacional e, conseqüentemente, merecedora de uma posição no mercado de trabalho.

Foucault nos lembra com frequência que todos estes esforços colaboram para a manutenção do biopoder, enquanto o enriquecimento do Estado depende da força da população:

A população é pertinente como objetivo, e os sujeitos as séries de sujeitos, os grupos de sujeitos, a multiplicidade dos sujeitos esta não vai ser pertinente como objetivo. Vai ser simplesmente pertinente como instrumento, intermédio ou condição para obter algo no nível da população (FOUCAULT, 2018a, p. 56).

Como se pode observar nos excertos, a biopolítica, a governamentalidade, compõe os dispositivos sociais que mantém o status quo de ambas as partes, incluindo a própria aceitação da parte dominada.

3.2.2 Motivações a respeito do curso a distância

Nesta seção, vamos apresentar as falas de cada sujeito-graduado sobre sua motivação a respeito da escolha do curso a distância. Foi questionado a cada um sobre a satisfação com o curso de Pedagogia EaD, sobre a percepção do curso a distância em relação aos recursos oferecidos e à aceitação do mercado de trabalho após a formação.

S1(Aurora) – E5 *Vejo uma possibilidade de muitas aprenderem, pois o curso é mais acessível, porém o aluno precisa ter mais autonomia... porque assistir aula, você tem que participar dos fóruns, você tem que ter o material disponível, você tem que entregar tarefas, todas as atividades tem uma duração, então a autonomia desaparece... acho que tem uma estrutura que é determinada por exemplo: desde a venda de curso, eles vendem o curso eu nem precisei fazer vestibular porque já tinha uma graduação - então o que mede o vestibular? A capacidade, as habilidades ou o comércio que virou a educação... a quantidade de alunos é o que interessa, a gente ainda tinha aula ao vivo com os professores alguns lugares, a aula é gravada e não tem interação com professores e a aula se repete se repete infinitamente, mas acho que isso só tem a crescer, pude perceber que o ensino EaD cresceu e a tendência é o aumento de muitos alunos ingressarem nessa modalidade.*

Enquanto Aurora apresenta um discurso em primeira pessoa (*vejo, acho, pude perceber*), ela remete sempre ao outro, seja usando “você” ou “a gente”, de modo a evitar falar de si, tentando se desvincular da responsabilidade de emitir sua opinião. Embora discursivamente seja uma manobra para esquivar-se, não deixa de ser uma fala carregada de críticas. Em primeiro lugar, ela exalta o curso como “*uma possibilidade de muitos aprenderem*”, para depois questionar a educação como “*um comércio*” em que “*a quantidade de alunos é o que interessa*”, terminando com um “*mas acho que isso só tende a crescer*”, o que sugere conformidade com a ideia de que não há nada o que fazer sobre esta realidade.

Em suas falas ocorre uma repetição e o *excesso* de adversativas que evidenciam as contradições inerentes ao discurso e em consonância com a noção de sujeito discursivo, que é dividido, atravessado por discursos de outros lugares e, neste caso, parece haver um embate entre a educação, a Pedagogia tradicional e a Pedagogia atravessada pelas tecnologias digitais: “*uma possibilidade de muitos aprenderem, pois o curso é mais acessível, porém o aluno precisa ter mais autonomia*”.

A resignação é implícita, de maneira que, a cada fala de Aurora, possa-se trazer algum indicativo reflexivo sobre a qualidade da EaD ou do curso, mas limitada por um “*porém*” ou “*mas*” que causa um fechamento para a mesma ideia repetitiva de que “*não há o que fazer, porque é o que se espera*”. Podemos interpretar que, pela repetição resignada, é como se Aurora assumisse uma submissão ao sistema (que pode se estender da educação para todos os órgãos de poder), a tal ponto que busca abafar a sua própria fala, em tentativa de ressignificar o seu sentimento verdadeiro e a sua experiência.

De acordo com Dardot e Laval (2016, p. 207), o neoliberalismo vem construindo uma imagem mais focada no capitalismo e na “*crítica do Estado como fonte de todos os desperdícios e freio à prosperidade*”. Ainda, sobre os serviços públicos, o neoliberalismo defende que “*alimentam a irresponsabilidade, a incompetência, a injustiça, a espoliação e o imobilismo*”. Em suma, estamos sendo condicionados pelo próprio regime que o sistema

estatal não colabora com a economia, e o foco passou a ser o próprio sujeito e a iniciativa privada.

A palavra “*autonomia*” surge em diversos momentos na fala de Aurora, três vezes, evidenciando o *excesso*, como demonstra Ernst-Pereira (2009), o que constrói uma visão sobre a educação mercantilista, evidente em suas percepções. Como vimos sobre a atuação neoliberal, a cobrança de ações autônomas e empreendedoras é crescente e essa repercussão, na visão de Aurora, gera um desconforto percebido na fala, por meio da conclusão de que o aumento de lucro está acima da avaliação educacional. Por outro lado, a busca por aceitação deste sistema tido como mercantilista também transparece na fala de Aurora, uma vez que busca justificar o desconforto com a “*tendência*”.

O *excesso* também é percebido no uso frequente de “*tem que*”. Essa obrigação inerente que Aurora comenta, a qual, de acordo com ela, diminui o senso de autonomia, levanta uma questão mais profunda e observada por Foucault em seu estudo sobre a microfísica do poder: “somos obrigados pelo poder a produzir a verdade, somos obrigados ou condenados a confessar a verdade ou a encontrá-la” (FOUCAULT, 2007, p. 279).

O poder, de acordo com o autor, nos exige comportamentos específicos para nos manter em busca da verdade para a própria manutenção do poder. Portanto, a constatação de Aurora demonstra a contradição sustentada pelo neoliberalismo por meio de uma falsa sensação de autonomia.

Em primeiro lugar, vamos mostrar o que entendemos como autonomia. De acordo com os apontamentos de Lopes (2014, p. 102):

Etimologicamente, a palavra ‘autonomia’ é um termo de origem grega, (*αυτονομία*) que designa a capacidade de fazer as próprias escolhas, sem influências ou condicionamentos externos.

No entanto, quando pensamos na autonomia a partir de um olhar foucaultiano, percebemos outras questões que remetem à subjetividade do indivíduo, uma vez que, para Foucault, o entendimento sobre si mesmo e do seu momento histórico podem levar o sujeito a uma ação de autonomia (LOPES, 2014, p. 103).

Sendo assim, vamos observar a palavra autonomia e suas variações apresentadas nas falas dos sujeitos entrevistados, tendo em conta os apontamentos de Foucault como uma orientação sobre os pontos que pretendemos esclarecer sobre este estudo, ou seja, sobre o momento histórico em que se encontram os sujeitos e sobre a percepção de si mesmos que eles trazem.

Giulietta traz informações sobre a sua necessidade de autonomia:

S2(Giulietta) – E9 *Na verdade, o curso EaD quem faz penso eu, é o aluno, então se o aluno se propor a estudar, a pesquisar, a conhecer acredito que ele esteja pronto para lecionar e é muito importante também os estágios, a pesquisa, o conhecimento, tudo isso faz parte de estar pronto não só na no curso de Pedagogia nos outros cursos também, né? Eu vejo que o curso EaD é assim, o aluno tem que se propor a buscar, a estudar, a pesquisar com o apoio dos professores.*

A sensação de conquista individual se torna um fator motivacional canalizado pelos dispositivos neoliberais. Giulietta diz que quem faz o curso é o aluno, apagando totalmente o papel do professor e outros agentes educacionais. Isso é “autonomia” total. Trata -se de uma fala engajada no discurso neoliberal, de que a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso é totalmente individual e, nesse ponto, a biopolítica se cruza com o neoliberalismo, afetando todos os aspectos da vida social (e a educação faz parte dessa construção) para manter o *status quo* do biopoder, pois formar e regular é a ocupação principal da força de trabalho para o país.

Uma das constantes do discurso neoliberal é a crítica da ‘dependência à assistência’ gerada pela cobertura generosa dos riscos concedida pelos sistemas da assistência social. Os reformadores neoliberais não só se serviram do argumento da eficácia e do custo, como também alegaram a superioridade moral das soluções dadas ou inspiradas pelo mercado (DARDOT; LAVAL, 2016, p.211).

E, nesta visão neoliberal, Giulietta demonstra a sua luta em superar os desafios para o caminho da autonomia. A autocobrança é constante em sua concepção, no entanto, contrapõe o seu discurso, a seguir:

S2(Giulietta) – E10 *No início eu tive muita dificuldade, achei até que eu não iria conseguir dar andamento no curso, mas aí eu pedi ajuda para o tutor e com o tempo eu fui me acostumando, fui compreendendo, fui entendendo é uma aprendizagem, tem que ter o hábito do estudo. A EaD precisa ser bem orientada porque senão a gente acaba desistindo, mas eu consegui perseverar por cima das dificuldades.*

Ela declara que “conseguiu perseverar por cima das dificuldades”, apesar de atestar dificuldades iniciais, o que fez contando com a ajuda do tutor. Três vocábulos chamam a atenção aqui: *acostumar, hábito e perseverar*, que fazem parte do campo discursivo⁹ neoliberal, no qual o sujeito não pode nunca desistir, tem que sempre tentar mais uma vez, afinal seu sucesso depende exclusivamente dele, de se acostumar, de criar/mudar o hábito.

⁹ De acordo com Maingueneau (1997), o campo discursivo é “um conjunto de formações discursivas que se encontram em relação de concorrência em sentido amplo”. Analisamos, nas falas dos sujeitos entrevistados, os códigos de linguagem que sugerem determinados padrões discursivos. A partir desses padrões, é possível analisar as evidências da biopolítica e da governamentalidade que emergem em seus discursos.

Essa fala causa estranhamento, porque se houve um auxílio fornecido pelo tutor e Giulietta indica que foi um ponto importante, contrapõe a sua fala anterior, onde afirma que “*o curso EaD quem faz penso eu, é o aluno*”. Aqui, ela afirma que a autonomia é a chave para a aprendizagem, e depois demonstra a importância de uma orientação externa para o seu desenvolvimento durante o curso. Neste ponto, é importante perceber a autonomia como uma tendência discursiva, que talvez não corresponda com a realidade.

Na fala de Aurora, a obediência ao poder fica mais evidente quando ela comenta o “*ter que*” cumprir com as exigências da Universidade sobre as aulas, ao invés de ela poder ela mesma cumprir a seu tempo e utilizando as ferramentas que julgar melhor. Já na fala de Giulietta, a obediência fica implícita quando ela pensa que “*não iria conseguir dar andamento no curso*”, mas com a ajuda do tutor, foi possível. Ao contrário de Aurora, Giulietta demonstra insegurança, a qual é sanada com a ajuda do tutor e ela foi se acostumando e compreendendo a metodologia de aprendizagem. No entanto, o fator de obediência fica implícito como um fator determinante para que ela seja “*bem orientada porque senão a gente acaba desistindo*”.

A forma que o poder se manifesta é confuso, agindo de maneira enredada, circulante, de acordo com Foucault (2017):

Nas suas malhas [do poder], os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido de poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (FOUCAULT, 2017, p. 284).

Ana aponta conflitos sobre a comunicação da Universidade a respeito do curso em si e da facilidade de acesso às aulas:

S3(Ana) – E15 *Puxa foi uma surpresa, porque não tinha ideia de como era, fiz porque tinha muita propaganda e pensei que não teria gasto com alimentação e nem com transporte e poderia estudar como quisesse e ainda tinha bolsa o que foi importante. Não [...] tenho celular e nem tinha computador, achei que podia até fazer as atividades nele como falavam, mas foi impossível, não conseguia nem assistir aula, ele travava. Comprei o computador da minha patroa, trabalho fazendo faxina.*

Ana aponta um problema sério, porque em primeiro lugar a informação passada pela Universidade não foi condizente com a realidade vivenciada. Além de se sentir enganada, Ana foi obrigada a ter um gasto extra e não programado, como uma condição forçada para ter acesso às aulas. Deprendemos do excerto que a comunicação da Universidade não é clara, para não dizer enganosa, de fato. Houve uma falha, no mínimo, porque talvez não tenha sido

especificada alguma condição tecnológica, ou qualquer outra informação que orientasse o interessado a saber o que ele precisa ter como recurso próprio para acessar aulas *online*. Ademais, Ana comenta que “*tinha muita propaganda*”, ou seja, que se a comunicação da Universidade era extensa, não haveria de ter uma falha que impedisse algo tão importante como o acesso às aulas não especificado na comunicação da Universidade.

É imprescindível destacar que a fala de Ana está respondendo sobre a sua motivação para a escolha do curso. Ela deixa evidente que a crença em não ter um alto gasto com a sua educação era um fator determinante, especialmente devido aos detalhes que ela reclama.

Sobre este ponto motivacional, o biopoder ganha destaque, porque coloca Ana em uma posição de submissão a condições precárias de escolha. Ana contempla toda a sua escolha dentre a necessidade de economizar, ao mesmo tempo em que demonstra um esforço grande quando declara que comprou o computador para assistir às aulas.

A disciplina é uma grande aliada do biopoder, porque mantém condutas voltadas para a conquista de uma posição mais aceitável, ou de destaque, na sociedade. E Ana demonstra corresponder com essa atitude, porque sucumbe aos mecanismos de poder.

É um mecanismo que permite extrair dos corpos tempo e trabalho mais do que bens e riquezas. [...] Finalmente, ele se apoia no princípio, que representa uma nova economia do poder, segundo o qual se deve propiciar simultaneamente o crescimento das forças dominadas e o aumento da força e da eficácia de quem as domina (FOUCAULT, 2017, p. 291).

Arthur traz uma visão sobre a defasagem estrutural agravante nos cursos EaD:

S4(Arthur) – E16 *EaD é irreversível e muito importante para um público específico, que tem o perfil para o formato de curso EaD. Não é para todos os perfis. O curso de Pedagogia pode ser excelente, porém ele enfrenta um problema chamado As Instituições. Os cursos estão sendo administrados em sua grande maioria no Brasil por empresas que não são ou estão preocupadas com a educação, mas com os números financeiros que eles são representam. Elas estão coordenando os cursos, reduzindo número de professores e tutores, aumentando a quantidade de estudantes, mas não dando a assistência necessária com mão de obra e material para que esses cursos realmente sejam mais eficientes.*

A linguagem usada por Arthur indica um apontamento mais intelectual, demonstrando conhecimento sobre a área com uma visão mais ampla. Isso possivelmente se deve ao fato de Arthur pertencer a uma classe social mais beneficiada que os outros sujeitos entrevistados, o que o posiciona também em um grupo diferente de percepção, ou seja, sua necessidade é diferenciada, supostamente. Ele se coloca como fora do perfil do aluno do curso de EaD, mas

também critica os cursos que são administrados por instituições que estão preocupadas apenas “com os números financeiros”.

Como apresentado anteriormente no Quadro 2, Arthur é o único residente em outro país (Austrália), o que também gera grande influência cultural e econômica. Arthur já era atuante na área de ensino superior na cidade de Sydney, e a sua motivação corresponde a um pré-requisito profissional, o que o diferencia dos outros sujeitos-participantes. Isso, porque ao contrário dos outros sujeitos-participantes, Arthur vive em um país considerado de primeiro mundo, muito acima no *ranking* econômico em comparação com o Brasil, portanto, mais exigente quanto aos critérios de avaliação profissional de um estrangeiro - idioma e hábitos culturais diferentes são fatores que constroem muitos preconceitos em países mais ricos.

De acordo com a visão do biopoder, enquanto a Austrália pertence a um grupo mundial mais rico, o Brasil está ao lado da periferia, o que já representa um fator de dificuldade para a maioria dos brasileiros que desejam ser (bem) aceitos em outros países. Porém, Arthur mora e possui um cargo profissional assegurado em outro país e, com isso, a sua percepção difere da referência de viver na periferia, ou seja, a sensação de pertencimento é alterada neste caso, porque ele foi aceito por esta cultura mais rica. E, mesmo que enfrente algumas dificuldades quanto a isso, ainda é distinta a sua percepção sobre os outros sujeitos que vivem no Brasil e que não tiveram motivações ligadas a uma oportunidade fora do País.

No entanto, Arthur traz falas que se assemelham ao neoliberalismo, enquanto comenta sobre um tipo de “*perfil para o formato de curso EAD*”. A sensação de carência, que deveria ser preenchida por meio de recursos providos pela Instituição, é mascarada com certa defesa ao regime que nos força a ser mais autônomos enquanto sofremos com a escassez institucional. Concluímos este ponto compreendendo que a instituição se coloca em uma posição de biopoder de tal maneira que devemos aceitar as suas falhas (que não diminuem), enquanto nós (população) devemos ser cada vez melhores, capazes de solucionar problemas causados pela própria instituição sobre os serviços prestados por ela.

3.2.3 Motivações profissionais pós-curso

As falas dos sujeitos-graduados a respeito do estágio foram abordadas, assim como a sua recomendação sobre o curso para outras pessoas. A constatação sobre a importância do estágio foi unânime: todos consideram imprescindível haver uma experiência válida, que realmente ensine na prática os alunos a sentirem segurança e preparação para exercerem a

profissão. As diferenças se apresentam mais especificamente, quando questionamos sobre a preparação do aluno graduado para lecionar.

S1(Aurora) – E21 *Sim! E essa pergunta respondo com outra pergunta! Por que não estaria? Muitas pessoas saem da faculdade com inseguranças tanto no presencial como EaD. No meu curso senti falta de carga horária para outras atividades como havia mencionado acima, mas vejo que o aluno está preparado quando realiza o curso EaD, pois o mesmo se prepara, tem protagonismo e dá tudo certo, acho que a insegurança vem pela falta de experiência e não pelo curso ser EaD.*

A palavra “*protagonismo*” pode ser tida como um sinônimo de “autonomia”, neste caso. Aurora coloca a sua resposta através de outra pergunta, o que sugere uma *falta* (de resposta) sobre a sua própria sensação/ponto de vista, enquanto segue em terceira pessoa, mais uma vez, como o tinha feito em perguntas anteriores.

Sendo assim, ao evitar responder sobre si própria e fazer uso de uma outra pergunta ao questionamento da pesquisadora, o excerto continua com uma única oração colocada em primeira pessoa, na qual Aurora desabafa a sensação de “*falta de carga horária para outras atividades*” e se dispersa depois da colocação do “*mas*”, fazendo uso da ideia que o aluno precisa ser “protagonista”, justificando-se e responsabilizando-se por sua falta de experiência.

Podemos detectar a disciplina de Aurora em respeito à Instituição. A própria visão neoliberalista sobre protagonismo demonstra uma obediência ao sistema, porém ela vai além disso e se mostra entregue ao modelo disciplinar quando coloca a razão institucional acima de sua própria experiência estudantil.

Em outras palavras, podemos dizer que ela não se sente preparada, porque existe uma falta em sua fala que sugere uma insegurança mais profunda, a ponto de não poder criticar a metodologia de ensino a qual ela foi submetida.

Por outro lado, Giulietta critica a formação em Pedagogia EaD:

S2(Giulietta) – E22 *Não, porque o curso não contempla oficinas de sala de aula o que penso ser importante para exercer a docência, mas como o curso é a distância fica difícil as pessoas participarem. Penso que a residência docente que o governo não instituiu talvez fosse uma solução para melhorar a qualidade dos professores, mas isso não é interessante para o sistema educacional porque quanto pior a qualidade mais manipulada somos.*

A fala de Giulietta discorre a partir de negações: “*o curso não contempla oficinas*”; “*fica difícil as pessoas participarem*”; “*a residência docente que o governo não instituiu*”; “*não é interessante para o sistema*”; “*manipulados somos*”. Nesta declaração de Giulietta, a

governamentalidade aparece traduzida na percepção de que o próprio sistema educacional está condicionado a uma hierarquia de biopoder que precisa nos manter controladamente produtores.

De acordo com os excertos anteriores de Giulietta, percebemos uma alteração de ponto de vista, quando perguntada sobre a sensação de estar preparada para exercer a profissão como pedagoga. Antes, a sua fala envolvia uma aceitação da condição na qual esteve durante o curso, tendo como ponto maior de observação a sua necessidade do tutor para se orientar no aprendizado. No entanto, ela não demonstra, ou procura não demonstrar, a sua insatisfação com o curso em si. Ao contrário, ela colocou o interesse do aluno e a autonomia como base de reflexão para o sucesso na formação.

Desta vez, a observação de Giulietta é extremamente crítica à metodologia da Universidade e ao governo. Podemos afirmar que há uma falta em sua fala, que pode significar uma obediência ao neoliberalismo, por um lado, enquanto defende a ideia de que o aluno é quem faz o curso, e que ele deve buscar o conhecimento. Dardot e Laval (2016) trazem, na visão do neoliberalismo: uma “filosofia da liberdade”, que tem aplicação universal, assegura o desempenho, transformando necessidades objetivas em objetivos pessoais. Por outro lado, Giulietta demonstra um descontentamento que se manifesta em sua última fala, alterando o ponto de vista de obediência para uma visão crítica e acusadora do sistema educacional como um todo. Ainda, essa nova visão pode indicar uma conscientização maior, não sobre a sua própria competência para absorver o curso, mas a respeito da observação da Universidade inserida no contexto governamental.

Giulietta toma, em sua fala, a constatação de que existe uma manipulação dos recursos educacionais, os quais, em primeiro lugar, precisam ser interessantes para o sistema, para o governo, e em segundo lugar a oferta é repassada para a população. E em nosso estudo sobre biopolítica, vimos que o Estado influencia a manutenção dos cuidados com a população.

Ana, por sua vez, responde à pergunta sobre a possibilidade de exercer a profissão de professor em sala de aula: “**S3(Ana) – E23** *Sim quero porque é uma profissão, mas não me acho preparada*”.

A fala de Ana é vaga, porque ela não justifica a sua própria afirmação, ao contrário de Giulietta. No entanto, o pensamento contraditório incita que, da mesma maneira que Giulietta, Ana encontra motivos que valorizam e desvalorizam o curso, ao mesmo tempo. A diferença é que Ana não conta mais sobre suas motivações.

Neste caso, a *falta* na fala “*porque é uma profissão*”, sugere que Ana considera importante a sua formação, mesmo que ela não se sinta apta para trabalhar na área. Além

disso, a *falta* propõe a ausência de um julgador externo mais competente sobre a preparação de Ana como pedagoga. Ela própria conclui a sua *falta* de aptidão, e claramente o certificado do curso não garante o apoderamento sobre a sua formação, tornando a obtenção do título de graduada confuso.

E, apesar de não haver dito muita coisa, Ana detém uma conduta que os autores Dardot e Laval (2016, p. 229) consideram parte da gestão neoliberal, a qual mantém a disciplina do autocontrole: “o cúmulo do autocontrole, que também mostra o mecanismo perverso que transforma cada um em ‘instrumento de si mesmo’, ocorre quando o assalariado é convidado a definir não somente as metas que deve atingir, mas também os critérios pelos quais ele deve ser julgado”.

A afirmação de Arthur complementa a lacuna que Ana nos deixa, ao afirmar o seguinte: “**S4(Arthur)– E25** *Acredito que é uma mistura de tudo: formação pessoal + dedicação ao estudo + interesse e paixão por educar. Eu acho que o estudante que tiver consciência dessa combinação estará pronto para lecionar. O curso ajuda, mas não é tudo*”.

Arthur manifesta uma *falta* em sua fala sobre a mistura, porque ela indica uma responsabilidade completa do sujeito-aluno sobre a sua profissão. Isto é, ela descarta, em sua afirmação, a responsabilidade da Universidade sobre a qualidade do ensino. Essa mistura não é tão simples para a grande maioria das pessoas que estão se ocupando com a própria subsistência e sendo forçadas a tomar decisões por questões econômicas mais básicas. Isso quer dizer que, comparando Ana com Arthur, por exemplo, temos uma pessoa que trabalha com faxina no Brasil *versus* uma pessoa que trabalha com coordenação de cursos na Austrália. Sabemos que o Brasil tem salários baixos em relação à Austrália e que a função de faxina, ainda, não é valorizada aqui.

A bagagem educacional de Arthur é maior que a de Ana, cujo primeiro curso superior foi o de Pedagogia EaD. Essa comparação é importante, porque a fala de Ana corresponde a uma pessoa que está tendo contato pela primeira vez com o ensino superior, enquanto os sujeitos Aurora, Giulietta e Arthur já são graduados em outras áreas. O ensino a distância, portanto, se compararmos os dizeres dos quatro entrevistados, é visto como um desafio muito maior por Ana, que se formou pela primeira vez no ensino superior. Podemos questionar se a EaD oferece recursos especificamente direcionados a alunos que já têm formações presenciais concluídas, ou seja, que já têm uma bagagem educacional anterior ao egresso na EaD.

Em contrapartida, todos os entrevistados concordam com a percepção de inclusão social na EaD, que se trata de uma metodologia sem preconceitos. O tema da inclusão social, como vemos em nosso dia a dia, é comunicado com frequência e podemos afirmar, através da

comprovação nas falas dos sujeitos-graduados, que essa promoção está sendo bem-sucedida. No entanto, não podemos esquecer, lembrando as próprias falas dos sujeitos Aurora e Ana, que a propaganda da Universidade sobre a Pedagogia a distância dizia uma coisa e, ao realizar o curso, o acesso à tecnologia e ao conteúdo ocorria de maneira muito mais limitada. Finalizamos a análise dos dizeres dos sujeitos-graduados com a fala dos autores Dardot e Laval (2016, p. 213):

[...] os dispositivos do Estado social são profundamente nocivos à criatividade, à inovação, à realização pessoal. Se o sujeito é o único responsável por seu destino, a sociedade não lhe deve nada; em compensação, ele deve mostrar constantemente seu valor para merecer as condições de sua existência.

Desta maneira, somos induzidos a acreditar que, assim como o Estado, todas as instituições estão contribuindo para que tenhamos um comportamento mais responsável, autônomo, de liderança – e isso inclui as instituições educacionais como um dispositivo de base estrutural de formação dos sujeitos para inclusão em uma sociedade neoliberalista – desprovido recursos e apoio durante a nossa trajetória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os conceitos teóricos abordados nesta tese, combinados com as análises constituintes do corpus de pesquisa (PP e entrevistas), traremos os pontos relevantes para a discussão a partir dos resultados obtidos. A interligação das análises traz duas representações que emergem do *corpus*: autonomia e inclusão social. A modalidade de Educação a Distância concorre para que os alunos aprendam de maneira mais autônoma, tratada como pré-requisito e propagada como liberdade de escolha nas formas de estudar e trabalhar. Contudo não há, de fato, uma ação de livre vontade, que parte de um lugar de realização, limitada a um lugar de obediência.

O homem politizado se identifica com uma crença de que existem maneiras apropriadas de conduzir a sua própria vida. A biopolítica atua como mediadora entre os indivíduos e a sua saúde, educação, moradia, trabalho etc. Enquanto isso, os governantes aprimoram a sua arte de governar de acordo com as tendências que a sociedade apresenta como um sintoma social, correspondentes ao bem-estar do sujeito. Resumindo, a biopolítica atinge o seu objetivo em manter os sujeitos participantes, porque estão subjugados aos comandos governamentais e atendendo aos resultados esperados.

A disciplina foi sendo substituída pelo controle das circunstâncias sociais em um jogo de conquista e o biopoder, como uma força estratégica intelectual, compromete a estrutura social e influencia a mentalidade da população e do sujeito, proporcionando a falsa ideia de autonomia. Os efeitos disso são ramificações de subpoderes que controlam parcelas populacionais e respondem a uma instância maior que concentra as decisões e o controle. A governamentalidade gerada, em meio a essas ramificações, se tornou responsável por definir as formas de estruturação social. Por um lado, a governamentalidade neoliberal estimula a liberdade de escolha e a autonomia de si e, de outro lado, apresenta todas as opções entre as quais o sujeito pode escolher, e ele deve escolher e arcar com a responsabilidade da autossustentação.

O saber-empendedor é estimulado de tal maneira que ser autodidata se tornou (sutilmente) uma imposição. Na escola, o aluno deve investigar, explorar, entender e, principalmente, saber como se destacar. Essa conduta voltada para um formato empreendedor, o qual insinua que a iniciativa própria leva ao caminho da produtividade sobre aquilo que o sujeito faz de melhor, no qual ele pode evoluir melhor e obter melhores resultados.

Concluimos, entre as falas dos sujeitos entrevistados, que a necessidade de autonomia é levantada em inúmeras ocasiões, mesmo em situações em que houve uma dificuldade maior

de aprendizado autônomo. Na constatação de que todos os sujeitos formados se sentiram despreparados, destacando insatisfações em suas conclusões sobre o curso de Pedagogia a distância ou dando respostas vagas que não comprovam, em nenhum caso, uma fala satisfatória sobre o curso, indica uma carência compartilhada sobre autonomia, seja para aprender, seja relacionado à escolha sobre o curso.

A hipótese que esses modos de subjetivação transitam pela governamentalidade e biopolítica é confirmada através das análises que demonstram, da parte da universidade, uma metodologia totalmente voltada para a autonomia dos alunos e, da parte dos sujeitos formados, a ausência de autonomia compartilhada. A ideia que concebemos sobre “escolha” e “liberdade” é utópica, no contexto populacional. A maneira com a qual isso acontece é trabalhar o sujeito, incentivando-o a ser autônomo e a ter fé, enquanto o Estado/Instituição se mantém no controle.

A governamentalidade ocorre de maneira sutil e é tão presente em nosso dia a dia que molda as nossas condutas, falas e a cultura como um todo. Neste contexto, a EaD foi estrategicamente identificada como dispositivo social neoliberal, e que forma sujeitos voltados para a privatização dos seus interesses, empreendedores de si mesmos na busca constante de se destacarem no mercado de trabalho.

A inclusão social, a este ponto, trata-se de uma consequência trabalhada na privatização dos interesses sociais de toda a população. Isso se revela com a EaD em constante crescimento e ganhando holofotes no atendimento às classes sociais mais baixas, com mais de 2 milhões (53,4%) dos ingressantes em 2020 nas instituições públicas e privadas, ao mesmo tempo contemplando a nítida diferença nessa relação público-privada, uma vez que o percentual de 94,9% da rede privada contra 5,1% da rede pública sobre o total de vagas repercute na quantidade de cursos oferecidos a distância.

Isso significa que, além de haver uma fala sobre a facilidade de acesso às aulas, como foi confirmado durante as entrevistas no caso do sujeito que não tinha um computador para estudar, há também a ideia de que o crescimento da EaD pode solucionar diversos problemas das classes mais baixas, de acordo com as análises das entrevistas, como o custo de transporte, alimentação e, em outros casos, o tempo para estudar que foi viabilizado sem a necessidade de idas e vindas da universidade.

As razões são diversas para a escolha da EaD, no entanto há um fator comum entre os sujeitos entrevistados, os quais procuram, de alguma forma, responder às expectativas da sociedade e fazem suas escolhas para serem reconhecidos como membros dela. Com base nos

referenciais foucaultianos, é possível afirmar que a os formandos no curso de Pedagogia em EaD correspondem à individualização e aceitação dos dispositivos de controle.

É importante associar as constatações dos sujeitos formados com o impacto nas práticas pedagógicas, porque enquanto há uma sensação de despreparo ou de insatisfação com os resultados obtidos na formação, o sujeito se distancia do aprendizado e da própria autonomia, alimentando-se de um incômodo que o impede, muitas vezes, de enxergar o seu momento histórico.

Ainda, a instituição tem os seus próprios interesses na continuidade de egressos e, através da formação bem ou mal sucedida dos alunos que pode afetar a futura ocupação no mercado de trabalho, também influencia a imagem que outros interessados tenham sobre ela. Com isso, a instituição deve disponibilizar produtos e serviços que solucionem sintomas sociais vigentes. No fim, o controle social ocorre através de expectativas que todos precisamos cumprir, seja o aluno ou a instituição de ensino.

O neoliberalismo é apresentado, nesta tese, como fruto do controle social, através de um discurso emancipador que produz efeito nas pessoas que desejam construir uma vida próspera e feliz e, especialmente aqueles que não tiveram boa sorte ao nascer e vivem em condições desfavoráveis. Entretanto, é necessário educar as pessoas sobre a necessidade da utopia e alimentar o pensamento vivo a respeito da maneira que vivenciamos a nossa vida individual e em sociedade ao mesmo tempo, dentro de uma concepção reflexiva que conduza as nossas ações para além de corresponder com desejos e expectativas.

A EaD, assim como todos os produtos sociais, é somente uma ferramenta que podemos utilizar para o desenvolvimento de nossa intelectualidade e habilidades no contexto social. As faculdades do autoconhecimento e as reflexões sobre os caminhos que tomamos como sociedade devem ser constantemente incluídas em nosso dia a dia, com o objetivo de elucidar, de usar as referências para novas pesquisas e desenvolver a nossa capacidade de integrar o conhecimento para o bem de todos.

Ainda retomando na esteira foucaultiana, devemos trazer a significância dos sujeitos entrevistados como representantes, nesta tese, do sujeito que se motiva a ingressar no curso de educação e, mais especificamente, na Pedagogia. E a EaD pode ter uma grande participação no processo de autoconhecimento e autocrítica a respeito dos próprios modos de subjetivação.

Explicamos a constatação acima. De acordo com Veiga-Neto (2006, p. 10):

A imensa maioria tão somente toma de empréstimo tais opções e convicções, assumindo-as como verdades naturais e, desse modo, não problematizáveis. E isso não é e nem poderia ser diferente no que diz respeito à própria Pedagogia que

praticam. Em suma, a imensa maioria toma a casa em que vive como uma entidade desde sempre ali, sem minimamente problematizar seu caráter historicamente construído.

Em suma, Veiga-Neto (2006) fala sobre o ingresso de muitas pessoas na (casa) da educação, trazendo consigo verdades enraizadas, que não passam por um viés reflexivo – que pode ser tido como foucaultiano – no sentido de entender qual o problema que habita os porões dessa casa. A aceitação dos entrevistados demonstra a concepção sobre a casa como uma entidade, sem que ela possa ser criticada a tal ponto de se entender o que fazer a respeito.

O propósito desta tese é abrir espaço reflexivo para criticar o nosso entendimento individual sobre o que gera mais insatisfação e desunião, porque a educação não se faz só. Isso, porque as realizações de uns são compartilhadas no mesmo instante em que outros as tomam como pesquisa para o aprimoramento de novas ideias, ou até mesmo para mudar o rumo de uma área.

A EaD, sob essa perspectiva, se torna muito mais do que um subproduto neoliberalista, mas uma ferramenta de transformação, porque serve de base para a pesquisa de conhecimento, e a autonomia, neste cenário, pode ser uma oportunidade de fortalecimento individual e conquista de faculdades internas, para a orientação sobre o momento histórico sob o qual vivemos, que nos remete ao mundo digital.

Essas ferramentas, por sua vez, podem servir para adquirirmos o hábito de pesquisar, informar, conhecer e desenvolver as melhores técnicas de educação, considerando a fundação da casa que habitamos (o sistema educacional com seu histórico e realidades) de maneira que possamos reformar e aceitar, na medida das boas práticas para a humanidade. E com isso, em respeito às subjetividades comentadas por Foucault, as quais permeiam a base da atual pesquisa, conseguiremos atingir um patamar mais plural e, conseqüentemente inclusivo, na maneira de ensinar e aprender.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Educação a Distância – ABED. **Censo EAD.BR:** relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2019/2020. Disponível em: http://www.abed.org.br/site/pt/midiateca/censo_ead/1986/2021/03/censoeadbr_2019/2020.

BONFIM, C. R. S.; HERMIDA, J. F. A educação a distância: história, concepções e perspectivas. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, n. especial, p. 166-181, ago. 2006. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4919/art11_22e.pdf. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. **Decreto n.8659, de 05 de abril. 1911.** Portal MEC. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8659-5-abril-1911-517247-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 06 de mai. 2022.

BRASIL. **Decreto n. 5622, de 19 de dez. 2005.** Portal MEC. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5622-19-dezembro-2005-539654-publicacaooriginal-39018-pe.html>. Acesso em: 06 de mai. 2022.

BRASIL.**Decreto n. 7.566, de 23 de set. 1909.** Portal MEC. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso em: 05 de mai. 2020.

BRASIL. **Educação à Distância:** integração nacional pela qualidade do ensino. Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria Nacional de Educação Básica. Brasília: 1992.

BRASIL. **Resolução CNE/CES n.1 de 3 de abr. 2001.** Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação. Diário Oficial da União. Brasília, 9 de abr. 2001, seção 1, p.12.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, 23 de dez. 1996.

BRASIL Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Superior SESU/MEC,** 2002.

COSTA, E. G. **Tendências contemporâneas em educação superior a distância no mundo e no Brasil.** Espacio Abierto – Cuaderno Venezolano de Sociologia, v. 25 n. 3, p.273-5, jul./set. 2016.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

ERNST-PEREIRA, A. **A falta, o excesso e o estranhamento na constituição/interpretação do corpus discursivo**. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO – SEAD, IV., 2009. Anais [...]. Porto Alegre, 10 a 13 de nov. 2009.

FIMYAR, O. **Governamentalidade como ferramenta conceitual na pesquisa de políticas educacionais**. Educação & Realidade. Trad. R. Uebel, p. 35-56, mai./ago. 2009.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. 24. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Trad. L. F. Baeta Neves, 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Censo da educação superior: ensino a distância se confirma como tendência**. Inep. Acesso em: 23 de out.2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/ensino-a-distancia-se-confirma-como-tendencia>.

LIMA, T. A.; MASCIA, M. A. A. **(Re)torcendo os fios do discurso político educacional da EaD: uma análise dos documentos do MEC**. In: CORACINI, M. J. et al. (Org.). **Da letra ao píxel e do píxel à letra: uma análise discursiva do e sobre o virtual: identidade, leitura e escrita, formação de professores e ensino- aprendizagem de línguas**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011. p. 261-283.

LITTO, M. F.; FORMIGA, M. M. **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática. São Paulo, v. 26/27, p. 149- 158, 1990/1991.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MENEZES, D. A. S. F. **As representações de professor em situação de educação a distância**: um processo de virtualização no dizer do outro-aluno. 2017. 213f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês) – Universidade de São Paulo, 2017.

MESQUITA V. D. S.; VILLELA, A. P. **Educação a distância**. In: CIET: ENPED, São Carlos. Anais [...]. UFSCAR, São Carlos, 2018. ISSN 2316-8722. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2018/article/view/49>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

MORAN, J. M. **A educação que desejamos**: novos desafios e como chegar lá. 5. ed. Campinas: Papirus, 2012.

PIRES, D. O. **A construção histórica da relação público-privada na promoção do direito à educação no Brasil**. Tese. 2015 (Doutorado em Educação). – Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

PRETI, O. **Educação a distância e globalização**: desafios e tendências. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – RBEP, v. 79, n. 191.p.25, Brasília, 1998.

REVEL, J. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. Trad. M. R. Gregolin, N. Milanez e C. Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.

SARAIVA, K.; VEIGA-NETO, A. **Educar como arte de governar**. Currículo sem Fronteiras, v. 11, n. 1, p. 5-30, jan./jun. 2011.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 7. ed. Campinas: Autores Associados, 2000. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, vol. 40)

SILVA JR, J. R. **Reformas do estado e da educação e as políticas públicas para a formação de professores a distância**: implicações políticas e teóricas. Rev. Bras. Educ., n. 24, p.15 dez. 2003.

SZULCZEWSKI, Deise Maria. **Formas de ser professora na EaD**: práticas que contam de si. São Leopoldo, 2013.

UNIVERSIDADE ANHEMBI-MORUMBI. **Projeto Pedagógico da Universidade**. Disponível em: <https://docplayer.com.br/7275810-Universidade-anhembi-morumbi.html>. Acesso em: 29 mar. 2022.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Michel Foucault e a Educação**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

VOLOPINI, R. **Educação a distância**: algumas questões. Educação Temática Digital. Campinas, v. 10, n. 2, p. 123-139, jun. 2009.

